



IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA

Geografia da resistência: a atuação das mulheres na construção da territorialidade camponesa no Assentamento Juá, Agrovila Mata Fresca, frente ao projeto de mineração de urânio e fosfato, em Santa Quitéria (CE)

São Paulo

2017

IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA

Geografia da resistência: a atuação das mulheres na construção da territorialidade camponesa no Assentamento Juá, Agrovila Mata Fresca, frente ao projeto de mineração de urânio e fosfato, em Santa Quitéria (CE)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Soberania Alimentar, Meio Ambiente e Saúde”;
Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano.

São Paulo

2017

- S232 Santana, Iara Vanessa Fraga de.
Geografia da resistência : a atuação das mulheres na construção da territorialidade camponesa no Assentamento Juá, Agrovila Mata Fresca, frente ao projeto de mineração de urânio e fosfato, em Santa Quitéria (CE) / Iara Vanessa Fraga de Santana. – São Paulo, 2017.
119 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Carlos Alberto Feliciano.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2017.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Mulheres na agricultura – Santa Quitéria (CE). 4. Territorialidade humana. 5. Assentamento Juá (Santa Quitéria, CE). 6. Posse da terra. I. Título.

CDD 331.483

IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA

Geografia da resistência: a atuação das mulheres na construção da territorialidade camponesa no Assentamento Juá, Agrovila Mata Fresca, frente ao projeto de mineração de urânio e fosfato, em Santa Quitéria (CE)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Soberania Alimentar, Meio Ambiente e Saúde”;
Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Profa. Dra. Mirian Cláudia Lourenção Simonetti (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto (Universidade Federal do Ceará)

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017.

Às nossas ancestrais, que lutaram pelo
território camponês nesta América
Afrolatina.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Ubuntu”, na filosofia banto africana, significa: “eu sou porque nós somos”. Assim é esse trabalho, ele existe porque fizemos em coletividades, a começar pelas mulheres, homens, jovens e crianças da Agrovila Mata Fresca, situada do Assentamento Juá, em Santa Quitéria, Ceará. A acolhida, as tarefas e as andanças no assentamento com companheiros/as do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) têm nosso agradecimento inicial, em especial, Dona Helena, Gleidson Mendes e Claudinha.

Nosso primeiro percurso na região da mineração aconteceu através de um convite feito pela Profa. Raquel Rigotto ao Grupo de Resistência Ambiental por Outra(s) Sociabilidade(s) (GRÃOS). Gratidão ao Núcleo Tramas, que contribuiu desde os idos de 2010, quando participamos de uma disciplina do Mestrado em Saúde Pública da UFC, chamada *Tópicos Avançados em Saúde, Trabalho e Ambiente*, até recentemente, com os Encontros de Orientação Coletiva e as estradas de partilhas, entre as idas e vindas de Santa Quitéria.

À Articulação Anti Nuclear do Ceará (AAN/CE) e ao Movimento Nacional Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), espaços que têm engrandecido minha esperança por dias melhores e afirmado a importância da luta popular, nas pessoas de Renata Catarina e Erivan Silva.

“O toque de lá me deu fé, o canto de lá meu axé!”. Às minhas irmãs, companheiras da INEGRA (Instituto Negra do Ceará), Abyglaci, Francisca, Meirylane, Cícera, Rosisângela, Sarah Ni, Sarah No, Carina, Vivi, Margarida e Marliete; mulheres que me fortalecem cotidianamente e transformam as nossas dores e opressões em luta e justiça. Na mesma levada, agradeço a compreensão e irmandade do grupo de Capoeira Angola Orun Aiye, nas pessoas do meu Mestre Rafael Magnata, Sarah Escudeiro, Wesley Matias, Fábio Porto, Camila Aguiar, Bruno, Dani e Kahuana.

Gratidão ainda à rede de punhos fortes que balança a minha maternagem compartilhada. Só foi possível pisar nesse chão porque tivemos (eu, Acauã e Tiê) os cuidados de minha mãe, Fátima Fraga, de Eduarda de Lemos, Neide, Elisângela, Evandro, Grace, Camilla, Sara, Leleu, Tetê, Laís, Rafa, Dona Emília, Mila, Dea, Iury e Pedro. Foram muitas as vezes que essa rede se revezou nos cuidados e nas responsabilidades com os passarinhos.

Turma Manuela Saénz, quão fundamental foi encontrar vocês nesta vida! Os dias e noites frias foram aquecidos por vocês, entre os livros, escritas, místicas e intensas etapas do mestrado. Gratidão à companheira Leila Santana, baiana arreata-da, pelos perrengues que dividimos desde a seleção do mestrado até a finalização; estudos, inspiração para o nosso Nordeste e cuidados partilhados com os filhotes. Também ao companheiro Eldenilson Monteiro, paraense cuja negritude também me fez fortaleza e os cuidados com Acauã e Tiê diminuíram meu cansaço. À Tati, pela partilha da lavanderia durante uma das etapas e depois pela partilha da vida que segue. Fatima Borba, pelas profundas conversas que carrego na vida. Rita, Titi, Aliene, como elas, eu quero ser. À companheira Divina Lopes, por deixar nossos dias mais poéticos e a Raumi e Julian, pelos dias mais cheios de música. À sensibilidade e a disponibilidade para as coisas burocráticas do meu xará de signo Lucas Tinti. Gabriel's, pelas complexas reflexões. À Bonassa, pela organização virginiana e ao Eusébio, pela partilha do orientador, dos estudos, dos territórios da mineração no Nordeste. Ao Gerson, Bordion, Rafael e Geraldo pelo churrasco e chimarrão. Ester, grata pela serenidade. Ao Edmauro e Edgar, por todas as vezes que me fizeram dar boas gargalhadas. À Margarita, pela partilha do quarto e saberes colombianos. E às outras companheiras, Gercina e Evelaine, grata por tudo.

Gratidão à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), nas pessoas de Rosana, Simone e Carço da Brigada Apolônio de Carvalho.

À Turma Eldorado Carajás/Serviço Social da Terra – UECE, pelos aprendizados compartilhados neste período do mestrado.

Aos companheiros Izaú Araújo e Claudio Silva, pelo trabalho e exemplo de gente que não se acovarda, nem está acostumado a baixar a cabeça. À equipe de luta do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), um maravilhoso acontecimento nessa reta final da dissertação.

À companheira Andrea Alice, que me incentiva nesses rumos acadêmicos.

À Camila Fraga, pela leitura atenta e correções do trabalho, prima que tanto amo.

Ao Kadu, pelo companheirismo junto com seus tambores que deram ânimo nos maracatus e afoxés nos últimos dias de escrita.

À Mariana Lima e Sheilane, pelos dias finais desta escrita e ao companheiro de travessia, Gabriel Dayer.

Ao Cacá (Carlos Alberto Feliciano), que arriscou essa orientação, e às professoras Mirian Lourenção Simonettie e Raquel Riggoto, pela participação na banca.

Pois o vento, o só, a lua,
A chuva e a terra também,
Tudo é coisa minha e sua,
Seu dotô conhece bem.
Pra se sabê disso tudo
Ninguém precisa de istudo;
Eu, sem escrevê nem lê,
Conheço desta verdade,
Seu dotô, tenha bondade
De uvi o que vô dizê.
(PATATIVA DO ASSARÉ, 1984).

RESUMO

O referido trabalho teve como área de pesquisa um fragmento do sertão do Ceará e o seu caminho de estudo consistiu, especificamente, nas relações socioterritoriais das mulheres camponesas da Agrovila Mata Fresca, localizada no Assentamento Juá, município de Santa Quitéria, semiárido nordestino. Esse município, por sua vez, divide com o município de Itatira, na Serra do Machado, a formação geológica onde se encontra a mina de Itataia. Desde a década de 1970, essa jazida foi descoberta e, a partir de 2004, essa região passou a ser cotada para receber o Consórcio Santa Quitéria, formado pelas Indústrias Nucleares Brasileiras (INB) e a pela empresa Galvani Engenharia, que almejam explorar urânio e fosfato para o abastecimento do mercado da energia nuclear e do agronegócio, respectivamente. Portanto, buscou-se, por meio desse estudo, identificar, afirmar e dar visibilidade à construção da territorialidade das mulheres, que está ameaçada com a possibilidade de exploração da mina. Foi uma pesquisa participante, que procurou contribuir com o processo organizativo da comunidade e teve como principal ferramenta metodológica a cartografia social e a pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Palavras-chave: Camponesas. Mineração. Território.

ABSTRACT

The research area of this project was the countryside of Ceará. Our research focus was the social territorial relationships of peasant women in the agricultural village of “Mata Fresca” placed in the “Juá” settlement, Santa Quitéria town, semiarid area of Ceará State. This town shares with Itatira town, placed in “Machado” mountain range, the geological formation containing the “Itataia” mine. This mineral deposit was discovered in the 70’s and since 2004 the area was considered eligible for receiving the “Santa Quitéria” Consortium composed of Brazilian Nuclear Industries (INB) and the “Galvani” Engineering company which intend to explore uranium and phosphate to supply the nuclear energy and agribusiness markets. Therefore, by this research we tried to identify and affirm women’s territoriality and also make it visible since it is threatened by the possibility of the mineral deposit’s exploration. This is a participant research in which we tried to contribute to the organization process of the community and its main methodological tool was the social cartography and the pedagogy of the landless workers’ movement (MST).

Keywords: Peasant women. Mining. Territory.

RESUMEN

Este trabajo tuvo como área de investigación del interior de Ceará, y el camino del estudio consistió específicamente en las relaciones socio-territorial de las campesinas Agrovila Fresca Mata, situadas en el asentamiento Jua, municipio de Santa Quitéria, semiáridas del noreste. Esta ciudad, a su vez, comparte con el municipio de Itatira en la formación geológica Machado Sierra donde está la mina de Itatiaia. Desde la década de 1970 este depósito fue descubierto y desde el año 2004 la región se ha convertido en la lista para recibir el Consorcio de Santa Quitéria, formada por brasileños Industrias Nucleares (INB) y la empresa Ingeniería Galvani, que tiene como objetivo explorar uranio y fosfato para suministrar mercado de la energía nuclear y la agroindustria, respectivamente. Por tanto, que busca a través de este estudio es identificar, afirmar y dar visibilidad a la territorialidad de las mujeres, que se ve amenazada con la posibilidad de explotación de la mina. Se trata de una investigación participativa que pretendía contribuir al proceso de organización de la comunidad y su principal herramienta metodológica mapeo social y la pedagogía del Movimiento de los Sin Tierra (MST).

Palabras clave: Campesino. Minería. Territorio.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Segundo encontro temático do grupo, em dezembro de 2015	25
Figura 2 –	Poço perfurado após Jornadas de Lutas do MST em abril de 2015, em visita de campo, em outubro de 2015	25
Figura 3 –	Mapa dos assentamentos da região	47
Figura 4 –	Mapa do Assentamento Juá	54
Figura 5 –	Divisão Municipal do Estado do Ceará	56
Figura 6 –	Divisão Político-Administrativa do Estado do Ceará	57
Figura 7 –	Delimitação do Sertão Central	58
Figura 8 –	Cisterna de Calçadão que abastece uma horta	59
Figura 9 –	Área do Consórcio Santa Quitéria	62
Figura 10 –	Obras de Instalação	71
Figura 11 –	Mapa das Áreas de Influência do Meio Socioeconômico	71
Figura 12 –	Mapa das Áreas de Influência do Meio Socioeconômico	75
Figura 13 –	Área do Açude Edson Queiroz	75
Figura 14 –	Margens do Açude Edson Queiroz	76
Figura 15 –	Cartografia feita pelas mulheres da Agrovila Mata Fresca	90
Figura 16 –	Roupas recém-lavadas e estendidas por Ônix	90
Figura 17 –	Produção de Hortaliça	91
Figura 18 –	Produção de Fruta consorciada com Verdura	91
Figura 19 –	Criações de carneiro e porco	92
Figura 20 –	Cartografia da Agrovila Mata Fresca feita pelas mulheres	94
Figura 21 –	Continuação da cartografia da Agrovila Mata Fresca feita pelas mu- lheres.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Resumo dos encontros com as participantes da pesquisa	23
Quadro 2 –	Mapeamento explicativo de onde as famílias das entrevistadas residiram	76
Quadro 3 –	Perfil Socioeconômico das Mulheres da Agrovila Mata Fresca	85
Quadro 4 –	Divisão dos Trabalhos entre os homens e as mulheres	89
Quadro 5 –	Trajetória das mulheres antes de chegar ao assentamento	96

LISTA DE SIGLAS

AACE	Articulação Anti Nuclear do Ceará
ACEDE	Agência de Desenvolvimento do Estado
AGU	Advocacia Geral da União
CFEM	Contribuição Financeira Para Exploração Mineral
CNEM	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IDACE	Instituto Desenvolvimento Agrário do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INGÁ	Instituto de Gestão das Águas e Clima
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento Nacional Pela Soberania Popular na Mineração
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Projeto de Lei
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEMACE	Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
3	DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A MINERAÇÃO DO BRASIL	29
3.1	Colonialidade brasileira e rebatimentos na geopolítica agrária nacional.....	29
3.2	Neoextrativismo mineral brasileiro no contexto da América Latina.....	38
4	DISPUTAS SOCIOTERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO DO CEARÁ.....	46
4.1	Lutas camponesas e reforma agrária no semiárido nordestino.....	46
4.2	O contexto da Mineração de Urânio e Fosfato do Nordeste brasileiro: de Caetité à Santa Quitéria.....	60
4.3	Consórcio Santa Quitéria: irregularidades, inviabilidades e ameaças ao território camponês.....	67
5	MULHERES QUE IRRADIAM VIDA: FONTE DE OUTRAS ENERGIAS....	79
5.1	Relações patriarcais e a organização social das mulheres.....	80
5.2	Território das camponesas no sertão do Ceará: Agrovila Mata Fresca e o modo de vida das mulheres.....	84
5.3	A r-existência das mulheres frente ao Consórcio Santa Quitéria.....	93
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
	REFERÊNCIAS.....	104

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa se movimentou numa fração do território capitalista situada no sertão nordestino, mais precisamente no Assentamento Juá, Agrovila Mata Fresca, pertencente ao município de Santa Quitéria, Ceará. Antes de caracterizarmos a área e, mais especificamente, o cotidiano, o modo de vida, as relações de gênero e o Consórcio Santa Quitéria, que deveria¹ minerar urânio e fosfato, consideramos importante apresentar os motes que suscitaram as reflexões ao longo do trabalho.

Relembramos que a formação territorial brasileira ocorreu sob o suor e o sangue dos povos originários/indígenas e negros da África, principalmente num processo de expansão do capitalismo europeu que realizou genocídio e etnocídio desses(as) sujeitos(as). A acumulação primitiva² levada a cabo pela burguesia do século XVI expropriou, explorou o território e os povos do campo de toda América Latina, em princípio, com as especiarias, depois, com o açúcar. Seguindo, temos o primeiro ciclo da mineração: o ciclo do ouro no século XVII.

A descoberta do ouro e da prata na América, a extirpação, a escravização e o enterro nas minas das populações indígenas desse continente, os primórdios da conquista e saque da Índia e a conversão da África numa reserva para a caça comercial de negros são, todas, coisas que caracterizam o alvorecer da era da produção capitalista. Estes comportamentos idílicos são os principais momentos da acumulação primitiva. (MARX *apud* FOSTER, 2005, p. 24).

Posteriormente, outras necessidades externas se apresentaram, como a produção de café, algodão, carne de charque, voltadas para exportação, sempre sob uma estrutura agrária concentrada, na forma de latifúndios e, ao mesmo tempo, na resistência camponesa. As centenas de comunidades quilombolas existentes no Brasil, bem como outras insurreições e revoltas, exemplificam as diversas formas de resistência, apesar de a história oficial pouco registrar na perspectiva dos(as) sujeitos(as) sociais.

1 Quando nos referirmos ao Consórcio Santa Quitéria, utilizaremos o futuro do pretérito, em razão de considerar a resistência camponesa. Optamos por isso, por acreditar que esse empreendimento poderá não se consolidar e por defender a não existência deste empreendimento no Estado do Ceará.

2 Presente no Capítulo XXIV do Livro 1, *O Capital*, Marx nos afirma que a origem do modo de produção capitalista deveu-se a um violento processo de separação do povo camponês da terra e dos seus meios de trabalho e de expropriação desses, tendo, como consequência, o surgimento do proletariado, de uma massa de camponeses sem terra e trabalho, dando origem às primeiras formas de acumulação por parte da burguesia nascente, que foi a base do capitalismo que temos hoje.

Os(As) principais heróis e heroínas do povo presentes nos livros didáticos/oficiais não são Aqultune³, Dandara⁴, Negro Cosme⁵, Tupinambás⁶, Guaranis⁷, Mundurukus⁸, Dadá⁹, Corisco¹⁰, Balaio¹¹, Antônio Conselheiro¹², Margarida Alves¹³, entre tantos outros. Uma considerável parte da história oficial foi intencionalmente escondida, negada e apagada. “Um povo sem memória é um povo sem história”, como lembra Schumacher (2006). Todos(as) esses(as) morreram lutando pela terra, na disputa com os senhores do latifúndio¹⁴.

No primeiro capítulo deste trabalho, mostraremos a constituição agrária do Brasil, considerando sua condição de república colonizada, cuja história sempre foi contada pelo colonizador e que deu invisibilidade ao conflito permanente entre proprietários de terras e camponeses.

Considerando, ainda, sua divisão geográfica interna, nomeadamente o nordeste brasileiro, e a política de reforma agrária, com os assentamentos rurais e a forte

3 Negra, princesa filha do Rei do Congo, senegalesa, avó de Zumbi do Quilombo dos Palmares. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4093:zumbi-ganga-zumba-aqultune-e-manu-muitos-nomes-uma-so-serra-&catid=99:noticias&Itemid=877> Acesso em: 25 maio 2016.

4 Companheira de Zumbi dos Palmares, mãe de três filhos. Disponível em: <<http://nossacausa.com/negros-no-brasil-quem-foi-dandara-dos-palmares/>>. Acesso em: 25 maio 2016.

5 Negro, quilombola, poeta responsável pela escolarização de muitos negros/negras no estado do Maranhão, foi ao lado de Balaio, um dos líderes da Revolta dos Balaio/Balaiada. Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroi/negrocosome>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

6 Um dos povos originários da costa brasileira, dizimado com a invasão portuguesa. Disponível em: <<http://povosdaantigaamerica.blogspot.com.br/2013/05/civilizacao-tupinamba.html>>. Acesso em: 25 maio 2016.

7 Povo originário que ocupava, antes da chegada dos europeus, os territórios onde hoje se encontram a Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/ascom/1947-historia-e-cultura-guarani>>. Acesso em: 25 maio 2016.

8 A primeira escrita histórica que referencia o povo Munduruku data de 1768. Este povo teve sua terra demarcada em 2001 e se encontra na região do Alto Tapajós. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/munduruku/796>>. Acesso em: 26 maio 2016.

9 Sêrgia da Silva Chagas, nascida em 1915, em Belém do São Francisco, Pernambuco, conhecida como Dadá. Assumiu o comando do Cangaço quando seu companheiro Corisco estava com os seus dois braços inválidos, coisa que era considerada, à época, impossível de qualquer mulher fazer. Foi presa, solta na década de 1940 e faleceu na década de 1990. Disponível em: <http://mulheres-incriveis.blogspot.com.br/2013/03/cangaceira-dada_18.html>. Acesso em: 26 maio 2016.

10 Cristino Gomes da Silva Cleto, sucessor de Lampião no cangaço nordestino, o último chefe do cangaço. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/mobile/cadernos/regional/ha-70-anos-morria-o-ultimo-chefe-do-cangaço-1.233532>>. Acesso em: 26 maio 2016.

11 Manoel Francisco dos Anjos, camponês que liderou a revolta dos Balaio na cidade de Caxias, Maranhão, ocorrida entre os anos de 1838 e 1841. Disponível em: <<http://historiadorbrasil.net/balaiada/>>. Acesso em: 26 maio 2016.

12 Cearense, natural do município de Quixeramobim, missionários cristãos, liderou na Bahia, a Revolta de Canudos. Disponível em: <https://ebiografia.com/antonio_conselheiro>. Acesso em: 26 maio 2016.

13 Camponesa, sindicalista, paraibana do município de Alagoa Grande. Disponível em: <<https://www.fundacaomargaridaalves.org.br/homenagens/>>. Acesso em: 27 maio 2016.

14 Para Stédile (2000), o latifúndio, palavra de origem latina, utilizada na Roma antiga para “caracterizar o domínio de uma grande área de terra por um único proprietário”, tem na legislação brasileira de 1964, quando é decretada a primeira lei de Reforma Agrária, conhecida como Estatuto da Terra, seu conceito como sinônimo de toda e qualquer propriedade improdutiva.

contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir de meados do século XX. Assim como também relacionando a questão agrária com a questão mineral sob uma perspectiva latino-americana.

Na contemporaneidade, temos a terra e “as gentes” (MARÉS, 2003) deste país sendo abruptamente expropriadas para atender ao mercado exportador de *commodities*¹⁵ de soja, milho, ferro, aço etc. “Existem 57 bolsas de commodities pelo mundo, sendo a New York Mercantile Exchange (NYMEX) a maior delas. As bolsas de commodities comercializam insumos energéticos, produtos agrícolas e minerais” (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 76). Concomitante ao processo de commoditização e exploração do trabalho, também foram e estão sendo exportados nosso ar, nossa terra fértil, nossa água, nossa energia.

O final do século XX e o início do século XXI inauguraram uma “nova” fase da história brasileira, a chamada era neoliberal. Desde então, o Brasil adota políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, a fim de superar o endividamento externo e avançar no desenvolvimento (DUPAS, 2002). Apesar de os investimentos estrangeiros terem logrado êxito, em termos de lucro, temporariamente, “[...] enquanto perduravam as privatizações e um quadro internacional favorável” (DUPAS, 2005, p. 33), o que assistimos é o capital financeiro internacional se propagar avassaladoramente, não alterando significativamente o Produto Interno Bruto (PIB) da região, visto que “[...] o PIB per capita teve sua média reduzindo-se de 1% para próximo de zero em 2002” (DUPAS, 2005, p. 32).

Dessa forma, perdura no país, nos últimos anos, uma estrutura produtiva “[...] restrita e especializada, ou seja, integrada mundialmente, privada e internacionalizada, vale dizer, diametralmente oposta à concebida, décadas atrás, pelos defensores da política desenvolvimentista latino-americana” (DUPAS; OLIVEIRA, 2005, p. 32). Tal estrutura se repete em outros países latinos.

Essa lógica do capital, cujas empresas transnacionais são as principais impulsionadoras, vem modificando profundamente alguns territórios brasileiros, haja vista executarem suas políticas financeiras com o importante amparo dos Estados nacionais.

A simbiose de interesses entre a comunidade financeira e as autoridades econômicas governamentais se constitui em um elemento singular dessa nova época e parece ser a razão pela qual os países latino-americanos vêm conduzindo o pro-

15 “A economista Amyra El Khalili define a comoditização da natureza como o processo que transforma um bem comum em bem privado. Uma matéria-prima se torna commodity após passar por um processo de padronização baseado em critérios impostos por multinacionais e governos” (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 41).

cesso de globalização centrado na dimensão financeira. (DUPAS; OLIVEIRA, 2005, p. 32).

O agronegócio e a empresa mineral têm sido, desse modo, os principais motores de movimentação da economia brasileira nas últimas quatro décadas e são exemplos fiéis de tal simbiose. Esta se faz persistir nesse território e nos outros países da América Latina, resguardadas suas particularidades, “[...] um quadro grave e crescente de miseria- bilidade de suas sociedades, incentivando indiretamente, a médio e longo prazo, parcelas crescentes da sociedade a utilizarem mecanismos alternativos de sociabilidade” (DUPAS; OLIVEIRA *apud* DUPAS, 2005, p. 34).

Em razão disso, o segundo capítulo irá problematizar o lugar que a mineração tem ocupado na economia latino-americana, com recorte da realidade do semiárido no Nordeste brasileiro. Situa-la-emos geopoliticamente, assim como evidenciaremos os pro- cessos de resistência e as especificidades da mineração de urânio em Santa Quitéria, Ce- ará. Apresentaremos, ainda, o Consórcio Santa Quitéria, que projeta para o ano de 2017 o início do empreendimento que deveria explorar e beneficiar o urânio, bem como o fosfa- to.

Esse projeto de mineração deverá acontecer na Serra do Machado, onde está localizada a mina de Itataia, a maior jazida de urânio do Brasil e a quinta maior do mundo (CÁRITAS, 2013), situada entre os municípios de Santa Quitéria e Itatira, no sertão cen- tral¹⁶ do Ceará. O Assentamento Juá, agrovila Mata Fresca, fica às margens do Açude Edson Queiroz, que deveria abastecer o empreendimento, conforme o Relatório de Im- pacto Ambiental (RIMA) do Consórcio. Essa é também uma das razões que nos fez esco- lher trabalhar com as assentadas desse território. Apesar de a exploração da mina não estar em curso, os impactos da indústria mineral se manifestam desde as primeiras pes- quisas realizadas na jazida, quando foram abertas as primeiras galerias, na década de 1970 até os dias atuais, com a ausência de transparência no processo de licenciamento ambiental e com as ameaças de possível desterritorialização das comunidades do entor- no.

Também sinalizaremos, neste segundo capítulo, erros e contradições presen- tes no RIMA, a partir de um parecer realizado pelo Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e

16 O Sertão Central cearense é composto por 21 municípios localizados ao centro das outras seis microrre- giões do Estado. Situada no semiárido nordestino, essa região tem baixos índices pluviométricos e conta com elevada população camponesa, sendo a agropecuária e serviços os principais meios de sobrevivência dessas populações. Disponível: http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/Perfil_Regional_R5_Sertao_Central2014.pdf. Aces- so em: 05 out. 2016.

Saúde da Universidade Federal do Ceará (Núcleo Tramas – UFC), em 2015, entregue como Representação Pública ao Ministério Público Federal.

Essa estrutura econômica e política tem rebatimentos particulares na vida das mulheres camponesas e, para compreendermos, deveremos retomar a construção histórica do sistema patriarcal, da condição e da formação dessas mulheres no Brasil. É o que se propõe o terceiro capítulo deste trabalho. É pelo lugar que as mulheres ocupam na vida camponesa e na organização popular que optamos por realizar estes estudos com elas.

Conforme os I e II Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, produzidos a partir de 2004, as mulheres, principalmente as camponesas, ainda se encontram em condições de desigualdades e subalternidade em relação aos homens. “Estimativas da FAO indicam que apenas 1% da propriedade no mundo está nas mãos das mulheres” (BUTTO; R. HORA, 2008, p. 22).

Referente ao mercado de trabalho, tem-se que: “[...] em 1996, 52,2% das mulheres de 16 ou mais se encontravam ativas, ou seja, empregadas ou à procura de emprego, este valor alcançou 59% da população feminina em 2006. [...] Apesar do aumento ele ainda é bastante inferior àquele verificado para os homens (82,2%, em 2006)” (BRASIL, 2008, p. 34).

Em se tratando das atividades desenvolvidas no campo entre 1993 e 2006, a participação dos homens na produção para o autoconsumo saltou de 5,3% para 12%, enquanto a porcentagem das mulheres é de 41% e passou para 46,6%. Um crescimento das atividades feitas pelos homens de 126% e pelas mulheres de 13%. Apesar do aumento e apropriação maior dos homens, “[...] tais mudanças ainda estão distantes de um reconhecimento das trabalhadoras rurais” (BRASIL, 2008, p. 33).

Quanto ao direito das mulheres à terra e ao território, no que diz respeito à política de reforma agrária, o acesso das mulheres camponesas ainda é inicial. Nos primeiros anos de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, apenas 7% das mulheres estavam como titulares participantes do programa, de acordo com Butto e R. Hora (2008, p. 25):

Apesar das mudanças nas instruções do Pronaf, estabelecendo um mínimo de 30% os recursos a serem destinados preferencialmente às mulheres (Portaria 121, de 22 de maio de 2001), o acesso das mulheres ao crédito não se alterou. Na safra 2001/2002, as mulheres representavam 10,4% dos contratos realizados e 11,2% do montante financiado.

O Estado brasileiro reconhece o lugar de desigualdade em que se encontram as mulheres camponesas quando, no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), assume o desafio de enfrentar o “[...] padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural, assumindo que cabe ao Estado a implementação de políticas dirigidas à superação dessa situação de desigualdades” (MDA, 2004, p. 23).

Portanto, buscamos compreender de que forma as mulheres assentadas da Agrovila Mata Fresca constroem a territorialidade camponesa; conhecer suas trajetórias de vida, sua forma de organização social, econômica e política, bem como evidenciar suas reações e resistências frente à mineração de urânio e fosfato, problematizando os referenciais teóricos clássicos do feminismo e das relações de gênero e afirmando um feminismo de influência latino-americana. Assim como evidenciar as contradições entre essas territorialidades e a ação do capital expresso a partir da mineração.

As reflexões que propomos são fruto de uma trajetória de vida compartilhada e construída coletivamente com os movimentos sociais. Essa começa com a nossa ancestralidade materna do sertão do Ceará e paterna da zona da mata pernambucana. As migrações e histórias de uma vida cheia de desafios e resistências estiveram presentes durante a minha/nossa vida. Mesmo ouvindo falar pouco, a exemplo de minha avó materna, que sempre dizia “melhor não lembrar aqueles tempos” (ela que teve seu último filho na grande seca de 1958, em Quixadá, Ceará), as memórias e paisagens que vi e ouvi falar foram me acompanhando.

De um lado, uma família de origem europeia, provavelmente um misto de espanhóis/judeus que se deslocaram das bandas do Rio Grande do Norte para o Ceará. Do outro, um povo de origem africana, todo pertencente a um mesmo tronco, dado o nome de Santana (Sant’Ana é Nanã, na cosmologia africana). Essa cresceu em meio aos canaviais, mais precisamente na Usina de Massauassu¹⁷, Zona da Mata pernambucana.

Essa ancestralidade me acompanha desde sempre, em meio à grande metrópole, Fortaleza, terceira capital mais desigual desse país. Inicialmente, busquei fortalecê-la nas manifestações da cultura popular de Fortaleza. Ao adentrar na universidade, sentíamos a ausência de uma aproximação tanto do curso de Serviço Social quanto do movimento estudantil dos diálogos sobre a questão ambiental e a luta de comunidades indígenas, quilombolas, camponesas.

17 Essa usina ficava no município de Escada e provavelmente seu nome faz referência a um dos principais colonizadores de Pernambuco, Maurício de Nassau, que, em 1637, importou milhares de negros(as) africanas para a lida com a cana-de-açúcar e seu beneficiamento.

Desta forma, em 2008, brotou o Grupo de Resistência Ambiental por Outra(s) Sociabilidade(s) (GRÃOS). Estudávamos sobre a relação do Serviço Social com a “questão ambiental” e, neste mesmo ano, a convite da Profa. Raquel Rigotto (Núcleo Tramas – UFC), começamos a acompanhar a resistência e luta dos indígenas Anacé frente à ampliação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no município de São Gonçalo do Amarante, Ceará.

Àquela época, estes estavam prestes a ser desapropriados para a construção de refinaria, siderúrgica e termelétrica. Na primeira vez que estivemos na comunidade de Bolso, a Profa. Raquel Rigotto, a convite da Pastoral do Migrante, conversava com as pessoas de várias comunidades da região sobre os impactos de uma termelétrica que funcionaria movida a carvão mineral.

Ficamos estarecidas com tamanho impacto e, ao mesmo tempo, solidárias/comovidas profundamente com a indignação e dor que as pessoas das comunidades demonstravam ao ouvir a Profa. Raquel. A relação que tinham com a terra nos chamava profunda atenção. Era ali que estavam enterrados seus antepassados e era de lá que há tempos tiravam o sustento. Voltamos com a intenção de “gritar” para o Ceará o que aquelas famílias estavam vivendo: tamanha injustiça!

Produzimos, de forma muito amadora, o documentário “O Outro Lado do Progresso”. Esse documentário deu visibilidade à luta Anacé. Tantas outras ações foram realizadas, como: dossiê para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama); visita com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ao sítio arqueológico descoberto na área de construção da Termelétrica MPX; participação em Assembleias Estaduais dos Povos Indígenas etc. Acompanhamos essa luta até o ano de 2011, quando uma parte da etnia decidiu negociar a terra com o governo do Estado e, atualmente, aguarda a organização de uma reserva indígena.

Outras demandas foram chegando ao GRÃOS, dentre elas, a participação em um projeto de Biorremediação Vegetal/Fossa Verde, no Assentamento 25 de Maio, localizado no município de Madalena, no sertão central cearense, maior e mais antigo assentamento do MST no Estado, onde contribuímos para a mobilização e formação das famílias para a construção e manejo das fossas. Participávamos das reuniões do conselho existente no próprio assentamento, que conta com 17 comunidades, alcançando partes de três municípios do Estado. Momentos que foram de grande aprendizado e determinaram nossa aproximação ao MST (havíamos participado, em 2007, de um encontro estadual do movimento no Assentamento Maceió).

Caminhamos por tantos outros lugares, todos caminhos que nos aproximavam cada vez mais dos movimentos sociais, da luta popular por uma sociedade justa. Recordando o ano de 2008, quando, pela primeira vez, participamos da construção de um 8 de março unificado em Fortaleza. Foi nesse mesmo momento que conheci o Instituto Negra do Ceará (INEGRA), organização política de mulheres negras, feministas, que, desde 2003, vinha abrindo espaços para o debate e a superação do racismo, sexismo, patriarcado e capitalismo no Estado.

Em 2009, integramo-nos ao INEGRA e, logo em seguida, aproximamo-nos de comunidades quilombolas do Ceará, que tanto recusa sua negritude, com mais de quarenta comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

Trabalhamos, ainda hoje, com o fortalecimento étnico de grupos produtivos de mulheres quilombolas. Nossa monografia no Serviço Social apresentou o cotidiano e luta pelo território da comunidade quilombola de Alto Alegre e Base, localizada nos municípios de Horizonte e Pacajus.

Pouco antes, em 2010, aproximamo-nos do Projeto Santa Quitéria de mineração de urânio e fosfato, mais uma vez, a convite da Profa. Raquel Rigotto, para o GRÃOS. Participamos de uma disciplina do Mestrado em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará (UFC), chamada *Tópicos Avançados em Saúde, Trabalho e Ambiente*, como já sinalizamos. Essa se dedicou exclusivamente ao estudo da mineração de urânio, muito a partir da experiência de Caetité, em razão da demanda apresentada pelo MST e CÁRITAS. Ficamos em um grupo que discutia a mobilização e comunicação de risco.

A essa época, já acompanhávamos o processo de construção do curso de Serviço Social da Terra, que começou em 2013, e contribuíamos neste ano e em 2014, com o tempo-comunidade da turma.

Paralelo a esse momento do tempo-comunidade, entramos na Residência Agrária em Direitos Sociais do Campo, na Universidade Federal de Goiás (UFG) e fomos discutir justiça e direitos sociais em quatro territórios que vivenciam conflito socioambiental com megaprojetos no Ceará. Três deles sob influência do MST e outro sob influência do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Esse trabalho consagrou nossa aproximação tanto do MST quanto com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Passamos a contribuir com o tempo-escola da turma de Serviço Social da Terra, motivo pelo qual avaliamos a necessidade da entrada no Territorial.

Iniciando esse novo ritmo de estudos impressos pela pós-graduação, em especial pela Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), aproximamo-nos de debates e conceitos fundamentais para a compreensão do nosso lugar no mundo, em especial, para

a compreensão das contradições vividas nesse capitalismo agrário brasileiro. Mais que isso, essa pesquisa expressa um trabalho de fortalecimento da luta popular e de reafirmação do nosso compromisso.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Adotamos a pesquisa participante como norteadora desse trabalho, na tentativa de construção de uma ciência comprometida com a transformação das realidades vividas e a partir delas. Entendemos aqui a pesquisa como um processo educativo para a pesquisadora, bem como para as sujeitas da pesquisa a partir do seu território. A pesquisa participante tem origem nos países latino-americanos que questionam a ciência que produz trabalhos que empilharão bibliotecas ou serão engavetados. Desse modo, a pesquisa participante, ao contrário, compreende que a ciência deve responder às complexas demandas da realidade do povo, por meio de um processo que é também educativo.

O saber não é uma simples cópia ou descrição de uma realidade estática. A realidade deve ser decifrada e reinventada a cada momento. Neste sentido, a verdadeira educação é um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos que vivem. (BRANDÃO, 1984, p. 19)

Estamos falando, portanto, de uma pesquisa cujo conhecimento “[...] se move como uma espiral contínua em que o pesquisador vai das tarefas mais simples para as mais complexas e do conhecido para o desconhecido em contato permanente com as bases sociais” (BRANDÃO, 1984, p. 55).

Como instrumentos de pesquisa, valemo-nos de entrevistas semiestruturadas com quinze (15) mulheres do Assentamento Juá, da Agrovila Mata Fresca. A observação direta das reuniões da comunidade e outros momentos possíveis foram registrados em diários de campo.

Realizamos seis (06) encontros temáticos voltados para a pesquisa (Tabela 01). Esses encontros foram planejados com parte das mulheres do assentamento em outubro de 2015 e realizados no período de novembro de 2015 a abril de 2016. O primeiro encontro aconteceu na casa de umas das mulheres, com seis assentadas. Nesse encontro, apresentamos a proposta de trabalho da pesquisa e programamos os seguintes.

Quadro 1 – Resumo dos encontros com as participantes da pesquisa

TEMA	DATA	METODOLOGIA	RESULTADOS
Planejamento da pesquisa	Outubro/2015	Roda de conversa com seis mulheres do assentamento para apresentação da pesquisa e planejamento dos	As mulheres, a pesquisa e os encontros, sugerindo que o primeiro tivesse como tema “Saúde da mulher”,

		próximos encontros.	em razão da recorrência das mulheres com nódulos mamários ou uterinos.
Saúde da mulher	Dezembro/2015	Após um momento místico com um companheiro do MST, iniciamos perguntando ao grupo quem mais adoecia, se eram os homens ou as mulheres, seguido do por quê? A partir disso, com o auxílio de uma cartilha da Secretaria de Saúde do Estado, fomos dialogando.	Um grupo maior de mulheres, homens, crianças e jovens participaram e consideraram importante a conversa, principalmente por conta das doenças que já ouviram falar, decorrentes da atividade mineral com urânio.
Relações de gênero e patriarcado	Janeiro/2016	A partir do vídeo <i>Sonho Impossível</i> , conversamos sobre as relações desiguais entre homens e mulheres.	Algumas mulheres mapearam as atividades, trabalhos que desenvolvem durante o dia, bem como os seus companheiros.
Mineração de Urânio e Fosfato	Fevereiro/2016	Conversamos sobre o Consórcio Santa Quitéria a partir de algumas informações presentes no EIA/RIMA.	O grupo confirmou algumas informações sobre o empreendimento e se apropriou de outras.
A Luta das mulheres	Março/2016	Iniciamos conversamos sobre o significado 8 de março para o movimento de mulheres e, em seguida, fizemos a “dinâmica do espelho”, onde cada mulher caracterizava a si própria/a imagem que via no espelho.	Dentre as reflexões, algumas mulheres declararam que nunca tinham parado pra pensar sobre as mulheres que são; sobre quando se perceberam mulheres e sobre as suas trajetórias de vida.
Território camponês e Território do capital	Abril/2016	Através do mapa de Santa Quitéria e do mapa do assen-	Apesar de a representação espacial ter sido feita pelas

tamento, o grupo foi identificando a Agrovila Mata Fresca, depois a localização da Mina de Itataia e, em seguida, confeccionaram duas representações espaciais da Agrovila. Uma delas com destaque para as águas presentes na Agrovila.

mulheres, estas nomearam as casas com o nome dos seus companheiros, em sua maioria. Identificaram produção, cisternas etc.

Fonte: elaborado pela autora.

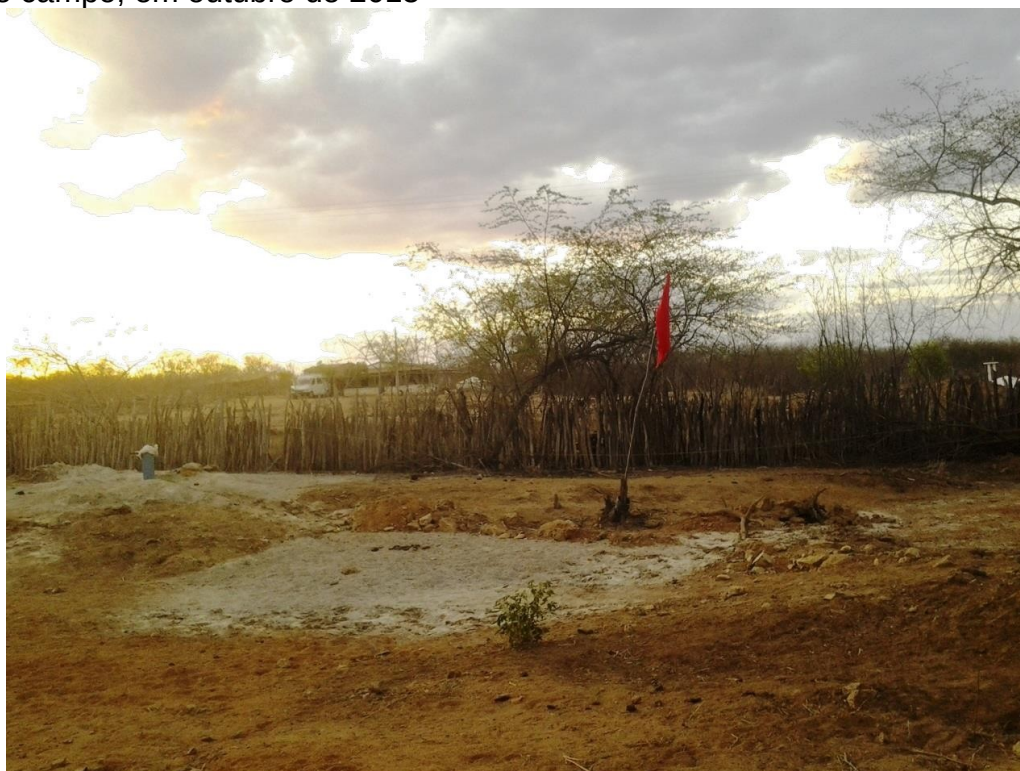
Figura 1 – Segundo encontro temático do grupo, em dezembro de 2015



Fonte: Arquivo pessoal. Pesquisa de Campo, 2015.

Figura 2 – Poço perfurado após Jornadas de Lutas do MST em abril de 2015, em vi-

sita de campo, em outubro de 2015



Fonte: Arquivo pessoal. Pesquisa de Campo, 2015.

Em dezembro do mesmo ano, dialogamos com as famílias sobre saúde da mulher, considerando que há um elevado índice de mulheres que já tiveram câncer de mama ou identificaram nódulos mamários e estão em tratamento. Estiveram presentes na casa sede da Agrovila Mata Fresca em média 40 pessoas, entre mulheres, homens, crianças e adolescentes, incluindo famílias da Agrovila São Damião dos Bragas, que também faz parte do Assentamento Juá. Iniciamos com música cantada e conduzida pelo dirigente do MST. Em seguida, perguntamos ao grupo: “Quem mais adoece, os homens ou as mulheres?”. Todos(as) responderam: “As mulheres”. Então, perguntamos: “Por quê?” e um senhor respondeu: “Porque as mulheres carregam as vidas nas costas”. Seguimos conversando sobre saúde da mulher a partir de um material da Secretaria de Saúde do Ceará (Vide registro fotográfico).

No terceiro encontro, ocorrido em janeiro de 2016, tínhamos como principal objetivo conhecer as percepções do grupo sobre as relações de gênero e patriarcado. Para isso, iniciamos assistindo ao vídeo *Sonho Impossível* e, em seguida, as pessoas conversaram sobre quais atividades as mulheres desempenham e quais os homens desempenham no assentamento, a fim de confeccionarmos um mapa desse cotidiano.

No quarto encontro, tínhamos como mote um diálogo sobre a mineração de urânio e fosfato. Neste, iniciamos a confecção do mapa do assentamento. A representação espacial das comunidades frente ao Projeto Santa Quitéria é um instrumento técnico

cujas informações do lugar ultrapassam as dimensões eminentemente cartográficas e alcançam os elementos simbólicos, culturais da organização social, política, produtiva do território.

A cartografia social constitui-se como um ramo da ciência cartográfica que trabalha de forma crítica e participativa com a demarcação e caracterização espacial de territórios em disputa de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos.

Ao cartografar não só dizemos o que sabemos sobre o espaço, capturamos as contradições expressas nas representações produzidas cotidianamente, que só podem ser explicadas pela realidade em movimento, por uma totalidade. Trabalhamos efetivamente para não autonomizar a cartografia, o mapa, tampouco as técnicas cartográficas, mas situar a condição espacial camponesa frente ao processo de produção do espaço no modo de produção capitalista. [...] Aqui o mapa buscará assumir múltiplas determinações, exerce sua enunciação, a veiculação de um discurso, constitui-se cognitivamente como meio de desenvolvimento do raciocínio espacial, portanto viabiliza um saber espacial que produz representações e manifesta um estado de consciência, de classe. (MEIRELES; GORAYEB, 2014, p. 5).

A partir da cartografia social, as mulheres conseguiram situar o seu território no município de Santa Quitéria, a localização do Assentamento Juá e da Mina de Itataia, a localização da Agrovila Mata Fresca dentro do Assentamento Juá, bem como representaram suas moradias, quintais, culturas, criações etc., que explicitaremos no capítulo dois deste trabalho.

O quinto encontro teve como mote o 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres. Ocorreu com um grupo bem menor, cinco pessoas, pois coincidiu com o culto evangélico do qual parte das famílias do assentamento fazem parte.

No último encontro que realizamos, estiveram presentes seis mulheres. Levamos dois mapas: um com os assentamentos federais da região e outro do assentamento Juá, concedidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Um mapa contendo os assentamentos federais da região e outro mapa com a representação cartográfica do assentamento Juá.

Coletivamente, tentamos identificar onde está situada a Agrovila Mata Fresca, bem como sua localização espacial relacionada à Mina de Itataia. Visualizamos, ainda, o mapa presente do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Consórcio Santa Quitéria. Em seguida, conversamos sobre o mapa como um instrumento de luta e defesa da vida camponesa. Por fim, o grupo confeccionou o mapa da Agrovila Mata Fresca.

Urge mensurar e analisar os discursos e as práticas dos sujeitos coletivos produtores dos territórios. Para isso, realizamos também levantamento bibliográfico, tabulação dos dados coletados e análise de conteúdo (CHIZZOTTI, 2006).

O que empreendemos não busca sobrepor tal estratégia metodológica em relação às discussões teórico-metodológicas estabelecidas ao longo deste trabalho. Com

efeito, objetivamos acumular ao movimento dialético de análise do fenômeno estudado, compreender as territorialidades das mulheres camponesas frente à mineração de urânio e fosfato.

Conduzindo nossas reflexões, valemo-nos da teoria social crítica, buscando desvelar os fatos e compreender a realidade. É descobrindo o real, buscando a essência, o mediato, que poderemos modificá-lo. Compreendemos que a pesquisa é uma mediação fundamental para a prática social e esta prática deve levar em consideração as demandas populares, em consonância com Martinelli (1999).

A mística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos acompanhou durante todo o processo da pesquisa. Em cada encontro, representantes do MST leram poesias e cantaram músicas relacionadas ao conflito com a mineração, à importância da organização popular, à disputa entre os(as) camponeses(as) e os novos coronéis da região. Esses momentos compuseram a construção do conhecimento, contribuindo para coleta de informações, tendo em vista que, ao final de cada mística, o grupo tecia comentários.

A mística só tem sentido se faz parte da tua vida [...]. Temos de praticá-la em todos os eventos que aglutinem pessoas, já que é uma forma de manifestação coletiva de um sentimento. Queremos que esse sentimento avance em direção a um ideal, que não seja apenas uma obrigação. (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 130).

Influenciadas pela mística do MST e desbravando esse mundo dos minérios, para fins de garantir o sigilo das mulheres camponesas entrevistadas, numa perspectiva ética, substituímos seus nomes por minerais preciosos.

Por fim, estará presente neste trabalho a atualidade do campesinato para a compreensão do que estamos propondo, considerando que a questão agrária brasileira ainda estabelece relações de desigualdade e luta de classes no campo. É, portanto, um conceito-chave para a compreensão das contradições do campo (MARQUES, 2000).

Estamos falando de uma classe social, cuja particularidade do modo de vida, “[...] apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista” (TAUSSIG, 1980 *apud* MARQUES, 2000, p. 59). O trabalho e produção familiar com a terra ora subalterniza os(as) camponeses(as) às relações de produção e reprodução do capital, ora afirma sua campesinidade e relação com a natureza.

Quanto à questão agrária, para Stédile (2005), existem diversas formas para compreendê-la no Brasil. As elaborações vão desde a compreensão política mais vinculada aos conflitos, passando pela sociologia, história, geografia, onde a centralidade do de-

bate está na apropriação humana da terra, do território, da natureza. Considerar o período colonial de *plantation* com a monocultura da cana-de-açúcar e a escravização da população negra, bem como a Lei de Terras de 1850, que estabelece a propriedade privada da terra, é fundante para a compreensão da questão agrária brasileira.

Trouxemos também reflexões iniciais sobre a mineração e o significado desta atividade no semiárido, considerando o lugar do Nordeste na geopolítica brasileira. E, finalmente, fizemos um esforço de elaborar sobre as relações de gênero e o sistema patriarcal a partir de referenciais afro-latinos no processo de análise da resistência das mulheres assentadas da Agrovila Mata Fresca.

3 DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A MINERAÇÃO DO BRASIL

“Meu avô era bem moreninho. Minha avó era branca dos olhos azul. A gente sempre foi morador”. (Safira)

“[...] se da violência nasce a morte, nasce também a vida”. (OLIVEIRA, 2006)

Neste capítulo, iniciaremos com o debate sobre a questão agrária no Brasil, considerado fundamental para a compreensão da resistência camponesa, transitando entre reflexões iniciais das epistemologias descoloniais e alguns clássicos do debate agrário. Feito essa base, dedicamos um esforço, no segundo subtópico, em elaborar sobre a indústria da mineração, para fins de compreender o cenário geopolítico nacional e onde se localiza o Consórcio Santa Quitéria nesse.

3.1 Colonialidade brasileira e rebatimentos na geopolítica agrária nacional

Contaremos, a princípio, com as contribuições de Porto-Gonçalves (2006), na tentativa de compreender os rebatimentos da colonialidade brasileira na configuração da geopolítica agrária em escala nacional e, conseqüentemente, na luta popular.

[...] se desde o início de nossa formação territorial, tivemos uma geografia do latifúndio, da monocultura, e da escravidão, tivemos também uma geografia da liberdade e da diversificação produtiva, conformada por camponeses étnica e culturalmente diferenciados. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 109).

Essas ideias nos convidam a compreender a questão agrária brasileira a partir de uma perspectiva latino-americana e não europeia colonizadora. Desta forma, ancoramos as categorias “sistema-mundo moderno colonial”, na tentativa de descobrir sob quais bases se estruturaram a luta pela terra e pelo território, bem como os conflitos socioterritoriais e, porque não dizer, o patriarcado, que também estrutura as relações sociais latinas.

O mesmo autor nos apresenta que esse “sistema-mundo moderno colonial” tem início em 1492, quando “[...] as monarquias territorialmente centralizadas de Portugal e Espanha que, financiadas com capital genovês, buscaram novos caminhos para o lucrativo comércio no Oriente” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 153).

A caminho das especiarias do oriente se encontraram com o que viriam a chamar de América, nome dado “pelo conquistador e em homenagem a si próprio”. Parafraseando o mesmo autor, é esse encontro que possibilitará o surgimento do mundo moderno que, desde o seu início, é colonial. É também esse encontro que fará a Europa o centro do mundo. “A Europa, até então feudalizada em toda parte menos na península ibéri-

ca, vai, com a conquista colonial da América, reunir uma riqueza sem precedentes por meio do saque, da servidão indígena e da escravidão negra” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 153).

Reiteramos que antes de 1492 a Europa estava distante dos principais ciclos comerciais, pois era eminentemente feudal. Ou seja, o que nos colonizou foi uma “modernidade nada moderna”. A modernização da Europa se deu em razão da colonização das Américas (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2009).

O eurocentrismo tem origem nesse momento de “conquista” dos povos da América. A referência “das gentes”, das necessidades, do comércio, das tecnologias e indústrias advém apenas da Europa. Exemplo de eurocentrismo destacado pelo autor é a historicização da indústria feita por Marx, que não se referencia às tecnologias e indústrias existentes antes da Revolução Industrial europeia do século XVIII. “O açúcar, principal mercadoria manufaturada nos séculos XVI e XVII, era produzido nos mais modernos engenhos de produção até então construídos que não estavam na Europa, mas sim, no Brasil, em Cuba, no Haiti. Somos modernos há 500 anos!” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 153).

Desta maneira, compreender a formação agrária brasileira perpassa necessariamente pela compreensão da nossa condição de país colonizado, subalternizado e que “surge” a partir e para corresponder às demandas do iniciante e expansivo comércio europeu. Isso quer dizer que além dos genocídios cometidos aos povos que aqui se encontravam¹⁸, aos que permaneceram, restou “[...] falar a língua [do dominante] com outro sentimento, porque a modernidade chega com a mão santa da chibata ou com o glifosato da Monsanto” (PORTO-GONÇALVES, 2006). Essa lógica permanece com a chegada dos franceses, ingleses e holandeses, o que demarca o que o autor nomina de “segunda modernidade”.

Cabe uma observação fundante que coloca o Brasil em situação diferenciada do restante da América Latina. Enquanto os espanhóis negociaram com os povos nativos as suas necessidades, os portugueses os exterminaram e escravizaram. Sem falar que os povos andinos tinham o domínio de técnicas dos metais, já os originários do Brasil não (ZIBECHI, 2007).

18 Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1500, existiam aproximadamente 2.000.000 no litoral e 1.000.000 nativos no interior desse território. Em 1570, passaram a existir 200.00 no litoral. Em 1650, 100.00 no litoral e 600.000 no interior. Essa população foi sendo dizimada, mas, apesar disso, o censo demográfico do IBGE de 2010 aponta que a população indígena alcança a quantidade de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem no campo e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. Presentes em todos os Estados brasileiros. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

Ainda sobre a colonização da América, Chonchol (1996) afirma que onde os colonizadores encontraram metais preciosos e uma considerável densidade demográfica de populações nativas, como no México e nas montanhas andinas do Peru, impulsionaram o sistema de mineração. Em outras regiões, com uma menor densidade demográfica e falta de metais preciosos, eles apostaram no desenvolvimento do cultivo de culturas tropicais de exportação. Como, por exemplo, a cana-de-açúcar, cacau, café, tabaco e algodão desenvolvidos no Brasil e no Caribe.

En los dos casos, el de la economía minera y el de la economía de plantación, la apropiación por los colonizadores de los recursos naturales útiles y el control forzado de la fuerza de trabajo, fueron la base económica sobre la que se desarrolló y se estructuró la sociedad colonial (CHONCHOL, 1996, p. 60).

A colonização espanhola alcançou o auge da sua economia entre 1545 e 1630 com a mineração. A baixa da exploração mineral deveu-se muito em razão da diminuição da população indígena, em consequência das péssimas condições de sobrevivência, apesar de elas terem acompanhado a mineração. Já a colonização portuguesa teve como principal economia a plantação de cana-de-açúcar, apesar de também terem explorado minérios no Brasil.

Com a colonização portuguesa, a terra brasileira foi dividida em sesmarias¹⁹, que consistiam em grandes extensões de terras e ficavam sob a administração de um donatário, uma pessoa enviada pela coroa portuguesa. Nesse contexto, encontramos a origem dos latifúndios. Temos, portanto, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil feito a partir dessa concentração fundiária.

A costa nordestina foi a primeira extensão brasileira a ser explorada. Em 1535, Duarte Coelho recebeu do rei de Portugal hectares de terra que se estenderiam desde a foz do rio Santa Cruz (norte) até a foz do rio São Francisco, conforme Andrade (1989). Ainda em consonância com o mesmo autor, até 1584 o Nordeste já contava com 166 engenhos.

Ao lado da cana-de-açúcar cultivavam-se, no primeiro século de colonização, produtos americanos que os europeus se acostumaram a consumir, como o algodão, a mandioca, a macaxeira, o milho, várias espécies de fava e legumes, além de plantas exóticas como o arroz e várias fruteiras, legumes e coqueiros introduzidos aqui pelos portugueses que, navegando por todo o mundo, trouxeram da Ásia, África e Oceania. (ANDRADE, 1989, p. 75).

¹⁹ “O regime de sesmarias era racialmente seletivo, contemplando os homens de condição e de sangue limpo, mais do que senhores de terras, senhores de escravos” (OLIVEIRA; FARIA, 2016, p. 4).

A maior quantidade de engenhos estava concentrada no atual estado do Pernambuco. Conforme Andrade (1989, p.81), eram 287 engenhos: “[...] 63 na atual Alagoas, 32 na Paraíba e 3 no Rio Grande do Norte”.

Sobre a forma como o latifúndio se constituiu no Brasil, Oliveira e Faria (2016) afirmam que a terra é uma mercadoria que se distingue de todas as outras, haja vista essa não ser fruto do trabalho. Ainda a partir dos mesmos autores, a terra é uma mercadoria que não circula, “[...] em seu lugar circula o seu representante, o título de propriedade”. Todas as mercadorias se realizam a partir da sua utilidade e utilização, “[...] de quem as possui e usa”. “[...] Nas outras mercadorias, o ter é condição do usar e o usar é a realização do ter” (OLIVEIRA, 2016 *apud* MARTINS, 1986, p. 32-33).

Os conflitos foram regra, pois, para os indígenas, originários desse país, a terra não era mercadoria, nem título. Os nativos concebiam “[...] muito mais a natureza como parte da vida, do que apenas a vida como parte da natureza, a natureza aparece como algo intrínseco ao indígena” (OLIVEIRA, 2016, p. 99).

Pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, café, algodão. Foram muitos os ciclos de produção desenvolvidos no país para atender ao mercado externo. No período colonial e parte da república brasileira, predominou a escravização de indígenas e negros nessa produção. Ao passo que houve a exploração do trabalho dessas “gentes”, também houve resistência, negação, rebeldia.

Os quilombos talvez tenham sido a primeira forma de luta pela terra e pelo território no Brasil. Além do quilombo do Ambrósio, tivemos muitos outros e um mais conhecido, o quilombo de Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas. Canudos, Balaiada, Cabanagem e Caldeirão também registraram na história a luta pela terra.

Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age *entre* duas lógicas. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165).

A concessão de sesmarias cessou em 1822 e em 1850 tivemos a Lei de Terras. Esta consolidou a terra como mercadoria. Nas palavras de Martins (1980), “tornou a terra cativa”. Afirmam Oliveira e Faria (2016, p. 9): “[...] aquele que tinha efetivamente a posse da terra estava destituído do direito sobre ela. E garantiu, portanto, a aquele que sendo portador do título da terra, mesmo, sem nunca tê-la ocupado de fato, ter o domínio sobre a mesma, ou seja, o direito de propriedade privada da terra”.

No Brasil, a burguesia atuou solidificando ainda mais a propriedade da terra. Os latifundiários não foram transformados em capitalistas, do contrário, os capitalistas industriais foram transformados em proprietários de terra. Oliveira (2001) afirma que o capitalismo que se desenvolveu no país criou e recriou o campesinato como um sujeito social dentro do próprio capitalismo. Esse que é, nas palavras do mesmo autor, “moderno no verso e atrasado no reverso”.

Ainda nesse movimento de busca por compreender o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, Oliveira (2007) apresenta algumas teses que concordam e discordam em suas análises.

Uma dessas teses apresentadas por esse autor afirma que temos no Brasil resquícios do feudalismo e que, portanto, assim como no feudalismo, os(as) camponeses(as) foram expulsos da terra para adentrarem na indústria mercantil. Outra tese compreende que há uma tendência de a agricultura capitalista gerar camponeses ricos, grandes fazendeiros e camponeses pobres, “[...] que se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam, portanto” (OLIVEIRA, 2007, p. 8).

O autor também apresenta os estudiosos de outra tese, que defendem a modernização do latifúndio e a mudança deste para empresas rurais capitalistas e, dessa forma, o modo capitalista de produção implantar-se-ia de maneira plena na agricultura, tal qual se implantou na indústria. Todas as argumentações dessa corrente levam à transformação dos(as) camponeses(as) à condição de assalariados rurais.

Teses mais recentes afirmam que a permanência e reprodução do campesinato faz parte do movimento contraditório do capital.

[...] os autores dessa corrente entendem principalmente que o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 13).

Para o autor que referenciamos, o que acontece verdadeiramente no campo brasileiro, sob a estrutura do modo capitalista de produção, é a “sujeição da renda da terra ao capital”, pois “A renda da terra é uma categoria especial na Economia Política, porque ela é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Esse processo se dá ou “[...] pela compra e venda da terra ou pela subordinação da produção camponesa” (OLIVEIRA, 2007, p. 40). O autor completa sua ideia assinalando que não se consegue entender o campesinato partindo daquele conceito de

“subsunção formal e real do trabalhador ao capital” de Marx. Afirma também que o caminho para entender o campesinato dentro do capitalismo “[...] é pela via de que tais relações não-capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital” (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

O fato é que essa estrutura agrária ganha novas roupagens nos três últimos governos brasileiros, autodenominados democráticos e populares, com programas econômicos, sociais e políticos que impactam das mais variadas formas os territórios campesinos²⁰. A era neoliberal abraçada pelos governos brasileiros desde os anos 1980 tem aprofundado a precarização do trabalho e da vida do povo do campo e da cidade.

Decerto que esses governos estão inseridos no que Meszáros (2002) conceituou de “forma incontrolável de controle sociometabólico” que o capital exerce sobre a totalidade da sociedade. O mesmo autor afirma que o modo capitalista de produção e reprodução da vida já surge num dado momento da história, totalitário, “[...] que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais até as mais gigantescas empresas transacionais” (MESZÁROS, 2002, p. 96).

Esse sistema é “orientado para a expansão e movido pela acumulação”, num ininterrupto processo de hierarquização da divisão social do trabalho, separação radical entre controle e produção material, movimentado pela exploração e extração máxima do trabalho excedente dos produtores.

Ainda com o mesmo autor, vimos que, talvez, a única estrutura que exerça “controle” sobre o sistema do capital seja o Estado moderno. “[...] o Estado moderno passa a existir, acima de tudo, para poder exercer o controle abrangente sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado” (MESZÁROS, 2002, p. 107).

Essa lógica do capital, cujas empresas transnacionais são as suas principais impulsionadoras, vem modificando abruptamente os territórios campesinos, haja vista executarem suas políticas financeiras com o importante amparo dos estados nacionais.

A simbiose de interesses entre a comunidade financeira e as autoridades econômicas governamentais se constitui em um elemento singular dessa nova época e parece será razão pela qual os países latino-americanos vêm conduzindo o pro-

20 Entendemos por territórios campesinos os espaços cuja produção e reprodução têm como lugar de partida e de chegada o trabalho com/na terra/campo. Sendo os(as) camponeses(as) sujeitos(as) sociais criados(as) e recriados(as) pelo modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 2001). Iremos aprofundar essa discussão mais a frente.

cesso de globalização centrado na dimensão financeira (DUPAS; OLIVEIRA, 2005, p. 32).

Desta forma, o agronegócio, os programas energéticos e de aceleração do crescimento no Brasil, dentre outros, são exemplos fiéis dessa simbiose, que faz persistir nesse território e nos outros países da América Latina, resguardadas suas particularidades, “[...] um quadro grave e crescente de miserabilidade de suas sociedades, incentivando indiretamente, a médio e longo prazo, parcelas crescentes da sociedade a utilizarem mecanismos alternativos de sociabilidade [...]” (DUPAS; OLIVEIRA, *apud* DUPAS, 2004, p. 41).

O território é lugar de uma complexa diversidade com possibilidades constantes de transformação advindas das “relações sociais no processo de produção do espaço” (FERNANDES, 2008, p. 277). O desenvolvimento territorial do campo parte de uma profunda crítica àquele modelo de desenvolvimento capitalista e que nos fica o desafio de apreender as “[...] contradições e as conflitualidades entre relações capitalistas e as relações não capitalistas” presentes nestes lugares (FERNANDES, 2008, p. 291).

Ainda em Fernandes (2008), vimos que para compreender esses territórios faz-se necessário “conceber as relações de poder que determinam a soberania [do lugar]” (FERNANDES, 2008, p. 279). No nosso caso, temos a proposta de alcançar essas relações de poder manifestadas na produção da vida de/entre mulheres e homens camponesas(es) em sua territorialidade e destes(as) com o grande capital.

Sobre território, Porto-Gonçalves (2006) chama a atenção para superarmos a noção advinda da Europa que dividiu o Brasil a partir da monarquia portuguesa e das oligarquias locais.

De tal forma a territorialidade inventada pelos portugueses e espanhóis conseguiu impor-se ao mundo que sequer nos damos conta de que os territórios não são substâncias a-históricas e que são sempre inventados e, como tais, realizam concretamente os sujeitos históricos que os instituíram. Portanto, há que se considerar o território e seus sujeitos instituintes e, assim, é fundamental que desnaturalizemos esse conceito. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 161).

Ainda imbuído da necessidade de superar a condição de colonialidade, incluindo o saber colonizado, Porto-Gonçalves (2006) explicita que a lógica dicotômica e separatista eurocêntrica que tende a separar sociedade e território. Vejamos importantes considerações:

[...] não temos primeiro a sociedade (ou o espaço) e depois o espaço (ou a sociedade) – sociedade e espaço. Na verdade, sociedade é espaço, antes de tudo, porque é constituída por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo. O fato de que

os homens e mulheres sejam seres que fazem História e Cultura, animais simbólicos que são, não os faz deixar de ser matéria viva. Toda apropriação material é, ao mesmo tempo, e não antes ou depois, simbólica. Afinal, não nos apropriamos de nada que não faça sentido, que não tenha *sign*-ificado. O conceito de território pensado para além dos dualismos nos obriga a abandonar um dos pilares do pensamento eurocêntrico que é a separação de sociedade e natureza. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 163).

É sob essa influência que tentamos avançar na compreensão da questão agrária brasileira, no Nordeste e no Ceará. E, para além de pensar a questão agrária e suas particularidades no Nordeste e no Ceará, faz-se necessário e estratégico tecer algumas reflexões a partir do trabalho camponês, trabalho carregado de particularidades.

Wanderley (1985) afirma que o camponês é um trabalhador para o capital e que, diferente do trabalhador urbano, operário, do trabalho do campo há apenas a “subsunção formal do trabalhador”, ou seja, ele continua com relativa autonomia do seu trabalho.

[...] o camponês, sob o capitalismo, torna-se um agente que permite a apropriação por terceiros, da totalidade da mais valia por ele produzida, a qual é liberada, incorporada ao processo global de acumulação e canalizada para os setores dinâmicos da economia. (WANDERLEY, 1985, p. 51).

Já Oliveira (2007) afirma que o camponês não é um trabalhador para o capital, mas que a sua renda, a renda camponesa, é apropriada pelo capital e que a centralidade dessa relação está em compreender a renda da terra.

O que parece fundamental é que os níveis de transferência da renda da terra da agricultura, transformada pelos monopólios em renda capitalizada, no geral têm-se aprofundado, embora possam, setorialmente e conjunturalmente, permitir certa acumulação na própria unidade camponesa. (OLIVEIRA, 2007, p. 35).

Para Thomaz Jr. (2005), a nova ordem metabólica do capital que, no campo, se expressa muito bem através do agronegócio, tem expropriado milhões de camponeses(as) e aumentado o número de desempregados(as). Ora camponês(a), ora operário(a), “[...] num movimento de ida e volta, a plasticidade refeita do trabalho, lastreada nas mediações que redefinem a (des)realização do trabalho e da classe trabalhadora” (THOMAZ JR., 2005, p. 4).

O mesmo capital que desterritorializa os(as) camponeses(as), deslocando-os(as) e forçando-os(as) para a experiência da proletarianização, recria o campesinato “[...] por meio do arrendamento, da compra da terra, e da ocupação de terra, que seguem rotinas específicas no tocante à dinâmica da sujeição da renda da terra ao capital [...]” (THOMAZ JR., 2005, p. 20).

Esses dois últimos autores corroboram com uma corrente do pensamento marxista que compreende que o campesinato é consequência das relações contraditórias criadas pela sociedade capitalista. Compreendem, diferentemente de alguns autores clássicos, como Lenin e Kautsky, que apregoavam o fim do campesinato com o desenvolvimento das forças capitalistas, que é possível a existência do campesinato no interior do capitalismo.

[...] a existência do camponês assentado não nega a lógica do capital, todavia ao mesmo tempo em que está vinculado à lógica deste, também descobre caminhos para o rompimento dessa submissão, por exemplo, participando de novas ocupações e engrossando as fileiras das manifestações anticapital e, no limite, fazendo opções para estender e manter seus princípios de sociabilidade. (THOMAZ JR., 2005, p. 17).

Para essa compreensão, que surge do concreto vivido por milhares de trabalhadores(as) sem terra, por exemplo, que continuam ocupando terra para garantirem seu trabalho, produção e relativa autonomia, Thomaz Jr. (2005) nos desafia a refletir sobre a classe trabalhadora do século XXI. Afirma que só conseguiremos entendê-la se enxergarmos essa lógica estruturante da não realização do trabalho, que recria uma variedade de relações e extrapola os entendimentos clássicos sobre a classe trabalhadora.

Em se tratando do trabalho²¹ das mulheres no campo, vale destacar o trabalho produtivo, aquele que “cria valor”²² e acontece, geralmente, através da agricultura e do artesanato; do trabalho improdutivo, aquele de professora da escola ou de agente comunitária de saúde, que, apesar de ser fundamental para o assentamento/comunidade, não produz diretamente mercadoria para o capital. E, ainda, o trabalho presente na esfera da reprodução social, o que dá condições para os seus filhos estudarem e companheiros trabalharem (a lavagem de roupa, a comida, a limpeza da casa etc.), tão invisibilizado e subalternizado.

Do trabalho produtivo, poderíamos aprofundar a relação estabelecida entre essas mulheres e a natureza, que, de fato, em tempos de ameaças/crise ambiental, estabelecem relação completamente diferente com a terra, se comparada à forma de exploração

21 Compreendemos o trabalho enquanto categoria, tarefa, atividade que nos torna seres diferenciados dos outros organismos vivos e não vivos da natureza. A partir da ontologia do ser social, compreendemos que é através do trabalho que transformamos teleologicamente a natureza e, igualmente, somos transformados(as) por ela. Se não vivêssemos sob o modo de produção capitalista, seríamos livres do *trabalho alienado* e conseguiríamos viver nossa humanidade em plenitude. Mas, sob o capitalismo, o nosso trabalho se torna mercadoria/*reificação* e, ao invés de uma identificação entre o(a) trabalhador(a) – criador(a) e o(a) produtor(a) do seu trabalho – criatura, há um processo de alienação (LESSA, 2004).

22 “Pode-se definir trabalho produtivo como todo trabalho que se troca por capital [...] ou seja, todo trabalho que enriquece a um ou a vários capitalistas e que lhes permite apropriar-se de uma parte da massa global de mais-valia produzida pela massa global de trabalho assalariado que produz valor” (MENDEL *apud* NETTO, 2007, p. 115).

feita pelo capital. As mulheres transformam a natureza e são transformadas por ela, objetivando a produção das vidas, enquanto o agronegócio se relaciona com a terra para produzir lucros, o que veremos mais à frente com as informações da pesquisa de campo.

Ainda nos é de grande valia as relações que essas mulheres estabelecem com os outros sujeitos do seu território, a sua práxis, os seus atos criativos e de autoprodução. A categoria práxis pode nos auxiliar a compreender as relações que ultrapassam a dimensão material. Permite-nos aproximação de como “[...] o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais [...] – um mundo social, humano enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em gênero humano” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 44).

Essas análises, tão valiosas para nossa compreensão da vida no campo, a dimensão étnico-racial, estruturante da sociedade e das relações de trabalho camponês, tem sido pouco desenvolvida pelos autores clássicos, estudiosos da questão agrária. Além de trabalhadores(as), têm uma origem étnico-racial.

Corroborando com a máxima de Quijano (*apud* PORTO GONÇALVES, 2006, p. 160), de que “[...] o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade” e que o racismo foi uma das forças motores para expansão do mercado capitalista, através da escravização e colonização dos povos, pensamos que, para entender a subordinação do(a) trabalhador(a) ao capital, faz-se necessário também compreender que “[...] a história da moderno-colonialidade e da racialidade a partir de um lugar de subalterno”.

Qual a origem? De onde vêm os povos do campo, sua etnicidade e sua cultura? Quem são os(as) camponeses(as) dos nossos tempos, senão a continuidade dos quilombolas, indígenas e migrantes que estiveram trabalhando na terra no início do “mundo moderno colonial”? Porque “[...] desde o início de nossa formação territorial, tivemos uma geografia do latifúndio, da monocultura, e da escravidão, tivemos também uma geografia da liberdade e da diversificação produtiva, conformada por camponeses étnica e culturalmente diferenciados” (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2009, p. 109). São elementos importantes para avançarmos na compreensão da questão agrária brasileira na contemporaneidade.

Assim como também constitui dimensão fundamental para compreensão do território agrário brasileiro, nos nossos dias, toda a ofensa que o capital tem tentado forjar/ desenvolver no campo.

A atualidade da questão agrária no país, nessa virada de século, revela-se nas relações de poder e de violência, no monopólio da propriedade da terra, e nas estratégias de luta e de resistência dos segmentos das classes subalternas, historicamente excluídos do acesso à terra como instrumento de produção de meios de

vida. A questão agrária compreende relações de poder econômico, político e cultural entre sujeitos antagônicos com perspectivas e interesses diferenciados em torno da propriedade da terra e seus diferentes usos no capitalismo. (ARAÚJO, 1999, p. 24).

Isso também se revela no cotidiano das quinze mulheres que entrevistamos, moradoras do Assentamento Juá. Todas afirmaram que sempre estiveram na condição de moradoras de fazendeiros da região, assim como seus antepassados. Que a conquista da autonomia para plantar, criar (enfim, para trabalhar com relativa desalienação), só aconteceu com a conquista do assentamento, sendo esse um ótimo exemplo das relações contraditórias criadas pelo capital.

Essas mesmas mulheres afirmaram que não querem, de forma alguma, sair do assentamento, porque somente nele alcançaram “uma vida mais tranquila” (sic). Porém, o mesmo capital que se materializa no Estado de direitos, que, através de uma política de reforma agrária, garantiu a criação do Assentamento Juá, é o mesmo que, também com o aval do Estado, ameaça desterritorializar essas camponesas para a exploração de urânio e fosfato.

Sobre essa necessidade de expansão do capital através da mineração, as contradições desse processo e o surgimento do Estado moderno como “necessidade material da ordem sociometabólica do capital”, Meszáros (2002, p. 109), afirma:

A expansão desenfreada do capital desses últimos séculos abriu-se não apenas em resposta a necessidades reais, mas também por gerar apetites imaginários ou artificiais – para os quais, em princípio, não há nenhum limite, a não ser a quebra do motor que continua a gerá-los em escala cada vez maior e cada vez mais destrutiva – pelo modo de existência independente e pelo poder de consumo auto-afirmativo.

É a partir dessas compreensões que partimos nesse caminho de compreender a territorialidade das mulheres camponesas e as ameaças trazidas pelo Consórcio Santa Quitéria.

3.2 Neoextrativismo mineral brasileiro no contexto da América Latina

Dedicaremos, neste item, uma atenção ao plano do capital transnacional com a mineração no Brasil, que está diretamente ligado à questão agrária. É provável que as primeiras minas abertas tenham sido no Estado de São Paulo, em 1580, nas regiões de Jaguá e Cantareira, posteriormente descendo até o Vale do Ribeira. Em 1725, foram exploradas as primeiras minas no Estado de Minas Gerais, nas cidades de Pirenópolis e Natividade. Depois, a mineração foi se expandido e Ouro Preto chegou a ser a cidade mais

populosa das Américas no início do século XVIII, conforme afirma Jarbas Vieira, militante no Movimento Nacional Pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

O primeiro grande ciclo de extração mineral do país deu-se no período colonial, com a exploração das minas, principalmente de ouro, dominado pela coroa portuguesa. Entre os anos de 1875-76 foram criadas a Comissão Geológica do Império Brasileiro e a Escola de Minas de Ouro Preto. Porém, de acordo com Limaverde (1979), as medidas de caráter político-econômico que impulsionaram a mineração no país só aconteceram com a criação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a implantação do primeiro “Código de Minas”, em 1934.

Em 1961, foi criado o Ministério de Minas e Energia, no período de transição entre o governo Jânio Quadros e João Goulart. Com o Ministério, elaborou-se o “Plano Mestre Decenal Para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil”, para os anos de 1965 a 1974. Os seguintes objetivos passaram a nortear a administração governamental:

Intensificação da pesquisa mineral básica e específica; conquista de maiores parcelas do mercado internacional para os minérios abundantes; desenvolver métodos ou processos capazes de promover uma maior agregação de valor às matérias-primas exportadas; inverter o poder de barganha, historicamente nas mãos do comprador, detentor da tecnologia de transformação. (LIMAVERDE, 1979, p. 40).

À época, previa-se um crescimento da produção de “[...] 1,8 vez o minério de ferro; 9% para o manganês; 1,7 vez no carvão; 23% para os minérios de tungstênio; 1,9 vez nos minérios de cromo; 7,7 vezes nos minérios de níquel e o dobro nos de nióbio” (LIMAVERDE, 1979, p. 40).

Para a produção de fertilizantes fosfatados, previa-se uma expansão de 7,8 vezes; “[...] nitrogenados químicos de 6 vezes e os fertilizantes potássicos deverão alcançar uma produção de 5,5 milhões de toneladas” (LIMAVERDE, 1979, p. 40).

Em se tratando do Nordeste brasileiro, antes de 1949, a Bahia era praticamente o único Estado que praticava uma mineração organizada econômica e administrativa. Havia “[...] regularidade nas lavras de cromita, minério de manganês, alguns tipos de gemas, etc. O petróleo foi descoberto, naquele Estado, em 1939” (LIMAVERDE, 1979, p. 49).

Havia extração, de forma menos organizada, de gipsita em Mossoró – RN e garimpos na Borborema (Paraíba e Rio Grande do Norte). Além de explorações rudimentares, espalhadas por toda a região Nordeste de pedreiras, argilas, outros materiais cerâmicos e sal marinho.

É com a II Guerra Mundial e as necessidades de minerais básicos dos países aliados que verdadeiramente surge a indústria mineral no Nordeste brasileiro, com as pesquisas de lavras, as descobertas, no início dos anos 1940, das jazidas de magnesita e rutilo, no Ceará, e de scheelita, no Rio Grande do Norte e na Paraíba. Ainda na mesma década, descobriu-se a ocorrência significativa de apatita (fosfato) em Alagoas e Paraíba. Essa produção tem crescimentos reais a partir da década de 1970, quando se consolida política e administrativamente o setor mineral em nível nacional.

É a partir da política neoliberal brasileira da década de 1990, com o *boom* das *commodities*, que teremos o *boom* da mineração. Esse complexo mercado se consolida ao final dessa década e no início dos anos 2000.

As commodities são recursos naturais negociados no mercado financeiro, podendo ser minerais ou agrícolas, e renováveis ou não-renováveis. Existem 57 bolsas de commodities pelo mundo, sendo a New York Mercantile Exchange (NYMEX) a maior delas. As bolsas de commodities comercializam insumos energéticos, produtos agrícolas e minerais. (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 76).

Conforme os autores supracitados, o custo para exploração mineral nos últimos 150 anos caiu bastante, o que justifica a exploração de minério em larga escala “[...] como nas minas a céu aberto e até mesmo no solo marinho” (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 79).

Para alguns estudiosos da mineração, estamos vivendo um momento de “neo-extrativismo mineral” (MILANEZ, 2013; SANTOS, 2013), que, por mais uma vez, tem impactado negativamente camponeses(as). Os mesmos afirmam que este estágio da economia brasileira não pode ser caracterizado como neodesenvolvimentista, em razão do processo de desindustrialização brasileira recente, considerando que o desenvolvimentismo tem como principal aspecto a industrialização, em detrimento da exportação de matérias primas.

Esse processo de desindustrialização, quando a indústria perde espaço para a exploração de matérias primas, é considerado negativo para a economia, pois aumenta a dependência pela exportação destes produtos básicos. Portanto, esses autores afirmam o “neoextrativismo, caracterizado pela exploração intensiva das matérias-primas direcionadas para o mercado externo” (MILANEZ, 2013; SANTOS, 2013).

[...] em 2013 apenas 6,4% dos produtos brasileiros industrializados é de alta tecnologia. Ainda, quando agregamos os produtos não industrializados exportados (37,6%), os produtos de alta tecnologia representam apenas 4,1%, enquanto os de baixa tecnologia são 24,8%. [...] somando-se os produtos de baixa tecnologia aos não industrializados, vemos que 62,4% da pauta da exportadora tem baixo valor agregado. (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 83).

Desde o início dos anos 2000, as exportações de minérios só têm aumentado, tendo como principais destinos, em 2013, a “[...] China (50,0%), Japão (11,0%), Alemanha (4,0%), Coreia do Sul e Países Baixos (4,0%)”. “[...] a emissão de alvarás de pesquisa mineral cresceu 53,1% de 2012 para 2013. Em 2013, foram outorgadas 177 concessões de lavra. Ainda em 2013, foram publicados no Diário oficial da União 13.652 alvarás de pesquisa mineral, enquanto em 2012 foram 8.860” (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 87).

Para Milanez (2015), “[...] o Estado estimula atividades concentradoras de renda e geradoras de desigualdades sociais, arrecada mais recursos e, com eles, compensa as pessoas prejudicadas por tais atividades”. O Brasil tem reduzido a burocracia no processo de concessão da lavra a ser minerada, com um Novo Código Mineral, que menciona apenas o subsolo e que é movimentado principalmente pelas demandas siderúrgicas chinesas, segundo o mesmo autor.

O mesmo autor afirma, em consonância com a Agência Nacional de Mineração, que “[...] entre 2000 e 2010 a exportação de minério passou de 163 milhões de toneladas para 321 milhões (5,9% das exportações para 15,3%)” Milanez (2015). Milanez afirmou ainda, em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU), que, ao lado da exportação de soja, os minérios foram os responsáveis pelo equilíbrio da balança comercial brasileira e que 80% do minério de ferro extraído do país, em minas a céu aberto, é exportado.

A indústria da mineração sempre foi desenvolvida no Brasil por um capitalismo dependente, subdesenvolvido e baseada numa economia reprimarizada, com um crescente processo de violência que determinou a uma casta da sociedade ser apenas um ator social, vadio e sobrando, nas franjas de toda essa riqueza mineral e das engrenagens da grande fazenda em formação do modelo agrário exportador que moldaria toda a economia nos últimos cinco séculos. (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 10).

Vivemos tempos cuja reestruturação produtiva, a transnacionalização e financeirização das *commodities*, bem como o domínio global das relações socioeconômicas, são hegemônicos. No Brasil, a atividade minerária tem alcançado um importante patamar na economia nacional, pois “[...] são dois mil e vinte municípios mineradores que recebem a Contribuição Financeira para Exploração Mineral (CFEM), imposto pago pelas mineradoras” (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 12). Os mesmos autores afirmam que

[...] aproximadamente 800 cidades tem a permanência em garimpos clandestinos e quase mil e duzentas que não recebem nenhum tipo de imposto pela exploração de marmorarias, areais ou cascalhos, o que significa a invisibilidade do Estado e da sociedade sobre uma atividade que se remonta a estágios de atraso, empobre-

cimento de um lado e enriquecimento do outro com o paliativo de atividade sustentável. (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 12-13).

Com base nesse estudo, em 2006, o minério de ferro passou a ser o principal produto de exportação brasileira, representando 6,49% das vendas, sendo a principal mineradora a empresa, hoje privatizada, criada em 1943, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Hoje, a CVRD é a segunda maior empresa mineradora do mundo, realizando exploração mineral em 22 países e está presente em 38 países.

No discurso central desses empreendimentos, essa superprodução geraria milhares de empregos. Porém, o que predomina nas mineradoras é o trabalho morto (maquinário) sobre o trabalho vivo (humano). “O desemprego voltou a crescer em toda a região, em particular nos países mais dependentes das exportações de matérias-primas” (ZONTA; TROCATE, 2015.), como é o nosso caso. Além disso, é crescente também o número de comunidades afetadas, das mais variadas formas, pela referida atividade.

A questão mineral está imbricada com a questão agrária, considerando que aquela tem sido uma das principais atividades de peso na economia brasileira nos últimos quinze anos. Reconhecendo a importância da mineração para a economia nacional, bem como vivenciando os impactos negativos junto ao povo do campo, é que o Movimento Nacional Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) vem organizando a coleção *A Questão Mineral no Brasil*, a fim de “[...] delinear a teoria da exploração mineral no país e tornar público à sociedade em geral, o que significa hoje a base tecnológica da sociedade atual, os minérios” (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 17).

Reafirmando a condição de colonialidade brasileira, tivemos, em 1943, a fundação da Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD). Resultado dos acordos de Washington com o governo Vargas, a empresa estatal tinha como objetivo principal a exportação de minério de ferro²³. “A Vale do Rio Doce nasceu já umbilicalmente ligada ao mercado externo com o propósito de abastecê-lo com minério de ferro” (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 27).

Na década de 1960, o principal destino das exportações de minério de ferro da CVRD passou a ser a Alemanha Ocidental ao invés dos EUA, e, no período 1961-1967, o Japão passou a representar de 7,97% a 22,76% das exportações de minério de ferro da CVRD. [...] Em 1967, a Vale do Rio Doce já representava 69,9% das exportações de minério de ferro do Brasil. (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 28).

Dez anos depois, em 1976, a Vale já era a principal empresa exportadora do minério de ferro do Brasil. A dívida externa do país, que só se aprofundava na década de

23 Mais a frente, faremos um breve histórico da mineração, em especial, a nuclear, no Brasil.

80, junto à ideologia desenvolvimentista da ditadura militar, subsidiou, com forte presença do capital transnacional, apoiado pelo governo federal, a criação do Complexo de Carajás²⁴, que entrou em atividade em 1984 e passou a ser prioridade dos investimentos da CVRD. Uma das obras de infraestrutura do complexo foi a Estrada de Ferro de Carajás (EFC). Esta “[...] tinha em seu projeto inicial uma extensão de 892 quilômetros, transportando 35 milhões de toneladas anuais”. (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 32). Hoje, ela é, provavelmente, a principal causadora de conflitos envolvendo a Vale no Brasil, considerando que atravessa 26 municípios, afetando a vida de mais de um milhão de pessoas no seu trajeto. “Até 2012, foram 175 mortes causadas por atropelamentos nas ferrovias da empresa” (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 50).

Com o avanço das orientações neoliberais no país, com a substituição hegemônica do fordismo pelo toyotismo e com a extração mediada por tecnologias de ponta e terceirização dos serviços, Zonta e Trocate (2015) afirmam que entre 1988 e 1998 “[...]170 mil postos de trabalho desapareceram, sendo que destes, 134 mil sumiram até 1993”. Em 1994, a CVRD contava com um conjunto de 30 empresas e, em 1997, foi privatizada pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Desse período aos dias atuais, uma série de outros acordos entre empresas estatais e transnacionais têm movimentado o mercado dos minérios no Brasil. Exemplo disso é o projeto S11D²⁵, mais novo investimento da Vale, com a instalação de mina e usina de processamento com capacidade de extrair 90 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. “Quando finalizado o S11D, todo o sistema norte terá capacidade de movimentar 230 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Isso possibilitará a manutenção da Vale como principal produtora de minério de ferro do mundo” (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 64).

Dedicamos uma parte da escrita à CVRD pelo lugar que a companhia passou a ocupar na balança comercial brasileira. “Em 2006 o minério de ferro passou a ser o principal produto da pauta exportadora brasileira, com 6,49% das vendas”, e em 2008, “[...] a China representava 68% da demanda global por minério de ferro transoceânico e foi responsável por 38% da receita operacional da Vale, correspondendo a 56,8% dos embarques de minério de ferro e pelotas” (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 45).

24 A serra dos Carajás está localizada entre os rios Itacaiúnas e Parauapebas, no Pará. O complexo de exploração da mina está dividido em Serra do Norte, Serra Leste, Serra São Félix e Serra Sul. O mais novo projeto de mineração, S11D, pretende ampliar a produção da Serra Sul. Todas são “[...] minas a céu aberto com estrutura de beneficiamento (peneiramento, hidroclonagem, britagem e filtragem) resultando em minério granulado” (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 54).

25 O projeto S11D encontra-se ao sul da Serra de Carajás e desde 1984 já estava nos planos para extração “do corpo S11 do bloco D”. Constitui-se numa das maiores reservas inexploradas de ferro do mundo (ZONTA; TROCATE, 2015).

Ao passo que cresce o acúmulo dos lucros, crescem também os conflitos socioambientais, provocados pela CRVD. Essa é maior mineradora responsável por conflitos no mundo, ficando em quinto lugar, atrás apenas de quatro empresas petroleiras. Já o Brasil aparece na terceira posição, ao lado da Nigéria, com 58 conflitos socioambientais. A mineração é a atividade econômica que mais causa conflitos no mundo, num total de 211 conflitos, seguida pelo acesso à terra, com 184 conflitos (ZONTA; TROCATE, 2015).

Importante percebermos que essa realidade está presente em outros países da América Latina. Afirmamos que está em curso um movimento de (re)colonização da América Latina. Apontamos anteriormente que alguns estudiosos conceituam esse momento de “neoextrativismo mineral”, o que demanda estudos a partir de outros referenciais que não eurocêntricos. Pesquisas que contribuam para os povos latinos, considerando a condição de desigualdade e subalternidade em que ainda estamos no “sistema mundo moderno-colonial”, assim como a sua diversidade e histórica resistência e enfrentamento ao capital internacional.

Exemplo de um conhecimento engajado e que tenta se aproximar das demandas populares foi o recente trabalho organizado pela Fase, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESSA/UFF) e o Poemas (Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (UFJF/UFF)²⁶. A publicação apresenta experiências de resistência e vitória contra o extrativismo mineral em alguns países da América Latina, EUA e Filipinas (Diferentes Formas de Dizer Não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral).

Scotto (2014) discute a experiência da Argentina, que, no período de 1990 a 2007, aumentou de 7 para 55 empresas minerais, sendo a minoria de empresas nacionais. Essa brutal expansão aconteceu acompanhada de mobilizações, revoltas e pressão dos movimentos sociais junto ao Estado, o que fez com que uma quantidade considerável de províncias argentinas restringisse a mineração a céu aberto e o uso de substâncias contaminantes (cianeto e mercúrio, comumente utilizados da exploração das minas).

Em abril de 2003 foi promulgada a lei Nº 5.001, que proíbe a atividade de mineração de minerais metálicos na modalidade a céu aberto e a utilização de cianeto nos processos de produção mineira em toda a província, referendando o resultado do plebiscito popular que vetou pelo ‘não’ a mineração. [...] Há uma terceira lei que proíbe qualquer atividade de mineração (incluindo a pesquisa e a prospecção) em toda a faixa da cordilheira, da província de Santa Cruz até a província de Rio Negro. (SCOTTO, 2014, p. 30).

26 MALERBA, J. (Org.). **Diferentes Formas de Dizer Não**. Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. 1. ed. Rio de Janeiro: Fase, 2014.

O Peru, país cujos 40% dos recursos auríferos do mundo estavam concentrados em seu território, no ano de 2008, haja vista acolher a maior mina de ouro da América Latina, é também o maior fornecedor de prata do mundo, terceiro maior de cobre e zinco e quinto maior de ouro (MANSUR, 2014). E, assim como na primeira década dos anos 2000, o aumento dos preços das *commodities* minerais²⁷ beneficiou vários países da América Latina, no Peru não foi diferente. “[...] Entre 1990 e 1997 os investimentos em exploração tiveram um aumento de 90% no mundo todo, 4 vezes na América Latina e 20 vezes no Peru. Nesse cenário, em 2003, a mineração já representava 57% de toda a exportação do Peru” (MANSUR, 2014, p. 71).

A resposta aos impactos negativos desse modelo de desenvolvimento dado por parte do povo peruano à empresa canadense, *Manhattan Minerals Corporation*, em síntese, foi a criação da Frente de Defesa do Povo de Tambo Grande. Essa mobilizou uma série de ações que desembocou na realização de uma consulta popular com a finalidade de decidir sobre o projeto mineiro no território e, em 2002, “98,0% dos votos válidos expressavam a negativa à mineração”. Já em 2003, após o boicote às audiências que compunham o processo de implementação da mineração, a empresa perdeu seu direito à exploração.

Costa Rica, Equador, EUA e Filipinas são as outras realidades partilhadas de avanço de “neoextrativismo” e enfrentamento das populações, especialmente camponezas, apresentadas na publicação outrora mencionada.

Consideramos importante expor, mesmo que com brevidade, situações de mineração na América Latina, em razão de estarmos, com este trabalho, problematizando o modelo de desenvolvimento territorial hegemônico e a necessidade de o superarmos. Para demarcar, enfim, que, apesar de o Brasil ocupar posição de imperialista diante dos outros países latinos, encontra-se “em pé de igualdade” no subdesenvolvimento. “A América Latina não se encontra dividida por ser ‘subdesenvolvida’, mas, sim, é ‘subdesenvolvida’ por estar dividida” (RAMOS, 2012, p. 33).

Estamos, portanto, tentando realizar um movimento de universalidade e particularidade, percebendo que a mineração de urânio e fosfato no sertão do Ceará não está deslocada do plano do capital transnacional para a América Latina.

27 “A economista Amyra El Khalili define a comoditização da natureza como o processo que transforma um bem comum em bem privado. Uma matéria-prima se torna commodity após passar por um processo de padronização baseado em critérios impostos por multinacionais e governos” (ZONTA; TROCATÉ, 2015, p. 41).

4 DISPUTAS SOCIOTERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO DO CEARÁ

“Eu acho que as pessoas têm que se conscientizar do que está acontecendo, porque só se consegue alguma coisa se for na luta.” Rubi

*“[...] a verdade é que muitos brasileiros perderam a vida na luta por um pedaço de terra no território do latifúndio”.
Ariovaldo Oliveira*

Neste capítulo, faremos um exercício de aproximação às contradições presentes no campo do semiárido cearense. São as lutas por terra e território, a permanência e produção da vida com as adversidades da seca e da “cerca” posta pelo agronegócio, que privatiza as águas e garante sua produção em larga escala para exportação. Na contramão, as populações camponesas com escassez de água produzem para sua vida e para a comercialização com as poucas tecnologias de convivência com o semiárido garantidas pelo Estado, a partir de muita luta e negociação dos movimentos sociais do campo.

4.1 Lutas camponesas e reforma agrária no semiárido nordestino

Dando continuidade a esse movimento de entender como as relações socioeconômicas globais têm rebatimentos no cotidiano comunitário de camponeses(as), da mesma forma o contrário, empenhamo-nos, neste tópico, em situar a questão agrária e a mineração em escala regional, no caso, o Nordeste brasileiro.

O Assentamento Juá, Agrovila Mata Fresca, encontra-se às margens do Açude Edson Queiroz, que deveria abastecer o Consórcio Santa Quitéria e que, portanto, é área direta de influência da mineração de urânio e fosfato no Ceará. É no território nordestino que se encontra a segunda experiência de exploração de urânio do Brasil. No município de Caetité, sudoeste baiano, desde os anos 2000, que no capítulo terceiro apresentamos melhor.

Assim como não podemos negar a dupla condição de subalternidade e principal fonte de lucro da América Latina para com o mundo europeu e norte-americano, faz-se necessário evidenciar relação semelhante estabelecida ao longo da história, entre norte e Nordeste e as outras regiões brasileiras.

Em se tratando de Nordeste e sudeste, por exemplo, vimos, em Smith (*apud* ARAÚJO, 2006), que, desde as sesmarias tivemos uma estrutura agrária desigual. No Nordeste, tínhamos uma relação combinada entre os sesmeiros e os posseiros. Relações essas de compadrio e patronagem, que “favoreceram rapidamente o processo de reco-

Dividindo a partir de Salvador
 O nordeste seria outro país
 Vigoroso, leal, rico e feliz
 Sem dever a ninguém no exterior
 Jangadeiro seria o senador
 O cassaco de roça era o suplente
 Cantador de viola, o presidente
 O vaqueiro era o líder do partido
 Imagina o Brasil ser dividido
 E o nordeste ficar independente
 O Brasil ia ter de importar
 Do nordeste algodão, cana, caju
 Carnaúba, laranja, babaçu
 Abacaxi e o sal de cozinhar
 O arroz, o agave do lugar
 O petróleo, a cebola, o aguardente
 O nordeste é auto-suficiente
 O seu lucro seria garantido
 Imagina o Brasil ser dividido
 E o nordeste ficar independente. (TAVARES; VILANOVA, 1980)

Há um mito da unidade nacional que, segundo Oliveira (1993, p. 46), é “[...]o resultado do processo de competição entre burguesias nascentes de um lado, e, de outro, das alianças que elas conseguem estabelecer com uma burocracia imperial propriamente dita”.

No período ditatorial brasileiro, a “questão regional” ganha novas roupagens perante a subversão popular nordestina. Sob essa justificativa, o país consegue financiamentos, tendo como símbolo do sucesso dessa ditadura militar a criação da Superintendência do Desenvolvimento no Nordeste (SUDENE). A consequência de uma “questão agrária irresoluta” (OLIVEIRA, 1993).

Correspondendo a 18% do território brasileiro, a região Nordeste foi a primeira de ocupação demográfica deste país que, no período colonial, tem na cana-de-açúcar, na pecuária e no algodão a sua estrutura econômica e escravocrata, a fim de atender às demandas do mercado externo.

A partir da segunda metade do século XIX, esse cenário muda, com o surgimento da indústria têxtil e o avanço da urbanização, sendo a região Nordeste a principal alimentadora de “gentes” e de matéria prima para esse momento de industrialização do país, bem como para os momentos seguintes. “O avanço da cultura do algodão e a grande seca de 1877 arruinando muitos proprietários determinou a venda de grande quantidade de escravizados/as para o sul, a ponto de em 1884 restarem apenas 7.623 cativos em toda a província (PE)” (ANDRADE, 1973, p. 106).

Abrigamos quase que integralmente o semiárido brasileiro, que corresponde a aproximadamente 11% do território nacional e 90% da região. Esse tem características

singulares, se comparadas a outras áreas semiáridas do mundo, sendo o bioma Caatinga sua principal particularidade.

O bioma Caatinga ocupa cerca de 9% do território brasileiro, estende-se pelos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão e norte de Minas Gerais. Caatinga, na língua tupi, significa Mato Branco. O bioma Caatinga se caracteriza pela biodiversidade, na qual podemos destacar, na sua formação vegetal, forte presença de arbustos com galhos retorcidos e com raízes profundas; presença de cactos e bromélias; os arbustos que costumam perder, quase totalmente as folhas em época de seca (propriedade usada para evitar a perda de água por evaporação), e as folhas deste tipo de vegetação são de tamanho pequeno. (MATTOS, 2011, p. 81, nota 12).

De clima seco e quente, com temperatura em torno de 22º e 28º, o semiárido brasileiro “[...] apresenta um sistema de chuvas irregular no tempo e no espaço, com duas estações bem definidas: o inverno (período de chuvas) concentradas entre 3 e 4 meses por ano (as precipitações variam entre 500 e 800mm) e o verão (ausência ou baixo índice pluviométrico)” (MATTOS, 2011, p. 82). Características que produzem os fenômenos de seca e enchentes bastantes conhecidos.

O semiárido abrange cerca de 1.400 municípios, com uma área de 1.219.021,50 km quadrados, conforme Mattos (2011). Divido em seis regiões naturais: Seridó, Curimataú, Sertão, Caatinga, Carrasco e Cariris Velhos (DUQUE 2004a *apud* MATTOS, 2011). É uma região com extrema concentração fundiária com “[...] 90% das propriedades com área inferior a 100 hectares [...] representando 15,5% da população brasileira, abriga a maior população rural do país” (DUQUE 2004 *apud* MATTOS, 2011, p. 83-84).

Outro aspecto histórico geográfico importante de ser evidenciado diz respeito à forma predatória de destruição da natureza em que foi desenvolvida a “civilização” brasileira. Boa parte da mata nativa que mantinha os mananciais e a diversidade de fauna e flora desse território foi destruída. Essa análise faz parte dos estudos de Pádua (2002) e Duque (2004), que fazem críticas ambientais referentes ao fenômeno da seca. Esses autores compreendem que, além das causas externas naturais, as características de semiaridez do Nordeste têm relação direta com a ação antrópica.

Duque (2004) propõe a “convivência com semiárido”, ao invés de uma política de “combate à seca”. A partir de “[...] uma educação contextualizada cuja base é o meio ambiente e a cultura do sertanejo tradicional” (DUQUE, 2004 *apud* MATTOS, 2011, p. 90).

Essa realidade foi o palco das muitas disputas territoriais entre camponeses e latifundiários do Nordeste. Apesar de, desde o início da colonização, o povo que trabalha-

va e vivia na/da terra tenha resistido e disputado espaço com as oligarquias e senhores de engenho, as décadas de 70 e 80 do século XX são consideradas (FERNANDES, 1998 *apud* ARAÚJO, 2014, p.389).

Ainda numa tentativa de aproximação do Nordeste brasileiro, Araújo (2000) afirma que não existe “nordeste”, mas sim “nordestes”, e analisa os aspectos econômicos relacionados às outras regiões do Brasil. A exemplo do período de “milagre econômico”, em que a região Nordeste continuou sendo a região mais importante do país em termos de produção agropecuária. A mesma autora nos diz ainda que, na divisão “inter-regional do trabalho no país”, o Nordeste vai passando, após os anos 1960, de região produtora de bens de consumo não-duráveis (têxtil e alimentar, principalmente) para região industrial especializada em bens intermediários com a indústria petroquímica, de mineração, metalurgia, fertilizantes e produção de alumínio (ARAÚJO, 2000, p. 9). Entre 1970 e 1990, a região Nordeste acompanhou o crescimento das exportações nacionais com destaque para o Estado da Bahia. “[...] não existem mais economias regionais, mas uma economia nacional, regionalmente localizada” (ARAÚJO, 2000, p. 12).

A condição socioeconômica e cultural é grandiosa diversa, o que nos faz ratificar a existência de “nordestes”. Porém, a concentração fundiária no semiárido e, consequentemente, a pobreza, são aspectos comuns da região. “Entre 1960 e 1980, estima-se que deixaram a região cerca de quatro milhões de nordestinos (quase a população do Recife e de Salvador juntas), conforme dados de 1980, em busca de melhores condições de sobrevivência” (ARAÚJO, 2000, p. 33).

Características específicas persistem existindo, a saber, dos conflitos socioterritoriais consequência também das oligarquias latifundiárias, mas o comportamento econômico geral foi impondo tração e movimentos comuns, mesmo assim, podemos falar de vários nordestes.

Aqui, consideramos importante compreender os conflitos no campo nordestino. Para tanto, faz-se necessário historicizar, com brevidade, a memória dos movimentos sociais do campo no Brasil e no Nordeste. Vimos, com Oliveira (1994), que, nas décadas de 50 e 60, tivemos uma das primeiras organizações contra o latifúndio, com o surgimento das Ligas Camponesas, sob forte influência do Partido Comunista Brasileiro. Na zona da mata pernambucana, os(as) camponeses(as) que compunham as Ligas começaram questionando o foro pago aos arrendatários. Estes, desde o final dos anos 40, deixavam de explorar a cana em suas terras e passavam a arrendá-las. Porém, com a deflagração

da ditadura militar, muitos camponeses foram mortos e as Ligas Camponesas perderam força.

Aumentou, portanto, a violência no campo, de 1964 a 1986. Nesse período, a zona da mata nordestina apresentou a maior concentração de mortes. De 1974 a 1983, foi a região da Amazônia que concentrou a maior parte dos assassinatos. “Entre os 85 e 86, foram mortos, nada mais, nada menos, do que 524 trabalhadores” (OLIVEIRA, 1994, p.45).

Foi nessa conjuntura que emergiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 1975 em Goiânia. Contexto em que se fortaleceu a luta pela reforma agrária e o enfrentamento da violência no campo. “No ano de sua fundação, 1979, por exemplo, a CPT denunciava a existência de 715 conflitos no Brasil, sendo que 88,1% desses conflitos iniciaram a partir de 1973” (MARTINS, 1991 *apud* ARAÚJO, 2014, p. 390).

Não podemos deixar de evidenciar que foi a partir da década de 1970 que a agricultura brasileira passou por um extenso processo de mecanização. “A mecanização da lavoura e a introdução, digamos, de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida grandes contingentes populacionais naquela época” (FERNANDES, 1999, p. 46).

Esse processo de modernização, que se concentrou em algumas regiões do país e para grandes proprietários de terra, teve incentivos do Estado e consolidou a entrada de empresas na agricultura brasileira. Os pequenos agricultores passaram a produzir para responder às exigências dos empresários rurais e, para tanto, tiveram que adquirir os insumos da indústria agrícola, que refletiu no preço dos seus produtos quando foram vender ao mercado.

É também ao final desta década que tivemos o embrião do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1979, no Rio Grande de Sul. Com relação ao MST, Stédile (1999) *apud* Fernandes (1999) afirma o quão fundamental foi o trabalho da CPT, tanto no campo ideológico quanto político, religioso (a partir da teologia da libertação) e econômico. Afirma ainda que o MST,

[...] só pôde se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e a luta pela democratização da sociedade. (STÉDILE, 1999 *apud* FERNANDES, 1999, p. 22).

O MST consagrou a luta pela terra e a Política Nacional de Reforma Agrária, que teve suas primeiras formulações na década de 1980, e no assentamento o início de um conjunto de outras lutas específicas. “O assentamento torna-se o ponto de partida em um processo que se desenvolve de modo ininterrupto dia a dia, dentro e fora do novo espaço/território” (LOPES; ALENCAR, 2014, p. 27-28).

O 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado pelo então presidente José Sarney, em 1985, tinha como “meta de assentar 1,4 milhões de famílias”. Dessas, apenas 69.778 foram assentadas. “A proposta de desapropriar 43 milhões de hectares chegou ao número irrisório de três milhões de hectares, menos de 10% da área proposta no PNRA” (INCRA, 1995 *apud* FELICIANO, 2009, p. 79).

No período de 1985 a 1989, governo Sarney, tivemos no Nordeste a implementação de 156 assentamentos, sendo o Ceará o Estado com maior número de assentamentos, 46 no total, conforme Feliciano (2009). No governo Collor, entre 1990-1992, tivemos 83 assentamentos no Nordeste, sendo 19 no Ceará. No governo seguinte, Itamar Franco, foram 44 assentamentos no Nordeste, nenhum no Ceará (FELICIANO, 2009).

Foi no governo Fernando Henrique Cardoso que mais aconteceu desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Foram 834 assentamentos no Nordeste, sendo 195 no Estado do Ceará. Foi nesse mesmo governo, entre 1995 e 1998, que aconteceram os dois principais massacres ao povo camponês. O primeiro, em 1995, em Corumbiara, Rondônia, numa fazenda ocupada por 514 famílias, onde 10 foram mortas, “[...] 125 ficaram feridas, 9 desapareceram, 355 foram presas, 120 foram interrogadas e 74 indiciadas por desobediência e resistência” (FELICIANO, 2009, p. 90). O segundo massacre dessa década aconteceu em 1996, no município Eldorado dos Carajás, Pará, onde 19 camponeses foram mortos pela polícia militar. Desde então, a política de reforma agrária no país tem sido feita através de muita luta, ocupações, acampamentos e negociações dos movimentos sociais do campo com o Estado.

Estamos sinalizando o desenvolvimento da política de reforma agrária no Brasil em razão de o nosso trabalho ter como espaço de análise o território do assentamento, este que, por sua vez, é fruto da reforma agrária.

O assentamento representa o resultado do processo, a terra conquistada – a apropriação do território capitalista aquele sob hegemonia capitalista que é apropriado pelos camponeses. A apropriação do território, materializada no assentamento, não esgota o processo de luta. Desdobra-se em outras lutas para a conquista de crédito, infraestrutura e demais condições necessárias para viabilizar a produção e a vida nos assentamentos, como escola para as crian-

ças, posto de saúde, cooperativas, associações, etc. (SIMONETTI, 2006, p. 6 *apud* LOPES; ALENCAR, 2014, p. 32-33).

A Agrovila Mata Fresca é exemplo de um assentamento com pessoas que conquistaram a terra, mas que, passados 17 anos, ainda não possuem, por exemplo, a continuidade de projetos produtivos, incluindo as tecnologias de convivência com o semiárido. O acesso à educação e à saúde das 130 famílias não é viabilizado no território, os(as) estudantes, em sua maioria, crianças ou adolescentes, deslocam-se para a Vila São Damião (distrito urbanizado) ou para a sede do município de Santa Quitéria, que dista 13 km do lugar.

Mais que isso, observamos que o Estado, responsável pela efetivação da política de reforma agrária, é o mesmo que incentiva a expansão capitalista, neste caso, da mineração de urânio e fosfato.

Em consonância com Feliciano (2003), observamos que, contraditoriamente, o capitalismo, ao mesmo tempo em que desterritorializa e ameaça a vida camponesa, “[...] recria as unidades camponesas no Brasil, nesse caso pela implantação de assentamentos rurais” (FELICIANO, 2003 *apud* LOPES; ALENCAR, 2014, p. 33).

Portanto, os assentamentos são espaços construídos historicamente e disputados territorialmente, lugar onde a espacialidade e a territorialidade camponesa se re(organiza). “[...] Os assentamentos são como espaços/territórios da reterritorialização do camponesinato ou, como escreve Miranda (1998, p. 23), ‘eles representam a recampenização daquelas famílias que, em algum momento da vida, tiveram que se distanciar da terra’” (LOPES; ALENCAR, 2014, p. 35).

No Ceará, a política de reforma agrária e os primeiros assentamentos são dirigidos pelo Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA-CE), instituído pelo Decreto Nº 92.617, de 1986. De acordo com Alencar (2005, p. 170 *apud* LOPES; ALENCAR, 2014, p. 40), o Censo Agropecuário do IBGE de 1980 aponta que “[...] dos 12,4 milhões de há de terra agricultáveis, 4,5 milhões de há são classificados como latifúndios que declararam ser terras aproveitáveis, porém não exploradas” (LOPES; ALENCAR, 2014, p. 40).

Esse período foi marcado pela “era Jereissati”, um governo comprometido com o avanço da indústria no Ceará. O PRRA previa, para os anos de 1985 a 1989, a desapropriação de 1.500.000ha para o assentamento de 50.100 famílias. Porém, foram desapropriados apenas 141.424,0ha para o assentamento de 3.932 famílias, um total de 57 assentamentos (LOPES; ALENCAR, 2014).

Saltando para os anos 90, foram desapropriados 60.600ha, atendendo a 1.163 famílias em 39 assentamentos. Alcançando os anos 2000, no primeiro ano de governo Lula, foram desapropriados pouco mais de 9.000ha, assentando 253 famílias em 5 assentamentos. Entre os anos de 2003 a 2006, foram desapropriadas um total de 85.341,00ha, assentando 1.380 famílias em 43 assentamentos (LOPES; ALENCAR, 2014).

Vale destacar que o primeiro assentamento do Ceará data de 1970, Japuaara, nos sertões de Canindé. Desta forma, no intervalo de 1998 a 2008, o Estado possuía, entre federais e estaduais, 398 assentamentos.

Estes representam 0,29% dos 134.782 imóveis rurais do Ceará; ocupam uma área de 839.600 há, equivalendo a apenas 8,97% dos mais de 9 milhões de há da área rural do Ceará; beneficiam 20.539 famílias, cerca de 84 mil pessoas beneficiadas de forma direta, sem mencionar as que são beneficiadas indiretamente. [...] 358 dos 398 estão sob jurisdição do Incra e 40 sob o Idace, ou seja, 90% e 10% respectivamente. [...] localizados em 97 municípios, sendo que os federais estão presentes em 93 municípios, equivalendo, em relação aos 184 municípios do Estado 50,54%. Os estaduais em 21, o que representa 11,41%. (LOPES; ALENCAR, 2014, p. 51).

O Assentamento Juá é também a expressão da desconcentração fundiária e da garantia do direito ao trabalho e a busca por garantia de direitos de homens e mulheres. É também a demonstração dos deslocamentos e migrações do campesinato no território brasileiro, incluindo os deslocamentos para o “sul” do país em busca de melhores condições de vida.

Todas as quinze mulheres da Agrovila Mata Fresca têm trajetórias de submissão da sua produção como agricultoras a proprietários de terra. A partir das entrevistas realizadas com elas, mapeamos as terras por onde suas famílias passaram.

Assim como tantos outros assentamentos deste país, o Assentamento Juá, Agrovila Mata Fresca, é fruto do anseio de homens e mulheres por um pedaço de terra para produzir. As terras do Agropecuário Juá pertenciam a um dos maiores grupos de empresários do Estado do Ceará, o grupo Edson Queiroz²⁸. O proprietário sinalizava o interesse em negociar o imóvel com o Incra, quando, então, um grupo de trabalhadores(as) vinculados(as) ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Quitéria começou a se reunir e organizou um abaixo assinado para o Incra, requerendo a desapropriação das

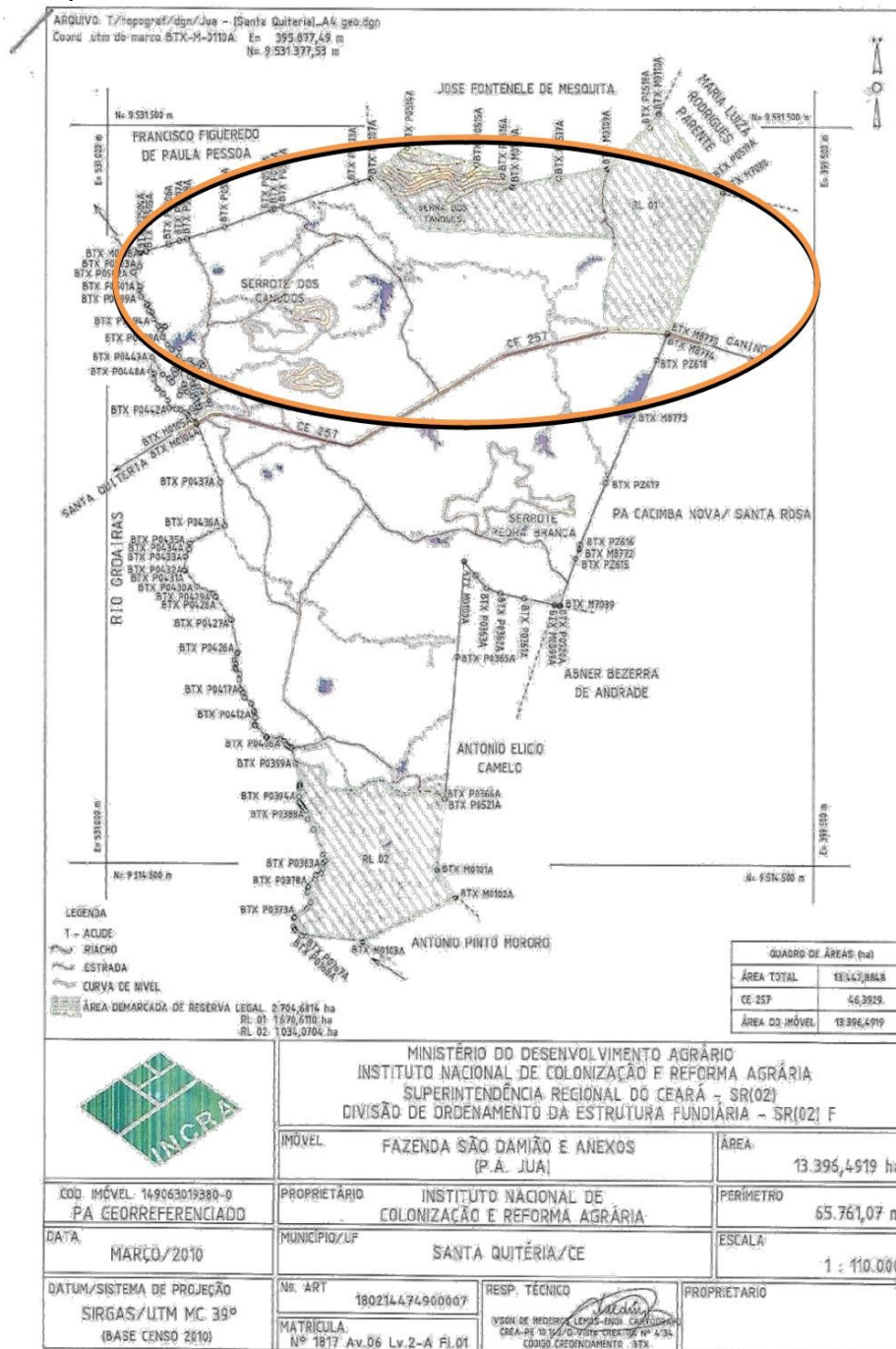
28 Grupo empresarial que, no início da década de 1950, começou a importar gás do EUA para o Ceará através da compra da empresa Ceará Gás Butano. Na década seguinte, adquiriu a Rádio e a TV Verdes Mares, hoje filiais Rede Globo, além do jornal Diário do Nordeste, inaugurado nos anos 80. A Esmaltec S/A, empresa que tem como carro chefe a exportação de fogões para mais de 40 países, também faz parte desse grupo. Disponível em: <<http://www.edsonqueiroz.com.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

terras. Como havia vontade por parte do proprietário, os(as) camponeses(as) não enfrentaram grandes obstáculos nesse momento.

Algumas dessas pessoas eram assalariadas da empresa agrícola. Após esses(as) trabalhadores(as) se afastarem do emprego, ocuparam a terra e, logo em seguida, 182 famílias estavam cadastradas para garantir o assentamento, em agosto de 1999. Somente em janeiro do ano 2000 foi liberado o primeiro crédito para compra de implementos agrícolas e mantimentos. As famílias relataram que os meses que ficaram sob as lonas e barracos foram momentos bastante difíceis.

O Assentamento Juá é dividido nas comunidades: Juá Sede; Agrovila Mata Fresca; Agrovila São Damião; Agrovila Belo Horizonte; e Gangorra. A maioria das famílias que está na Agrovila Juá Sede e Belo Horizonte é proveniente do Assentamento Saco do Belém. Da Agrovila Mata Fresca, sua maioria é proveniente dos municípios de Canindé, Itapipoca e Uruburetama. Já na Agrovila Gangorra, maior parte é oriunda dos municípios de Quixeramobim, Santa Quitéria e Canindé. Segue o mapa do Assentamento Juá com destaque [grifo nosso] para a Agrovila Mata Fresca.

Figura 4 – Mapa do Assentamento Juá



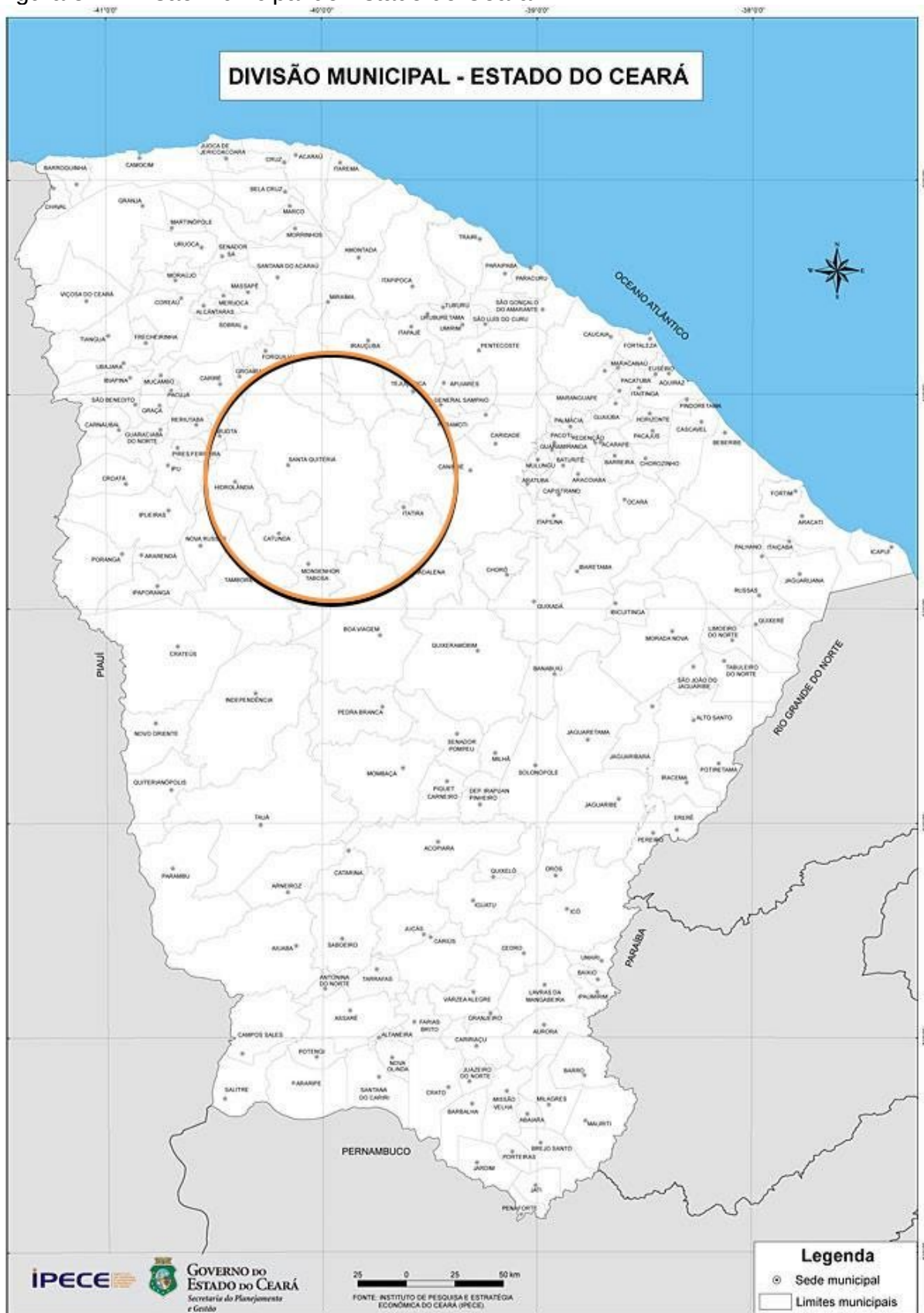
Fonte: Incra.

As famílias se organizaram em mutirões para a construção de moradias e, hoje, essas 182 famílias estão divididas naquelas cinco agrovilas. Na Agrovila Mata Fresca habitam famílias que vivem, principalmente, da renda da terra (agricultura e criação) e de outros serviços, a exemplo dos homens que trabalham na construção civil, construção de cisternas, bem como de benefícios dos programas de transferência de renda do governo federal.

Santa Quitéria é um município localizado a noroeste do Estado, no sertão cearense, que dista em média 200 km da capital Fortaleza e encontra-se no semiárido cearense, conforme mapa [grifo nosso]. Em 2010, contava com uma população de 42.763 habitantes, sendo 20.503 residentes no campo, ou seja, quase a metade da população é camponesa. 50,46% dessa população se encontram em situação de extrema pobreza, conforme o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) (2010). Santa Quitéria teve sua organização política administrativa consolidada até 1940, conforme mapa [grifo nosso] subsequente.

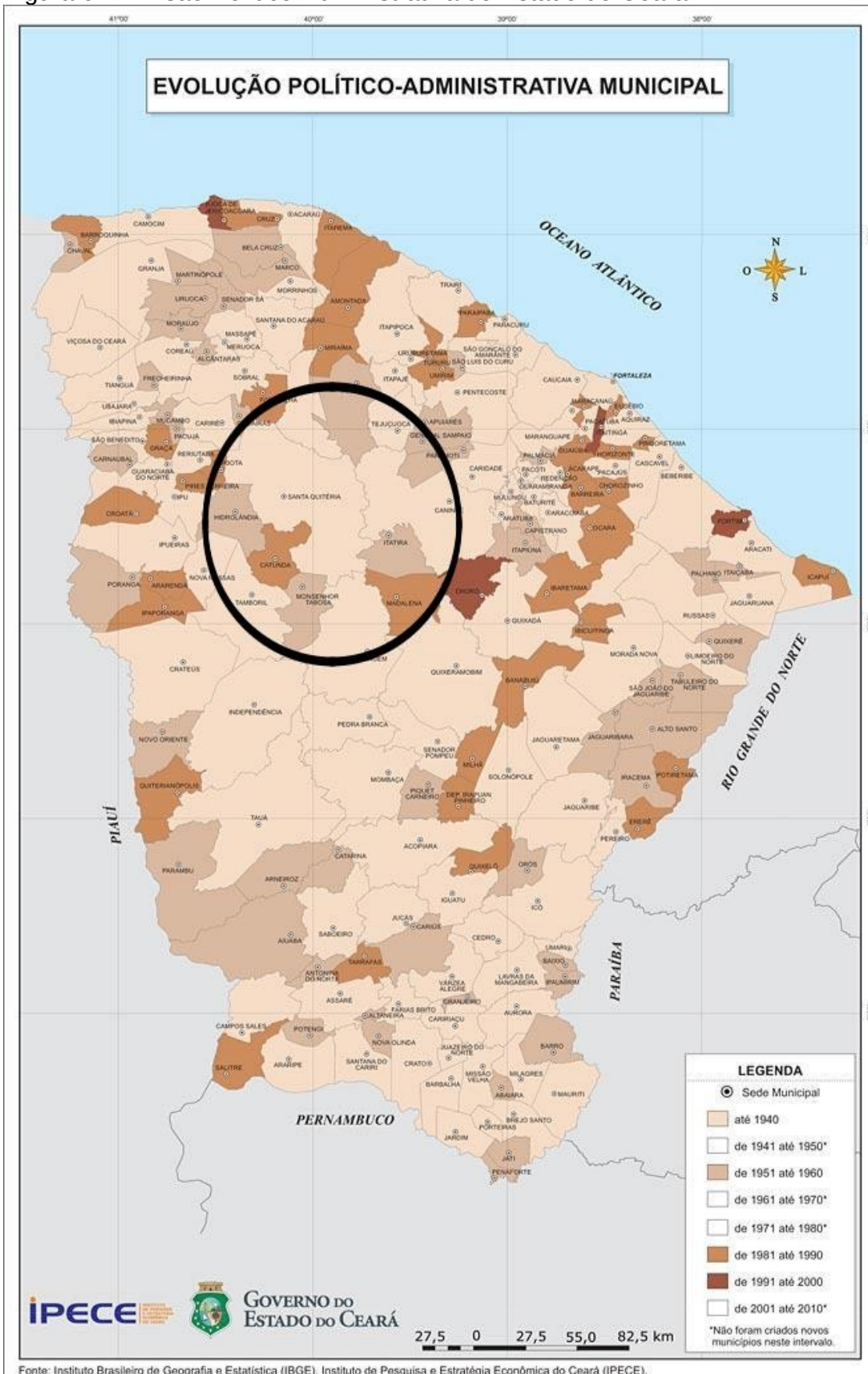
Uma região cuja escassez de chuva anual é regra, com prolongados períodos de carência hídrica e ausência de rios perenes, o que faz com a maioria das famílias camponesas dependa do abastecimento de água de carros-pipa. Essa região também é nomeada de Sertão Central cearense ou Sertões de Canindé, conforme mapa da sequência.

Figura 5 – Divisão Municipal do Estado do Ceará



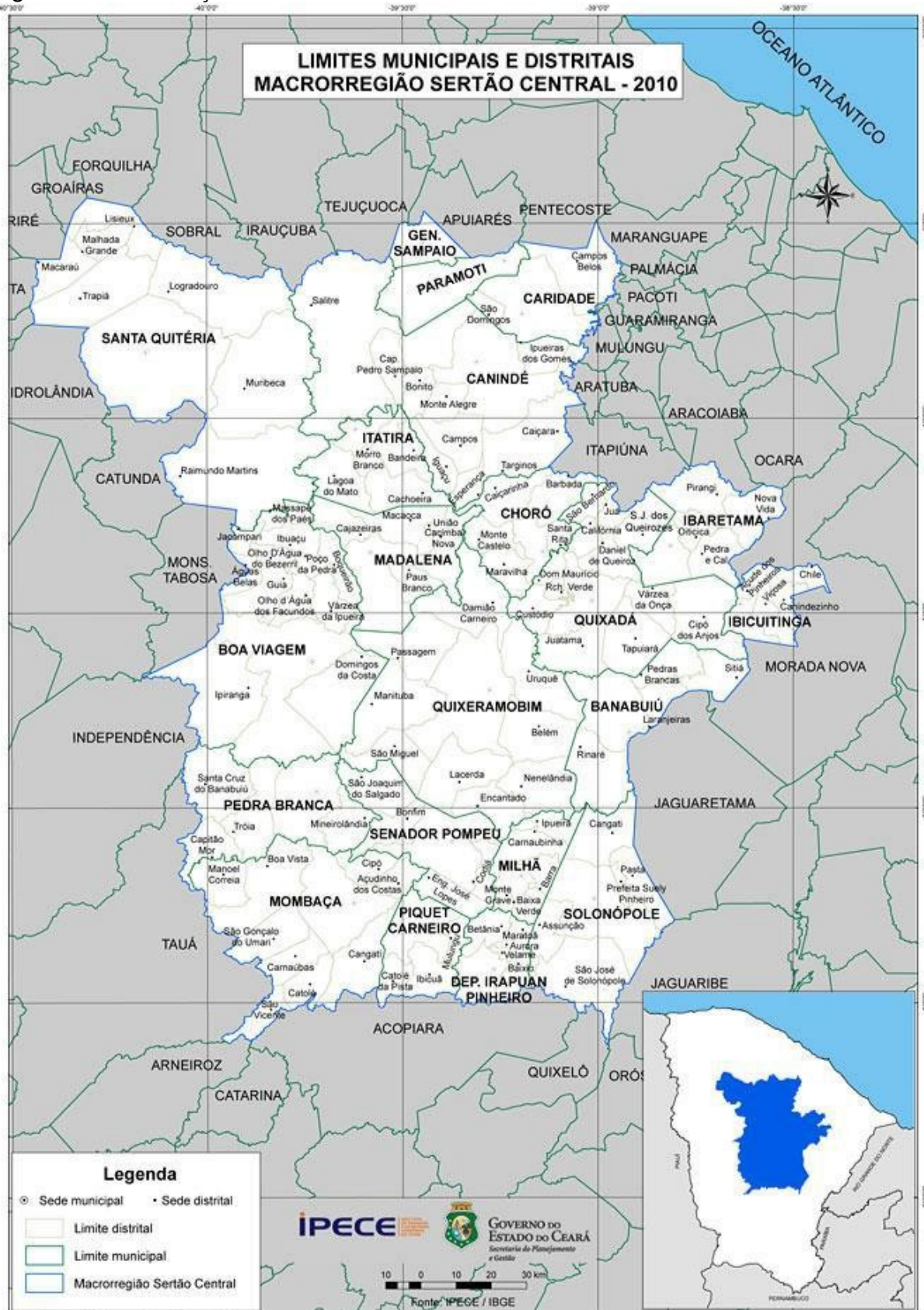
Fonte: Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Estado do Ceará. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/156x.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

Figura 6 – Divisão Político-Administrativa do Estado do Ceará



Fonte: Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Estado do Ceará. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/113x.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

Figura 7 – Delimitação do Sertão Central



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Ceará em Mapas, 2010. Disponível: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/144x.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

A Agrovila Mata Fresca conta com cisternas de placas²⁹ em todas as moradias e, recentemente, começou-se a construção de cisternas de calçadão³⁰, bem como teve um poço cavado com elevada pressão d'água, ambas conquistas após uma ocupação feita pelo MST no palácio do governo do Estado em abril de 2015.

Figura 8 – Cisterna de Calçadão que abastece uma horta



Fonte: Arquivo Pessoal. Pesquisa de Campo, 2016.

A referida ocupação fez parte da jornada de lutas do movimento no mês de abril de 2015. A semana lembrou os 19 anos do Massacre de Carajás, no qual 21 sem-terra foram assassinados. A jornada pautou, junto ao governo do Estado: a solução imediata para os nove acampamentos em conflitos; solução imediata para os convênios MDA/IDACE dos outros 21 acampamentos; garantia de acesso à água nos assentamentos e acampamentos através da perfuração e instalação de 26 poços (nesta pauta entrou o poço da Agrovila Mata Fresca); elaboração de projetos de novos açudes e adutoras; construção de 1.000 unidades de cisterna de enxurrada; construção de 800 unidades de cisternas de placa 1ª água; além de outras conquistas.

29 Reservatório de captação de água da chuva construída com placas de cimento pré-moldadas formando uma estrutura cilíndrica, arredondada, com capacidade de armazenar entre 16 a 21 mil litros de água. (CEARÁ, Secretaria dos Recursos Hídricos. Cisternas de Placas: construção, uso e conservação, 2010. Fortaleza). Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/29532/1/Carilha-vol-2-Cisterna-de-placas.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

30 Potencializa quintais produtivos. Podem armazenar até 52 mil litros d'água, é ligada a um calçadão de 200 metros quadrados. A água escorre do calçadão até a cisterna através de um cano que liga uma a outra.

Nessa tentativa de aproximação da resistência das mulheres de um assentamento do campo, e na certeza da necessidade de realização do movimento dialético entre o real vivido e o concreto pensado, faz-se necessário ainda historicizar os assentamentos, frutos de uma política de reforma agrária. Mas, antes disso, temos a necessidade de compreender processos ainda anteriores a ela. Portanto, devemos compreender a construção da estrutura agrária brasileira e a movimentação do povo camponês sob ela, em especial do semiárido nordestino; as contradições entre capital, natureza e trabalho e a mineração como atividade econômica que ganha nova força na última década; além disso, compreender como o patriarcado e o racismo estruturam a sociedade de classe no campo brasileiro, tentando dar maior espaço às referências latino-americanas.

Neste capítulo, temos o desafio de tentar entender como o Consórcio Santa Quitéria, que tem como objetivo minerar e beneficiar urânio e fosfato, vem se materializando no sertão do Ceará. Sendo esse um símbolo da política agroenergética brasileira, é também a expressão do capital transnacional do território. Neste contexto, mostraremos também as disputas territoriais na região oriunda da luta pela terra e pela reforma agrária, que deu origem ao Assentamento Juá, Agrovila Mata Fresca.

Assim como no período do Brasil Colônia, quando Portugal e Espanha organizaram o seu espaço no território latino-americano, hoje temos as empresas Galvani Engenharia (com ações da transnacional Yara, empresa norueguesa) e as Indústrias Nucleares Brasileiras (INB), disputando a organização do território sertanejo. Porém, também como no período colonial, cujos aqueles países “[...] se constituíram com uma limpeza étnica e religiosa com a expulsão dos mouros” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 26), semelhante vem acontecendo na região da Serra do Machado, entre os municípios de Santa Quitéria e Itatira, sertão central cearense. Essas empresas não expulsaram com violência, não praticaram genocídio e etnocídio, como no Brasil-Colônia, mas estão negando e/ou omitindo informações referentes aos riscos socioambientais da mineração; cooptando lideranças comunitárias; fazendo ameaças veladas; imprimindo uma falsa ideologia do progresso para o Estado; não considerando o modo de vida e as reais necessidades das populações da região (Anexo A).

4.2 O contexto da Mineração de Urânio e Fosfato do Nordeste brasileiro: de Caetité à Santa Quitéria

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) foi criado em 1934 e intensificou suas ações no Nordeste a partir da Segunda Guerra Mundial. O setor mineral teve uma queda após a Segunda Guerra e cresceu novamente no Nordeste a partir das décadas de 50 e 60, décadas em que foram criadas quatro escolas de geologia, em razão da grande dificuldade que se tinha de mão de obra especializada (ANDRADE, 1987).

Nos anos de 1970, o Estado brasileiro instituiu o Plano Decenal (1967-1977) que estimulava a pesquisa, a prospecção e a exploração de minério. Logo em seguida, criou a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais.

Sabe-se que, ainda no século XVI, falava-se da existência de minas de prata nos sertões da Bahia e de Sergipe. O primeiro século de colonização foi marcado pela entrada de Antônio Dias Adorno e de João Coelho de Souza nas bacias dos rios Paraguaçu e Contas, porção oriental da Chapada Diamantina (ANDRADE, 1987). É provável que as primeiras minas a serem abertas tenham sido em São Paulo, por volta de 1580, nas regiões de Jaraguá e Cantareira, posteriormente descendo para o Vale do Ribeira.

Nos séculos XVII e XVIII, o município de Jacobina, na Bahia, passou a explorar salitre, minério de grande valor para a produção de pólvora. Esse mesmo município era rico em esmeralda, calcário e ouro. O salitre também era abundante em Alagoas, que era escoado através das embarcações do rio São Francisco. Em se tratando de Brasil, neste período, 1725, o Estado de Goiás também minerava na cidade de Pirenópolis, Natividade e, um pouco antes, em 1696, o Estado de Minas Gerais, na antiga Vila do Carmo, hoje cidade de Mariana. Estima-se que entre Mariana e Outro Preto (MG) existiu, entre os séculos XVII e XIX, cerca de 300 km de galeria subterrânea, mais de 200 minas abertas³¹.

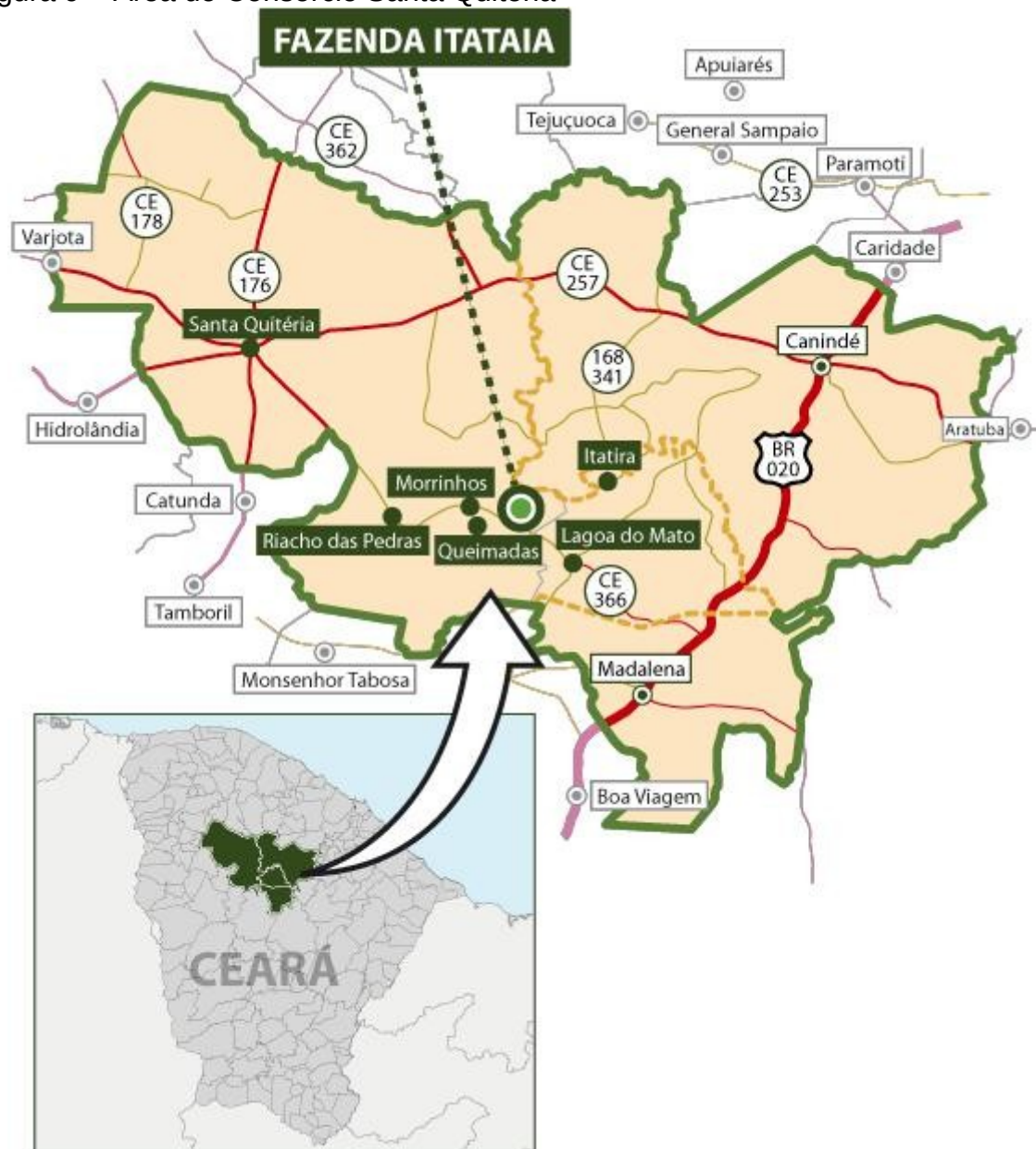
Para Andrade (1987), é na metade do século XIX e início do século XX que tivemos o “surto da mineração no nordeste”, período em que, por exemplo, foram exploradas as jazidas de diamante da Chapada Diamantina, assim como a extensa exploração de cloreto de sódio (sal marinho) no Rio Grande do Norte e Ceará.

Alcançando o século XX, mais precisamente nas décadas de 80 e 90, descobriu-se que o Nordeste brasileiro detinha a totalidade de minerais, como “cromita, xelita,

31 Artigo *Mas o que a mineração tem haver com o Dia da Consciência Negra?*, publicado em 24 de novembro de por Jarbas Vieira da Silva, membro da Coordenação Nacional do MAM. Disponível em: <<https://www.facebook.com/notes/mam-movimento-pela-soberania-popular-na-minera%C3%A7%C3%A3o/oitenta-por-cento-de-min%C3%A9rio-na-alma/1350397005002863?pnref=story>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

sodalita, salgema, magnesita, gipsita e bentonita” (ANDRADE, 1987, p. 29). No Ceará, a jazida de urânio foi descoberta na década de 1970, vejamos sua localização.

Figura 9 – Área do Consórcio Santa Quitéria



Fonte: RIMA Consórcio Santa Quitéria, 2014.

O Brasil tem a sétima maior reserva do urânio do mundo, com 300 mil toneladas distribuídas entre a jazida de Itataia, Ceará (142 mil toneladas), a de Lagoa Real, Bahia (93.200 toneladas), e outras jazidas menores, como a de Gandalaria, Minas Gerais, onde há ouro associado ao urânio, a de Rio Cristalino no Pará e a de Figueira, no Paraná. (CÁRITAS, 2013). O programa nuclear brasileiro foi iniciado junto ao período ditatorial do país, em 1965. Neste ano, o país assinou um acordo com a empresa estadunidense Wes-

tinghouse para construir seu primeiro reator nuclear em Angra dos Reis. Em 1976, o Estado brasileiro realizou novo acordo, desta vez, com a Alemanha, para a construção de oito novos reatores e uma usina para o enriquecimento do urânio.

A primeira exploração de urânio no Brasil aconteceu entre os anos de 1981 e 1995, em Poços de Caldas, Minas Gerais, quando boa parte do enriquecimento do urânio explorado na mina era feito na França. Com o esgotamento dessa mina, o programa nuclear brasileiro foi retomado nos anos 2000, quando entrou em operação a unidade de concentrado de urânio em Caetité, município que dista cerca de 750 km da capital do Estado da Bahia (DESCHA, 2011).

Essa unidade tem a responsabilidade de produzir *yellowcake*, um pó de cor amarelada que concentra 70% de urânio, principal matéria prima da energia nuclear. Em 2007, com os planos de construção de Angra III e cinco usinas nucleares em outros Estados do país, o governo brasileiro voltou-se novamente para o plano nuclear e foi nesse contexto que estava inserido o Projeto Santa Quitéria. Teve como meta incorporar 4.000MW de energia nuclear até 2025 a sua matriz energética (BRASIL, 2011. Plano Nacional de Mineração 2030).

A atividade mineral, por si só, traz relevantes impactos socioambientais das mais variadas ordens. Em se tratando de mineração de urânio, temos um elemento novo: a radioatividade. O urânio é elemento que emite radiações ionizantes, as quais, em contato com seres vivos, podem deixar consequências danosas. A meia-vida do urânio-238 é de 4,5 bilhões de anos e pesquisas comprovam a elevação de cânceres no entorno da exploração de urânio (CHAREYRON, 2014).

Não à toa, com o acidente de Fukushima³², em 2011, a Alemanha prevê o desligamento dos seus reatores nucleares até 2022. Apesar disso, estão previstos a construção de 60 reatores nucleares em 13 países, de acordo com o *The Nuclear Renaissance* (WNA), 2013. Conforme Porto, Finamore e Chareyon (2014), o debate político relacionado à energia nuclear gira em torno da fase final de manipulação do urânio, bem como dos re-

32 O primeiro acidente nuclear aconteceu na década de 50, no Canadá. Na mesma década, Rússia e Reino Unido também foram palco de acidentes nucleares. Desse último, a radiação pode ter causado 240 casos de câncer. Em 1979, após o primeiro ano de operação, a usina nuclear de *Three Mile Island*, Estados Unidos, também hospedou um acidente nuclear. O maior acidente nuclear da história aconteceu na Ucrânia, em 1986, com a explosão de um reator da usina que levou a uma média de 600 mil pessoas doses de radiação. No Brasil, tivemos o primeiro acidente com o vazamento do Cézio-137, em Goiânia, no ano de 1987. Quatro pessoas morreram e vinte e oito sofreram queimaduras da radiação. O último grande acidente nuclear foi o de Fukushima, Japão, em 2011. Após um terremoto e um tsunami, houve vazamento de radioativos após três explosões do sistema de resfriamento de parte das 11 usinas. Disponível em: <<http://pt.energia-nuclear.net/acidentes-nucleares>; <http://www.esquerda.net/dossier/desastre-de-chernobyl-foi-ha-30-anos/42418>; <http://revistaescola.abril.com.br/ciencias/pratica-pedagogica/entenda-acidente-nuclear-japao-621879.shtml>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

jeitos radioativos, poucos consideram a cadeia completa e complexa que é a do combustível nuclear. A mineração de urânio em Caetité, que começou nos anos 2000, realizada pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) nos auxilia para essa compreensão.

Ainda no seu primeiro ano de funcionamento, em abril de 2000, houve o primeiro vazamento de licor de urânio em Caetité, que desencadeou multa e uma ação civil pública, além da suspensão das atividades entre novembro e julho de 2001. O referido vazamento foi denunciado por um funcionário da empresa. Não houve comunicação desse acidente por parte da INB, nem à população do entorno da mina, nem aos órgãos fiscalizadores (DESCHA, 2011).

Um novo vazamento, mais uma vez denunciado por trabalhadores, aconteceu no ano de 2002, ainda assim o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) concedeu a licença de operação (274/2002) com validade de quatro anos e treze condicionantes.

O relatório do Greenpeace (2008) aponta que havia, naquela ocasião, “[...] 235 furos nas mantas que deveriam impedir o contato do líquido com o solo a fim de evitar a contaminação do lençol freático”.

Em 2007, o IBAMA renovou a licença de operação por mais seis anos e alguns estudos solicitados anteriormente pelo órgão só vieram a público em 2010, após uma audiência requerida por organizações e movimentos sociais, que desembocou noutra ação civil pública, solicitando a suspensão imediata das atividades da INB, em 2009. O pedido de suspensão foi negado pela Justiça Federal.

Após outro acidente, em 2010, quando o rompimento de uma tubulação levou 900 litros de licor de urânio para o solo, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEM)³³ lançou uma nota sobre a concentração de urânio nas águas subterrâneas. Em nota, a CNEM negou a concentração de radionuclídeos maior do que permitido pelo Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ), radiação natural.

Foram oito acidentes registrados até 2013 e, do monitoramento da água realizado pela INB, somente três substâncias radioativas são analisadas, apesar de as cadeias de decaimento do urânio-238 e urânio-235 conterem mais de 20 substâncias radioativas, conforme o Relatório Preliminar da Fiocruz e Crirad (FINAMORE; CHAREYON, 2014).

O monitoramento do solo feito pelo Crirad em 2012 “[...] revelou que ele está contaminado por metais pesados radioativos de longa vida associados com o rejeito”

³³ A CNEM é vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia e é responsável por fiscalizar, controlar e estabelecer normas da/para atividade nuclear no Brasil.

(PORTO; FINAMORE; CHAREYON, 2014, p. 19). Continuam os autores: “[...] esta contaminação do solo em seguida irá, no longo prazo, aumentar a contaminação de águas superficiais e subterrâneas por lixiviação natural e, também, afetar a qualidade do ar (res-suspensão de poeira contaminada, exalação do gás radônio) e as plantações próximas” (PORTO; FINAMORE; CHAREYON, 2014, p. 20).

De tudo, o Relatório da Missão Caetité, Plataforma DESCHA (2011), apontou duas grandes violações: uma, o IBAMA renovou a licença de operação em 2007, mesmo sem a INB entregar os relatórios solicitados referentes à saúde. A segunda diz respeito à ausência de uma política de comunicação por parte da INB referente aos acidentes e ameaças do empreendimento, considerando que a Bacia Hidrográfica do Rio das Contas, que está sendo contaminada constantemente é a maior bacia “inteiramente inserida na Bahia, envolvendo 86 municípios” (DESCHA, 2011, p. 33).

Apesar de as autoridades entrevistadas pela Missão negarem os riscos e acidentes causados pela mineração, o INGÁ lacrou, em 2010, poços de algumas comunidades visitadas, bem como recomendou o “[...] fechamento do chafariz que abastecia a comunidade Juazeiro devido aos altos teores de urânio identificados pelo monitoramento da qualidade da água” (DESCHA, 2011, p. 35).

Afirma ainda o Relatório da Plataforma Descha (2011, p. 43-44) que:

Do ponto de vista econômico, a mineração de urânio teve um impacto direto na vida dos agricultores da região, uma vez que desvalorizou as suas terras e tornou-as áridas, impossibilitando uma série de cultivos comuns anteriormente, como o arroz. Nos últimos 10 anos, 13 pessoas morreram de câncer do intestino na comunidade Riacho da Vaca.

O Relatório da Fiocruz e do Crirad (2014) apontou 21 casos de neoplasias e 113 casos suspeitos. Isso evidencia o descontrole da “ordem sociometabólica do capital”, bem como os impactos ilimitados e ameaças à existência das vidas não humanas e humanas conduzidas pelas empresas capitalistas.

Em se tratando do fosfato, o RIMA (2014) afirma ser ele uma das principais matérias-primas “na produção de fertilizantes agrícolas do Brasil”. Sua produção deverá contribuir para que, no período de quatro ou cinco anos, o Brasil se torne autossuficiente e diminua a dependência externa que tem do fosfato. O empreendimento pretende produzir 1.050.000 toneladas de derivados fosfatados, todos destinados à produção do agronegócio.

O agronegócio levou o Brasil a assumir o posto de maior consumidor de agrotóxicos do mundo e, tanto essas indústrias quanto a Agência Nacional de Vigilância Sani-

tária (ANVISA), passaram a publicar anualmente a quantidade de agrotóxicos comercializados/utilizados no país. Afirma-se que, no ano de 2008, foram consumidos 5,2 litros de veneno por pessoa. No ano corrente, 2016, este valor subiu para 7,2 litros, conforme Nívea Silva, representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida³⁴.

Foladori (2001), em um dos seus estudos, se dedica a refletir sobre a crise ambiental planetária e os *Limites do Desenvolvimento Sustentável*. Afirma que as crises foram regra na constituição planetária. Talvez a primeira delas tenha acontecido com o que o autor categoriza como a “segunda revolução da vida”. Dada a utilização da energia solar para produzir os alimentos orgânicos a partir dos inorgânicos (fotossíntese), em razão da escassez dos compostos orgânicos; logo, surgiram as cianobactérias que absorviam gás carbônico e liberavam oxigênio em grande quantidade, o que acabou levando à contaminação da atmosfera e à extinção de maioria das vidas primárias que existiam no planeta.

Essa imensa quantidade de oxigênio liberado acabou se associando ao ferro presente nas águas, dando origem ao óxido ferroso, formando a maior parte das rochas de ferro que temos hoje. Foram inúmeras as extinções na Terra e essas contribuíram, ainda conforme Foladori (2001), para a evolução da vida. A finitude da matéria não impossibilitou o seu reordenamento, mesmo que sob uma complexidade maior. A finitude da matéria ganhará força com a atual crise ambiental.

É a partir da década de 60 que diversos grupos governamentais e não governamentais começaram a visibilizar os problemas ambientais. Porém, de lá pra cá, esses grupos conseguiram alcançar apenas as causalidades imediatas e pontuais, a partir de relações eminentemente técnicas, afirmando a dicotomia sociedade-natureza.

O cerne da questão ambiental, para Foladori (2001), não está nesta dicotomia ser humano-natureza, mas, sim, nas contradições internas à espécie humana. De fato, ao longo da história, nós fomos dominando e transformando a natureza, a fim de produzir as necessidades que foram sendo criadas. Porém, “[...] a sociedade humana não se relaciona com seu entorno de maneira homogênea, como faz qualquer outra espécie viva” (FOLADORI, 2001, p. 205).

As relações sociais são as que estabelecem entre os seres humanos a partir da forma como se distribuem os meios de produção. Essa distribuição dos meios de produção determina um acesso diferenciado ao meio ambiente, graus de intervenção e de decisão deferentes sobre o uso do ambiente e leis que governam o ritmo, a forma e o tipo de recursos a se utilizar. (FOLADORI, 2001, p. 206).

34 Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/07/campanha-completa-5-anos-de-luta-permanente-contra-os-agrotoxicos-e-pela-vida.html>>. Acesso em: 29 set. 2016.

Na sociedade capitalista, de classes “[...] o acesso à natureza por quem representa a propriedade da terra e das fábricas e por quem somente dispõe de sua força de trabalho para viver não é o mesmo” (FOLADORI, 2001, p. 207). Portanto, apesar de haver uma tendência de os seres humanos serem responsabilizados pela atual crise ambiental, sabemos que há uma classe que orienta “[...] da produção até a obtenção do lucro, em detrimento da satisfação das necessidades sociais” (FOLADORI, 2001, p. 208) de outra classe social. O que torna as interpretações ecológicas da relação sociedade-natureza equivocadas. Não foram os camponeses da comunidade Lagoa Real, em Caetité, Bahia, que escolheram explorar a mina de urânio no seu território, foram as empresas transnacionais e a política de *commodities* brasileira.

O problema central reside nas relações sociais de produção. A instrução de salvar o planeta para as próximas gerações não cobre um sexto da população mundial que está subnutrida e talvez nem consiga produzir futuras gerações, tampouco um quarto da população mundial considerada pobre pelas Nações Unidas e que está prioritariamente preocupada com sua própria sobrevivência. Segundo informe do PNUD de 1997, a quantidade de pobres aumentou em 900 milhões nos últimos 50 anos e passou de 17% a 23% a população mundial. Aí estão as relações sociais e a causa da crise ambiental. (FOLADORI, 2001, p. 209).

Tudo isso para argumentar que o adoecimento das populações camponesas, a contaminação das suas produções agrícolas, das águas, do solo e dos ventos é consequência da invasão do seu território pela indústria mineral, em Caetité.

As transformações que o Consórcio Santa Quitéria já tem feito naquele território são consequências das determinações econômicas capitalistas, “[...] da utilização de capital de maneira intensiva, pilhando as riquezas naturais, e até da exploração e/ou apropriação monopólica de certas partes do planeta” (FOLADORI, 2001, p. 210).

A relação que o capital estabelece com a natureza difere com profundidade da relação estabelecida por camponeses(as). Faz-se necessário reestabelecermos e reafirmamos nossa vinculação com a natureza.

O homem vive da natureza, isto é, a natureza é o seu corpo, e ele precisa manter com ela um diálogo continuado para não morrer. Dizer que a vida física e mental do homem está vinculada à natureza significa simplesmente que a natureza está vinculada a si mesma, pois o homem é parte da natureza. (MARX *apud* FOSTER, 2005, p. 223).

Grandioso desafio, em se tratando da atual fase imperialista do modo de produção capitalista, cujo domínio financeiro alcança seu mais elevado grau e a separação entre o capital monetário e o industrial produtivo adquire imensas proporções (IAMAMOTO,

2009). O Consórcio Santa Quitéria expressa pontos de encontro entre a questão agrária, mineral e ambiental, tendo como possibilidade de superação a territorialidade camponesa.

4.3 Consórcio Santa Quitéria: irregularidades, inviabilidades e ameaças ao território camponês

Conforme retomou o Sr. Carlos Alexandre Gomes, representante do IBAMA, em audiência pública, o processo de exploração da Mina de Itataia se iniciou ainda em 2004, quando o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA) informou ao IBAMA as emissões de licença ao empreendimento. À época, os empreendedores afirmavam no EIA/RIMA que o urânio da jazida de Itataia era residual sendo em maior quantidade, o fosfato. As organizações sociais tomaram conhecimento e denunciaram ao Ministério Público Federal (MPF). Esse, por sua vez, recomendou à INB apresentação de requerimento ao IBAMA.

Em 2006, a Advocacia Geral da União (AGU) recomendou ao IBAMA que informasse essa competência federal ao empreendedor e também que o encaminhasse o termo de referência das questões pertinentes abordadas pelo IBAMA quanto ao novo EIA/RIMA.

Em 2010, o Consórcio solicitou oficialmente a licença prévia³⁵ e, em 2013, o Consórcio encaminhou as duas vias do EIA/RIMA ao IBAMA, publicado e disponibilizado para consulta pública em 2014. Realizaram, no mesmo ano, três audiências públicas: em 20 de novembro, em Santa Quitéria; em 21 de novembro, no município de Itatira; e no dia 22 de novembro, no distrito de Lagoa de Mato.

Estivemos presentes nessa primeira audiência organizada pelo IBAMA, após a entrega do EIA/RIMA, que contou com a participação massiva de comunidades camponesas e moradores(as) da sede do município de Santa Quitéria. Entre os falsos argumentos dos empreendedores, com destaque para o representante da CNEM, que comparou a radiação do urânio durante a extração na mina, com a radiação de Raios-X, emitida em exames clínicos, a população local ia fazendo questionamentos que tiveram poucas ou quase nenhuma resposta.

³⁵ De acordo com a Resolução 001/86 do CONAMA, o processo de licenciamento ambiental possui três fases. A primeira é a Licença Prévia, quando o responsável pelo empreendimento deve apresentar o EIA/RIMA. A segunda fase é a Licença de Instalação, que autoriza o início da obra de implantação do projeto, depois de atendidas as condições da licença prévia e, por fim, a Licença de Operação, que autoriza o início de funcionamento do empreendimento.

Muitos moradores de Santa Quitéria demonstraram preocupação com os riscos da mineração, bem como com a escassez de água, que já é regra na região. Em resposta a uma afirmativa do representante da CNEM, um senhor morador da sede do município declarou: “O senhor é um mentiroso, está pensando que a gente é burro?! Nada disso vem para melhorar nossa vida!” (sic) (Diário de Campo).

Todos os representantes do poder municipal e estadual (legislativo e executivo) que estavam presentes também discursaram em defesa do Consórcio, tendo como argumento central o “desenvolvimento” e o “progresso” para a região³⁶, a partir da geração de emprego e renda. Tamanha contradição! Mesmo a população falando que não aceita o empreendimento na cidade, os representantes políticos o defendem.

Nesse mesmo período, o Núcleo Tramas entregou uma representação ao MPF listando uma série de erros presentes no EIA/RIMA do Consórcio. Foi a partir desse documento que, em junho de 2015, o IBAMA emitiu um parecer técnico solicitando complementos ao Consórcio, dentre eles, a viabilidade hídrica e o relatório nuclear. Esses complementos foram entregues durante o ano de 2016, sendo o relatório de viabilidade hídrica já contestado, em setembro de 2016, por pesquisadores da UFC.

A última audiência pública relacionada ao Consórcio Santa Quitéria ocorreu em 16 de novembro de 2015. Foi demandada por organizações políticas e movimentos sociais da região à Comissão de Meio Ambiente e de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará, para fins de discutir os impactos ambientais do Projeto Santa Quitéria. Essa contou a representação de instituições do poder público municipal, estadual e federal, de universidades, das empresas que constituem o Consórcio e de movimentos sociais.

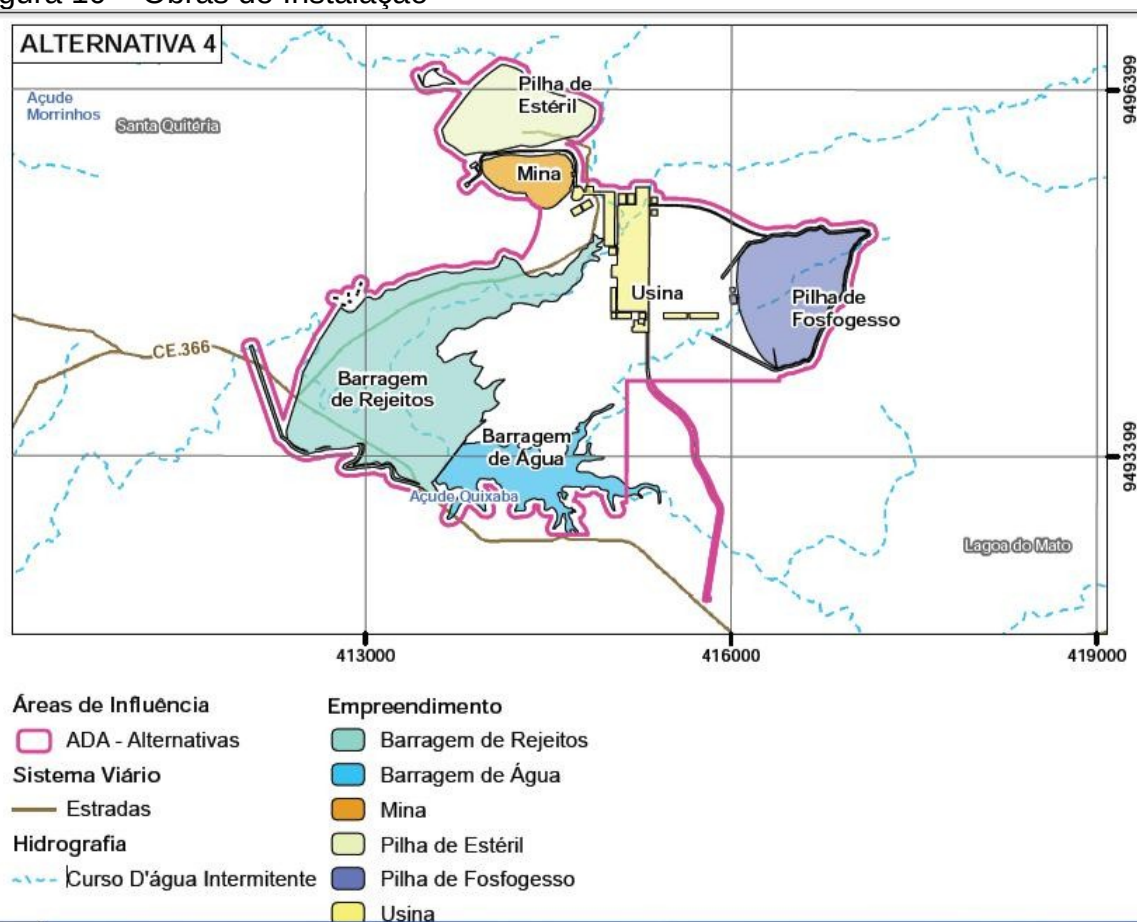
Conforme o RIMA do Consórcio Santa Quitéria, o empreendimento, que deverá ter 20 anos de operação, busca explorar a Mina de Itataia, cujo fosfato está associado ao urânio. O fosfato, separado do urânio, será beneficiado para obtenção do ácido fosfórico, muito utilizado na produção de fertilizantes e ração animal. A meta é alcançar uma produção anual de 1.050.000 toneladas de derivados de fosfatos. Já a produção do urânio deverá chegar a 1.600 toneladas anualmente. “Trata-se de um Complexo Mínero Industrial, ou seja, um projeto que faz tanto a exploração quanto o beneficiamento do minério, que nesse caso é o fosfato associado ao urânio, chamado colofanito” (RIMA, 2014, p. 6)

³⁶ Rigotto (2008) afirma que a ideologia do desenvolvimento ganha força com a revolução industrial. Essa noção é inerente à história do ocidente moderno e coincide com a expansão da burguesia no século XIV.

Em consonância com o RIMA, o empreendimento terá 25 meses para instalação e construção do complexo, que ocupará 394,93 hectares de vegetação nativa e contará com uma média de 900 trabalhadores nesta primeira fase. Demandará, ainda, 30.000 litros de água potável por dia nesta fase. Para a fase de operação, a água deverá vir através de uma adutora do Açude Edson Queiroz. Quanto à lavra, será a “[...] céu aberto e em cava, gerando minério e estéril”. “A extração será feita por meio de bancadas de até 10m de altura” (RIMA, 2014, p. 19).

Ainda de acordo com o RIMA, constituem o empreendimento: duas unidades industriais (Unidade de Fosfato e Unidade de Urânio); uma pilha de estéril (substâncias minerais sem aproveitamento econômico com a capacidade de armazenar 26 milhões de metros cúbicos); e outra de fosfogesso (um subproduto da indústria do fertilizante); uma barragem de rejeitos que será construída abaixo do Rio Quixaba (material restante do processo de beneficiamento que não é aproveitado, com capacidade de armazenar 8 milhões de metros cúbicos); além de estruturas de apoio, conforme imagem a seguir.

Figura 10 – Obras de Instalação



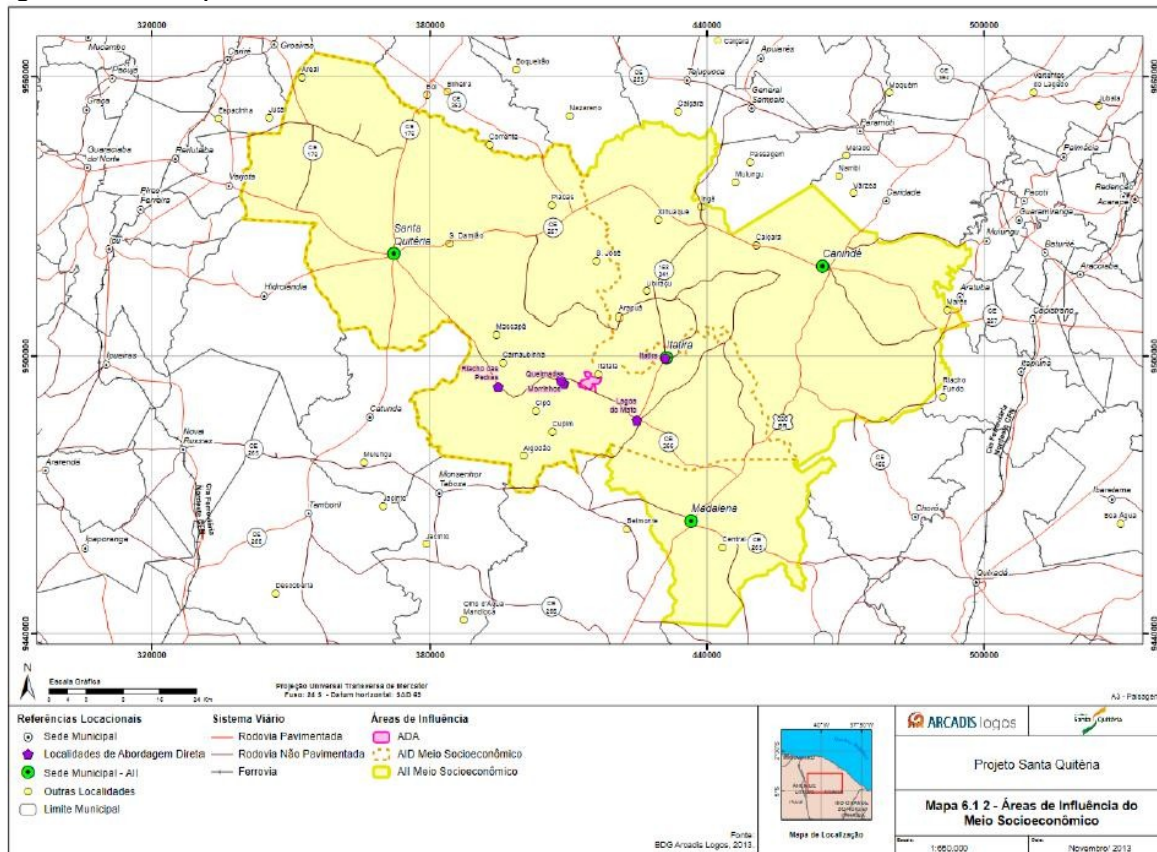
Fonte: RIMA Consórcio Santa Quitéria.

Todo esse complexo devastará a “[...] paisagem diversificada, com morros, serrotes e áreas planas, cavernas e bastante vegetação de caatinga” (RIMA, 2014, p. 19). Ademais, encontramos no RIMA (2014), além da caracterização do empreendimento, as características da paisagem, biomas e um sucinto e incompleto estudo da radiação. O Relatório também apresenta as áreas de influência do Consórcio. Define como Área Diretamente Afetada (ADA) os locais onde ficarão todas aquelas estruturas do empreendimento. Como Área de Influência Direta (AID), os espaços que estarão em volta do complexo e, por fim, a Área de Influência Indireta (AII).

Vejamos, no mapa a seguir (Figura 11), que o Consórcio identifica apenas as comunidades de Riacho das Pedras, Morrinhos, Queimadas, Lagoa do Mato e a sede de Itatira como ADA e apenas outras 38 localidades. No mesmo estudo, encontramos, durante todo o texto, afirmações que invisibilizam as comunidades camponesas e sua condição socioeconômica. Em várias passagens do RIMA, reitera-se que há pouca densidade populacional na região e que o modo de vida dos(as) agricultores(as) da região é precário, que a produção do campo é apenas de subsistência e com nenhuma influência na economia local. Chega a afirmar, inclusive, que “Em se plantando nem tudo dá... Os solos da região têm limitações para o uso agrícola. Por isso, a irrigação e fertilização são extremamente importantes para a produção agrícola local” (RIMA, 2014, p. 38).

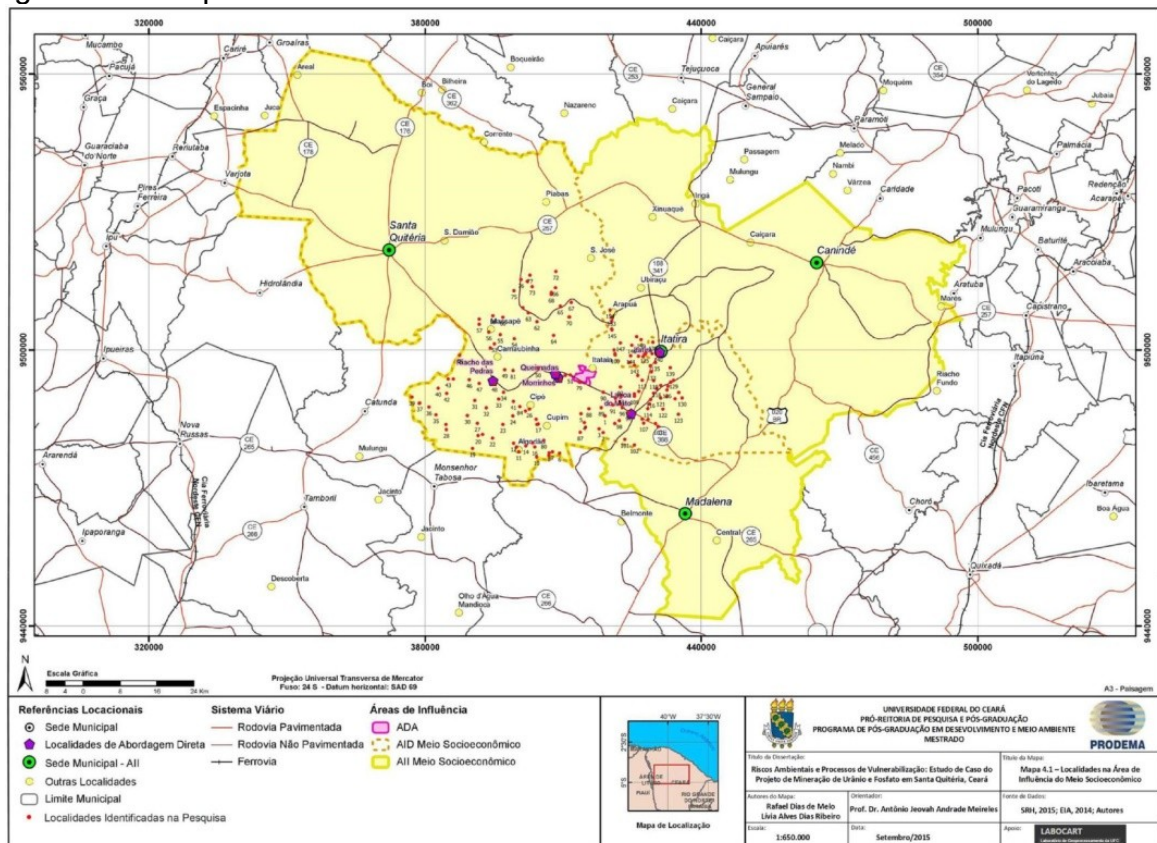
Porém, estudo recente realizado pelo Núcleo TRAMAS identificou 156 localidades (MELO, 2015), conforme apresentado na Figura 12. A ausência de mais de 100 localidades no RIMA é mais uma das irregularidades desse estudo apresentado ao IBAMA. Todas essas comunidades são camponesas, vivem da agricultura e da criação, acessam benefícios do governo e realizam outros serviços para consolidarem sua renda e movimentarem a economia local. Apesar de os empreendedores afirmarem a necessidade de empregos gerados pela mineração para melhoria de vida da população de Santa Quitéria e Itatira, a cultura local é de luta pela terra para trabalho no campo.

Figura 11 – Mapa das Áreas de Influência do Meio Socioeconômico



Fonte: RIMA Projeto Santa Quitéria, 2014.

Figura 12 – Mapa das Áreas de Influência do Meio Socioeconômico



Fonte: MELO, 2015.

Outras irregularidades foram apresentadas pelo Núcleo TRAMAS, através da Representação entregue ao MPF, no município de Sobral, em novembro de 2014. Dentre elas, a necessidade, conforme a legislação ambiental, de um Licenciamento Nuclear e Mineral, além do ambiental. Em se tratando das informações referentes à energia nuclear, afirma que o radônio, um dos radionuclídeos que compõem a “cadeia de decaimento do urânio [...] é de elevada nocividade, de comprovada carcinogenicidade e de difícil controle” (TRAMAS, 2014, p. 15). Apesar de os trabalhadores e a população local ficar em exposição continuada a esse gás, o EIA/RIMA não apresenta quaisquer informações sobre isso.

O concentrado de urânio, *yellowcake*, será transportado por via terrestre para sair do Brasil pelo Porto do Mucuripe, em Fortaleza, com destino à Europa, para fins de beneficiamento e retorno ao país para usina nuclear. “Estão previstos quatro carregamentos de urânio por ano, sendo que cada carregamento contará com 25 contêineres de 15 toneladas cada um. Cada contêiner terá aproximadamente 10 tambores de 200 litros com cerca de 400 kg de urânio” (EIA Consórcio Santa Quitéria, Volume I, 2014, p. 242 *apud* TRAMAS, 2014, p. 6).

São 220 km de percurso entre Santa Quitéria e Fortaleza, pela CE-257, passando por pelo menos cinco municípios de grande porte. De acordo com a representação do Núcleo TRAMAS, o EIA/RIMA não apresenta um plano de segurança para o transporte do concentrado de urânio. Além do *yellowcake*, outros materiais para operação da indústria serão transportados de Fortaleza para Santa Quitéria, e, mesmo o Consórcio apontando a necessidade de reforma das rodovias, não apresentam nada relacionados a possíveis riscos de acidentes no percurso.

A mesma representação denuncia a ausência de autorização arqueológica, haja vista a região acolher 76 cavernas, sendo 7 dessas classificadas como de alta relevância. O EIA não realiza estudo aprofundado do patrimônio arqueológico da região nem solicita autorização do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A Representação aponta, ainda, irregularidades referentes às violações do direito à informação, à participação e à saúde. O Relatório também não explicita como se dará a separação entre o urânio e o fosfato, nem comprova a capacidade hídrica para o empreendimento.

Com relação a isso, o IBAMA emitiu um parecer em julho de 2015 (Nº 02001.002793/2015-10), que identifica a incompletude do EIA e, dentre as complementa-

ções ao estudo, está a da viabilidade hídrica do empreendimento. O estudo elaborado pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará (SRH) e pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (COGERH) foi entregue oficialmente ao IBAMA, em novembro do mesmo ano, e tem como título *Estudos de Garantia de Atendimento à Demanda Futura na Bacia do Acaraú, Contemplando a Influência da Implantação do Projeto Santa Quitéria*.

Contrapondo-se ao supracitado estudo, pesquisadores da UFC entregaram ao MPF um parecer técnico que analisa o estudo elaborado por técnicos da SRH e da COGERH. Ribeiro (2016) inicia questionando a ausência de informações sobre os responsáveis técnicos pela elaboração, bem como a forma como abordam o empreendimento, dando-o como inevitável, contrariando a resolução Nº 001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que em seu Artigo 5º, parágrafo I, versa: “I – Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto” (CONAMA, 1986).

O estudo segue considerando que os reservatórios estão com 100% da sua capacidade de aporte de água, porém, a Bacia do Acaraú, formada pelos açudes Edson Queiroz, Araras, Ayres Sousa e Taquara, está há alguns anos com sua capacidade de abastecimento abaixo da média. O açude Edson Queiroz está com 16,02% de sua capacidade; 5,38 o Araras; 23,55% e 10,77% de capacidade, respectivamente. Considera-se, ainda, o abastecimento para o empreendimento vindo de dois outros açudes, Pedregulho e Poço Comprido, que sequer foram construídos (ARAÚJO; RIBEIRO, 2016).

Por todo o relatório apresentado ao IBAMA, pela SRH e COGERH, em nenhum momento citam que estamos vivendo a maior seca da história do Ceará dos últimos 100 anos. A última grande seca como esta aconteceu em 1910, na qual alcançamos o quinto ano de baixa precipitação. Apesar de o elevado índice de população rural da região, correspondendo a 40% do total, o estudo considera apenas a demanda da população urbana para a Bacia do Acaraú.

Para a demanda agrícola, consideram somente a quantidade de água que corresponde aos perímetros irrigados, não consideram as populações camponesas que estão fora dos perímetros, que são a maioria, já que apenas poucos grupos proprietários do agronegócio se beneficiam dos perímetros irrigados. Dentre outras irregularidades, afirmam:

[...] não é considerado na projeção populacional o aumento da população de Santa Quitéria, por exemplo, decorrente de um empreendimento de grande porte como a

mineração que vem sendo proposta e o movimento comum de migração de trabalhadores, tendo sua projeção considerado uma taxa de crescimento normal. (ARAÚJO; RIBEIRO, 2016, p. 23).

Os pesquisadores alegam, enfim que “[...] o relatório é uma peça desarticulada, incompleta com erros conceituais e com diversas páginas dedicadas a informações não usadas para seu propósito”, mas, contraditoriamente, afirmam: “[...] o atendimento à região tem boas perspectivas”, é o mesmo que declara a oferta satisfatória desde que sejam construídos os dois açudes, “[...] portanto admite que a infraestrutura existente pode ser insuficiente” (ARAÚJO; RIBEIRO, 2016, p. 23).

Essas informações também vão de encontro ao lugar da água na vida das mulheres da Agrovila Mata Fresca. Dialogando com elas durante o processo de construção da cartografia social do seu território, estas optaram em fazer uma representação específica relacionada aos espelhos d'água, açudes que aparecem quando tem chuva.

A água acompanha o cotidiano das mulheres. Todas afirmaram: “acordo, vou botar água pra dentro [da cisterna pra casa] [...]”. A água, para a vida no sertão, talvez seja o bem mais precioso. As famílias esperam a chuva cair para lavar o telhado, molhar a terra e encher suas cisternas para que aguentem o período sem chuva. Semelhante à campanha *Água é vida e direito*, desenvolvida pela Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Rede Lac) (CORDEIRO; SILVEIRA, 2012), o direito à água, risco de contaminação pela indústria da mineração, e até mesmo os sonhos embalam a vida dessas mulheres. Uma delas disse:

Tanto que a gente tem pelejado por um poço profundo, nesse verão de agora ficamos tão difícil aqui, minha filha. Ainda bem que deu uma chuva. Eu gosto da água da chuva pra beber. As primeiras chuvas a gente deixa lavar, sabe?, aí só aquela água bem alvinha a gente colhe. (Ametista)

O debate da água é central nesse conflito camponês com a indústria da mineração, afinal, os minérios se movimentam por todos os processos de operação da mineração, através da água. Mas como garantir isso numa região em que há escassez da água e, principalmente, a indisposição do Estado em garantir para as comunidades as tecnologias de convivência³⁷ com o semiárido?

Encontramos no RIMA a seguinte afirmação:

A falta de água, causada pela estiagem, somada a falta de tratamento de esgoto e o uso das terras para agricultura e pastagem são fatores que já alteram a qualidade das águas de alguns córregos e açudes da região. Mas é importante salientar

³⁷ Além da cisterna de placa e de calçadão, existe também a cisterna de enxurrada e a barragem subterrânea.

que tem água nos reservatórios que atendem a população e que pode ser usada até para irrigação. Nesse caso, o que falta ainda é infraestrutura para levar a água até as plantações. (RIMA, 2014, p. 80).

Esse trecho aponta, mais uma vez, os erros cometidos pela EIA/RIMA do Consórcio. Todos os reservatórios de água do Estado não estão atendendo às demandas do povo. O Castanhão, maior açude do Ceará, está com apenas 5% do seu volume. Uma média de 70% dos municípios de Estado encontra-se em situação de emergência, com dificuldade, inclusive, de abastecimento por carros-pipa.

Uma das mulheres da Agrovila Mata Fresca nos acompanhou por toda a extensão de 18 km do Açude Edson Queiroz, que fica ao lado do assentamento. Caminhamos muito quilômetros por onde já teve água. Afirmou Rubi que, desde 2009, quando ocorreu a última chuva, não se vê mais o açude cheio. Ela declarou, ainda, que, quando o açude estava cheio, cobria todos os troncos que hoje estão secos (Figuras 13 e 14).

Figura 13 – Área do Açude Edson Queiroz



Fonte: Arquivo Pessoal. Pesquisa de Campo, 2016.

Figura 14 – Margens do Açude Edson Queiroz

para o Edson Queiroz, cheio, como se estivessem no período de chuva, apesar de, durante o período da pesquisa, todos esses pequenos açudes estarem sem quaisquer quantidades de água, exceto do Edson Queiroz.

Quadro 2 – Mapeamento explicativo de onde as famílias das entrevistadas residiram

MULHERES	PERCURSO ANTES DE CHEGAR AO ASSENTAMENTO	SIGNIFICADO DO ASSENTAMENTO
1. Ametista	Natural do distrito de Riacho das Pedras, município de Santa Quitéria. Morou na sede desse município e, em seguida, foi para o assentamento.	“Aqui é muito bom. Do jeito que está. Deus mandando a nossa água, pra ter nosso inverno, nossa água limpa, plantar, tá bom demais. Nós tendo o inverno e nossa saúde”.
2. Esmeralda	Natural de Santa Quitéria. Morou em Brasília e em São Paulo e retornou ao município de origem.	“[...] quando eu cheguei aqui, eu achava que eu não ia me adaptar de novo aqui, mas eu não troco o interior por lugar nenhum, é calmo, tranquilo, saudável. Você pode criar seu filho sem preocupação”.
3. Rubi	Natural do distrito de Quintas, Santa Quitéria. Morou na sede desse município, depois se deslocou para Brasília, Goiás e Belém. Retornou ao Ceará, para o município de Independência, e, em seguida, para Santa Quitéria.	“Morar no assentamento é ter ‘qualidade de vida’. A gente produz, a gente consome. A gente cria, a gente consome. São coisas saudáveis pra gente. Eu como a galinha, o bode, o carneiro, o bovino também. Pouca carne compro na cidade. Hortaliça. O que a gente produz aqui a gente consome”.
4. Diamante	Natural de Santa Quitéria. Assentada há dez anos.	“Sempre gostei de morar no interior. Vou à cidade, o meu destino já é voltar”.
5. Opala	Natural do distrito de São Francisco, onde era moradora de uma fazenda. Quando casou, foi morar no Paraíso, distrito de Catunda, na fazenda de um proprietário de Pernambuco. Era assentada junto com os pais, depois passou a ser titular da terra.	Lugar de conviver próximo à família com tranquilidade.
6. Olho de Tigre	Natural do município de Uruburetama, Ceará. Família paterna do sertão de Irauçuba. Cresceu numa localidade chamada Retiro, em Uruburetama. Quem fundou esse lugar foi seu tataravô. “Eles contam que faziam retiro, por isso colocaram o nome lá do lugar de Retiro”. Saiu de Uruburetama para Santa Quitéria, distrito de	“Gosto de morar aqui pela tranquilidade. Meus filhos poderem andar de bicicleta, não viverem presos. Pra mim, é o bastante”.

	São Damião, em razão do casamento, e depois foi para o assentamento.	
7. Macacita	Natural de Santa Quitéria, do distrito de Nova Soure, onde foi moradora de fazenda junto com os pais.	“Não penso em morar em outro canto, porque o assentamento <i>num</i> é da gente, mas a gente trabalha pra gente. Morar no que é dos outros é ruim demais. Aqui a gente trabalha onde quiser, <i>num</i> tem ninguém pra impedir e no que é dos outros <i>num</i> é assim”.
8. Pérola	Natural de Uruburetama. Deslocou-se para Santa Quitéria em 1970 com os pais. Ocuparam os distritos de Sabiá e Nova Soure. “Toda vida, nós fomos morador. Primeiro patrão foi o finado Afonso Timbó, depois, era um pessoal que morava em Fortaleza. Depois, voltamos pra terra do Sr. Afonso. Ficamos mais sete anos. Depois, saímos da Nova Soure e fomos morar na terra do Sr. Raimundo Antônio Monte. Depois, viemos pra cá. Já tem mais de 10 anos”.	“Gosto daqui porque o que a gente fizer de bem, de bom, é pra gente. Eu gosto muito daqui”.
9. Quartzo	Natural da sede de Santa Quitéria. Os seus pais foram sempre moradores de fazendeiros, antes do assentamento.	“Eu não queria trabalhar fora. Eu quero cuidar da minha família. O assentamento é bom pra quem tem outra renda, pra viver só daqui é difícil”.
10. Turmalina	Natural da sede de Santa Quitéria. Morou 9 meses em Brasília, logo depois que casou. “Casei e ele me levou pra lá. Ele morava lá, veio só me buscar”. Mas ele é natural de Santa Quitéria. Voltaram ao município quando as crianças nasceram.	“Gosto do interior, calmo, não tem zoeira”.
11. Safira	Natural da comunidade de Mucambo de Cima, município de Itapipoca, litoral oeste cearense. “A gente sempre foi morador. A gente saiu de Itapipoca, veio pra Santa Quitéria tentar morar no sertão. Perto de Taperoaba [distrito]. Depois, fomos para a Serra do São João. Depois, na Lagoa do Mato [distrito o município de Itatira]. Casei com meu marido, que era das bandas de cá [Vila São Damião]”.	“Aqui é mais simples pra gente viver, não tem preocupação”.
12. Turquesa	Natural do Município de Santa Quitéria. Foi agricultora, moradora de duas fazendas nos distritos de Grossos e Muribeca. Chegou ao assentamento	“Não ter ninguém mandando em mim”.

	em 1999, após mais de um ano acampada.	
13. Painite	Natural do distrito de Santa Cecília, perto do Cerrote, em Santa Quitéria. Moravam na terra de um fazendeiro. Saiu de lá quando casou e veio morar na Vila São Damião, na casa de outra pessoa. Em seguida, conseguiu ser assentada (há 13 anos). A família sempre foi moradora, antes do assentamento.	“Toda vida eu gostei de morar no interior”.
14. Ônix	Natural do Pouso Alto, distrito de Santa Quitéria. Lá, residia em terra própria, adquirida pelo avô. Após o casamento, deslocou-se para o assentamento, onde está há 14 anos.	“Bom aqui, pertinho da rua, tem transporte mais fácil [onde residiam, tinha muita dificuldade de acesso a transporte]; lugar tranquilo”.
15. Jadeite	Natural de Santa Quitéria, do distrito de Milagres. Família paterna é natural da Serra Grande/Ibiapaba e a materna de Uruburetama. Sempre foram moradores. Hoje são assentados no Juá.	“Gosto de morar aqui porque é mais tranquilo. A gente vive melhor que na cidade”.

Fonte: elaborado pela autora.

O assentamento significa, para essas mulheres, a possibilidade de uma vida melhor, pois elas afirmam e promovem em seu cotidiano a campesinidade nordestina. Apesar dos desafios enfrentados, em razão da dificuldade em acessar algumas políticas públicas, em especial, as voltadas para convivência com o semiárido. Mais à frente, apresentaremos a territorialidade camponesa destas mulheres e como a mineração de urânio e fosfato ameaça essa territorialidade.

Considerando todas essas características do semiárido nordestino e considerando, ainda, que o Estado do Ceará ocupa 9,4% desse Nordeste, com quase a totalidade do seu território no semiárido e, considerando, por fim, que o Consórcio Santa Quitéria, que objetiva minerar urânio e fosfato encontra-se nesse território e que o açude que deveria abastecer tamanho empreendimento, sequer abastece as famílias do Assentamento Juá, é que, no próximo capítulo, dedicaremos os esforços para compreender a vida das mulheres no assentamento e suas impressões da mineração.

5 MULHERES QUE IRRADIAM VIDA: FONTE DE OUTRAS ENERGIAS

*“Sempre trabalhei mesmo foi no roçado, desde doze anos”. (Turquesa)
“Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher. Porque a luta não é só do companheiro, participando sem medo de ser mulher”. (Cancioneiro Popular do MST)*

O que nos levou a particularizar a resistência camponesa das mulheres do Assentamento Juá, Agrovila Mata Fresca, frente à exploração do urânio e fosfato, foram as observações feitas pelo MST referentes à ausência delas nos espaços de decisão e participação pública do assentamento. Por que, nas assembleias do assentamento, poucas mulheres participam e, quando estão presentes, pouco expressam sua opinião e anseios? De que forma produzem e reproduzem suas vidas? Existe resistência e luta por parte dessas camponesas? E como elas percebem a mineração de urânio e fosfato? Como se organizam e lutam contra a exploração da mina de Itataia?

Essas problematizações nos acompanharam durante o trabalho de campo, no qual surgiram outras questões referentes ao cotidiano no assentamento e à divisão das atividades econômicas, familiares e domésticas entre homens e mulheres. Partindo dessas questões foi que tecemos as reflexões iniciais da pesquisa de campo.

Importante ainda considerarmos que, historicamente, as terras estiveram sob a propriedade dos homens, apesar de algumas políticas públicas recentes estarem estimulado as mulheres a assumirem a titularidade das terras, os homens ainda “[...] representam mais da metade dos proprietários da terra em países como México, Nicarágua, Paraguai e Peru” (GARCÍA; MONTEIRO, 2015, p. 333). Dos “[...] 36.664 proprietários no ano 2000 que tinham em média 50 hectares de terra”, apenas 11% deste total pertenciam a mulheres, “enquanto os homens eram donos legais de 89% dos estabelecimentos fundiários” (GARCÍA; MONTEIRO, 2015, p. 333).

Além dessas dimensões, deverá também compor esse capítulo um breve ensaio sobre as interfaces entre as relações étnico-raciais, de gênero e da sociedade classe. De onde vêm essas mulheres? Quais suas trajetórias de vidas? Qual o significado de ser assentada da reforma agrária? Tendo como referências autores(as) latino-americanos(as).

5.1 Relações patriarcais e a organização social das mulheres

Na tentativa de compreender a campesinidade das mulheres da Agrovila Mata Fresca, aproximamo-nos de autoras latino-americanas que propõem, assim como Porto-Gonçalves (2009), a descolonialidade do feminismo e da discussão sobre as relações de gênero.

Acercarmo-nos dessas reflexões por compreender que as mulheres que estão no campo nordestino são a continuidade das indígenas, negras e posseiras (algumas migrantes europeias), que estiveram resistindo desde o período de colonização desse país. Em razão disso, realizaremos nossas reflexões considerando que as dimensões de classe foram e são estruturantes das relações patriarcais. Porém, também está presente nessa estrutura a dimensão étnico-racial, ambas se movimentam não de forma hierárquica, tampouco como quebra-cabeça, mas interdependentemente, numa perspectiva de totalidade.

Portanto, faremos um esforço de compreender as chamadas relações de gênero a partir da experiência das mulheres latino-americanas, em especial as negras e indígenas, que, por exemplo, sempre estiveram na condição de trabalhadoras. Não precisaram se afirmar feministas para sair de casa e garantir seu lugar no mercado do capital, no espaço público, para além do âmbito doméstico.

Estamos afirmando que as elaborações clássicas sobre gênero e feminismo não contemplaram a realidade das mulheres que eram comandantes de exércitos ou matriarcas de reinados em algumas nações africanas³⁸, e que parte das mulheres do campo brasileiro é herdeira da práxis dessas mulheres.

A categoria gênero foi utilizada historicamente por psicanalistas e historiadores, a fim de compreender as relações familiares, de parentesco entre crianças e mulheres, e culturais. Porém, com as feministas, passou a ser utilizada, nas décadas de 1960 e 1970, para entender as relações sexuais e sociais, principalmente entre homens e mulheres. A partir dos anos 80, passa-se a reivindicar uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas. “O uso do ‘gênero’ coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1989, p. 7).

38 Amina de Zaria, Rainha da província de Zazzua, na Nigéria, hoje conhecida como Zria, nasceu em 1533. Assumiu o reinado entre 1588 e 1589 e durante 34 anos liderou expedições militares com o objetivo de forçar os governantes locais da região “a aceitar o status de vassalo” e permitir que os comerciantes tivessem passagem segura

Ainda a partir de Scott (1989, p. 7), a categoria gênero foi usada pelos historiadores para entender as crianças, mulheres e famílias e, também, em outros termos, esse uso “[...] se refere ao domínio – tanto estruturais quanto ideológicos – que implicam em relações entre sexos”. A mesma autora afirma que: “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; [...] é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21).

Outras autoras clássicas, como Brushini e Costa (1992), reafirmam a categoria gênero como sendo a responsável pela compreensão da construção sociocultural dos sexos masculino e feminino ao longo da história. Essas autoras estudam as desigualdades entre os homens e as mulheres a partir da experiência europeia, cujas mulheres passaram a ocupar um espaço no mercado de trabalho, no século XVIII, bem como o direito ao voto, no século XX, com as sufragistas, e o início do movimento feminista clássico. Essas autoras refletem sobre as relações sociais de gênero na sociedade de classe.

Saffioti (1992) inaugura, ainda que timidamente, uma nova leitura das relações de gênero que, apesar de analisar as relações de gênero nos marcos do capital, insere o elemento étnico-racial. Essa autora afirma haver uma simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo, com forte tendência de um feminismo marxista. “Todas as sociedades realmente conhecidas revelam dominância masculina, ainda que esta dominância varie de grau” (SAFFIOTI, 1982, p. 182).

Essas autoras são fundamentais para compreendermos as desigualdades construídas historicamente entre os homens e as mulheres. No entanto, suas análises estão dentro dos marcos da sociedade capitalista, porque “gênero” é uma categoria que reflete o modo de viver entre homens e mulheres sob o capitalismo.

Desta forma, consideramos importante apresentar reflexões sobre as relações sociais anteriores ao modo de produzir e viver capitalista. Considerando que o patriarcado, assim como o racismo, é anterior ao capitalismo. Analisando, ainda, que, como eles nem sempre existiram, nem sempre existirão, conforme o que nos apresenta D'Eauboone (1977).

A partir da história, da antropologia, mas, principalmente, da arqueologia, essa autora situa as mulheres no mundo a partir de outras experiências. Apesar de ser uma escrita também a partir da Europa, ela traz contribuições importantes. Seus estudos evidenciam que, por milhares de anos, as mulheres eram comparadas à Terra, em razão de ambas fecundarem e gerarem frutos.

Foi provavelmente por volta do ano 5.000 a.C. que os homens e mulheres começaram a se sedentarizar.

Encontramos 10.000 a.C – misturados com uma aparelhagem muito mais antiga – ferramentas que provam o desenvolvimento da colheita e da cozinha é base de vegetais. Importante inovação do pré-mesolítico; até então a alimentação era unicamente de carne; o foicinho de sílex sucede à faca de pedra paleolítica destinada a cortar os cereais. Depressa se vai passar da caça-colheita à agricultura-criação. (D'EAUBOONE, 1977, p. 26).

Ainda nessa era, as mulheres eram tratadas como deusas, assim como a Terra. Nessa era paleolítica, “[...] vê-se já aparecer vulvas como símbolos de fecundidade, isto é, de sobrevivência” (D'EAUBOONE, 1977, p. 32).

É a partir da era megalítica, quando a humanidade passa a dominar o bronze, que se iniciam as primeiras relações semipatriarcais. Segundo a autora, as pinturas encontradas nessa época representam “[...] por um lado as esquematizações femininas (Deusa-Mãe e equivalente) e por outro as esquematizações masculinas em relação com o culto do fogo” (D'EAUBOONE, 1977, p. 89).

Nesse momento, o trabalho agrário, que até então era de responsabilidade das mulheres, passa integralmente para as mãos dos homens. “[...] o homem e a mulher vão então fazer um contrato que divide a gestão do solo alimentício, como o sol e a lua dividem o tempo em dois” (D'EAUBOONE, 1977, p. 112).

Os homens perceberam que também podiam manusear as sementes e fecundar a terra. Entenderam que, sem a participação deles, as mulheres não são fecundadas. “[...] A mulher passa de agente essencial de ligação entre a terra e a divindade, a receptáculo de húmus em que o homem se limita a deitar a sua semente, muda a face do mundo inteiro” (D'EAUBOONE, 1977, p. 114).

A terra, assim como mulher, deixa de ser divindade, de ser sagrada. O poder que os homens, recentes agricultores, passam a ter sobre a terra, também passa a ter sobre as mulheres. E, como disse Maomé aos homens, “vossas mulheres são para vós como campos” (D'EAUBOONE, 1977, p. 116).

Entretanto, navegantes registraram, ao longo desse período, resistências femininas a esse novo sistema. Numa das ilhas Amazonas Pagãs, no oceano Atlântico, viviam somente mulheres e nenhum homem ali poderia entrar. O geógrafo árabe Edrisi, no século XI, registrou que “[...] todos os anos, quando chega a primavera, vêm homens de barco de outra ilha, vivem um mês com as mulheres e depois regressam” (D'EAUBOONE, 1977, p. 120).

Outro navegante, este historiador chinês, no mesmo século, assinala que, no sudoeste Bizâncio, havia uma ilha igualmente povoada por guerreiras. Esse descreveu “[...] um batalhão de mulheres cobertas com suas armas e com seu comandante, a Dama das pernas de ouro” (D’EAUBOONE, 1977, p. 121).

Durante os séculos seguintes, os navegantes relataram outras situações de ilhas somente femininas próximas a ilhas somente masculinas, sendo essas mulheres rudes combatentes. Na região da Indonésia, “[...] uma tribo essencialmente composta por mulheres obriga os homens a ter relações sexuais e depois mata-os” (D’EAUBOONE, 1977, p. 125).

Essas e outras descrições trazidas por D’Eauboone (1977) mostram que o patriarcado foi sendo forjado ao longo da história da humanidade. Corroboramos com a tese da autora de que o gérmen do patriarcado está relacionado com a mudança da Terra-Deusa-Mulher, responsável pela fecundação, para a Sulco-Terra-Mulher-Receptora passiva da semente.

O patriarcado é um regime baseado na célula familiar onde o homem adquire a sua primeira importância a partir de fato de ser o procriador e o rei dessa pequena comunidade, constituída pelo receptáculo da sua semente divina. As infraestruturas inerentes a esse novo regime machista que surge na idade do trabalho dos metais são, já vimos, a apropriação da agricultura e a apropriação da progenitora pela descoberta da paternidade, duplo conhecimento que – segundo a análise mais marxista – vai fazer da mulher o primeiro proletário do mundo despojando-a do fruto do seu trabalho. (D’EAUBOONE, 1977, p. 129-130).

O sistema patriarcal se consagra com a igreja judaico-cristã, que reafirma a importância do procriador. Essa, alinhada à sociedade moderna capitalista, constrói relações que têm como principal mercadoria as mulheres e seus corpos, desejos, sexualidade, sonhos. Algumas autoras latino-americanas fazem suas análises a partir do sistema patriarcal e não das relações de gênero. A argentina Maria Lugones (2008) afirma que a categoria gênero, criada pela Europa ocidental, é uma categoria do colonizador com fundamento no binarismo.

A autora propõe “[...] uma abordagem de gênero para entender como o corpo, o sexo e o próprio gênero foram construídos racializadamente” (LUGONES, 2008, p. 99). Questiona, citando Oyérónké Oyewuímí (1997), se gênero é uma categoria transcultural válida, considerando que “[...] el gênero no era un principio organizador en la sociedade Yoruba antes de la colonización Occidental” (LUGONES, 2008, p. 87). Essa categoria passou a ser utilizada junto ao povo Yorubá, não a partir das suas relações, mas da compreensão do ser homem e mulher da sociedade ocidental. “[...] hembra/mujer y macho/

hombre, respectivamente, es una traducción errónea. Estas categorías no se oponen em forma binaria ni están relacionadas por medio de una jerarquía” (OYÉRONKÉ OYEWUÍMI, 1997, p. 87 *apud* LUGONES, 2008, p. 102).

Segundo Lugones (2008, p. 89), a autora citada por ela “[...] nos permite ver la inferiorización cognitiva, política, y económica, como también la inferiorización de una hembra com respecto al control reproductivo”. Conclui, por fim, colocando como desafio entender até que ponto a imposição do sistema de gênero foi tanto constitutiva da colonialidade do poder quanto a colonialidade do poder foi constitutiva desse sistema de gênero.

Ainda sobre essa categoria gênero e as particularidades de outras famílias fora da Europa, Davis (2016), analisando a condição das famílias negras escravizadas estadunidenses, afirma que boa parte das tarefas era igualmente desempenhada por homens e mulheres. As famílias negras eram igualmente escravizadas, resguardando as particularidades pelas quais as mulheres negras passavam com relação aos estupros, gestações e filhos. Apesar disso e sobre isso, afirma:

As mulheres grávidas não apenas eram obrigadas a realizar o trabalho agrícola usual como também estavam sujeitas às chicotadas que trabalhadoras e trabalhadores normalmente recebiam se deixassem de cumprir a cota diária ou se protestassem com ‘insolência’ contra o tratamento recebido. (DAVIS, 2016, p. 22).

Afirma que as tarefas das mulheres não eram nem superior nem inferior às dos homens, a compreensão era a de que todas eram igualmente necessárias. “Além disso, ao que tudo indica, a divisão de trabalho entre os sexos nem sempre era rigorosa; às vezes, os homens trabalhavam na cabana e as mulheres podiam cultivar a horta ou mesmo participar da caça” (DAVIS, 2016, p. 30).

Cardoso (2012), Gonzalez (1980) e Carneiro (2003) são teóricas que compreendem a realidade das mulheres a partir do seu lugar de mulheres negras, latino-americanas. Essas autoras declaram que, para as mulheres não brancas, faz-se necessário outro feminismo, um feminismo que contemple a condição de colonizadas, racializadas e trabalhadoras, desde sempre, dentro e fora do âmbito doméstico. Compreendemos que esses são elementos também fundamentais para se aproximar da realidade das mulheres camponesas, apesar de teóricas camponesas trabalharem apenas com a perspectiva de classe e gênero, como Malfort (2013), Silva (2014), e as produções do Movimento de Mulheres Camponesas.

Autoras negras estadunidenses nos apresentam o conceito de interseccionalidade para compreensão da realidade de mulheres em que coexistem eixos de subordina-

ção; ser mulher, camponesa, pobre, com o pertencimento étnico indígena ou negro, é exemplo da intersecção de situação de subordinação coexistentes.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de condição de subordinação. Trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas, que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002 *apud* HEILBORN, 2011, p. 40).

Apesar de ser um conceito pouco usado nos estudos sobre campesinidade das mulheres, haja vista estar inserido nas produções científicas e literatura sobre as populações negras, compreendemos que este nos auxilia na compreensão da condição das mulheres que vivem no campo nordestino.

5.2 Território das camponesas no sertão do Ceará: Agrovila Mata Fresca e o modo de vida das mulheres

O Assentamento Juá, assim como tantos outros assentamentos do Ceará, é fruto da luta de camponeses(as) pela terra. À época da criação, organizados a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Quitéria, negociaram as terras do latifundiário Edson Queiroz. Algumas famílias ainda ficaram cerca de um ano acampadas e, em 1999, conquistaram a terra.

A territorialidade das mulheres da Agrovila Mata Fresca se materializa através do seu trabalho, das suas produções, das suas relações familiares, dos conflitos internos e externos ao assentamento, das suas resistências e dos seus sonhos.

No Ceará, uma pesquisa (ESMERALDO, 2003) realizada no período entre 1993 e 1996, com 677 mulheres de 83 municípios do Estado, caracterizou essa condição/sistema patriarcal imposta às mulheres camponesas sob vários aspectos. Com relação à posse da terra, viu-se que: 57,3% das mulheres não têm terra, mas trabalham na terra como arrendatárias, posseiras etc.; 24,7% pagam renda ao dono da terra; e 35,6% são proprietárias da terra. A pesquisa apontou, ainda, que, na unidade agrícola familiar, 34% do trabalho na roça são feitos pelos homens, 24% trabalham junto com os filhos e 23% dos homens trabalham com a esposa (ESMERALDO, 2003).

Outros apontamentos feitos pela pesquisa, que reafirmam o papel do patriarcado, são as informações referentes às atividades desempenhadas pelas mulheres: 93,8% das mulheres são responsáveis pelas atividades domésticas; somente 4,7% dos homens realizam tarefas domésticas (29,1% são responsáveis pela busca de água e 12% em buscar lenha). Com relação à participação política, apenas 2,2% das mulheres participam de associações de moradores e 1,8% de associações comunitárias; 4,4% das mulheres participam do sindicato, a maioria apenas participando de reuniões e assembleias; 0,6% dessas mulheres exercem alguma função de direção. Quando questionadas com relação à sua renda, apenas 23,3% afirmaram receber um salário fixo mensal; 67% recebem meio salário mínimo; e 26% um salário mínimo. O patriarcado, sistema anterior ao modo de vida capitalista, aprofunda as relações desiguais e opressoras (ESMERALDO, 2003).

Em se tratando da fase atual do capitalismo, em que predomina a financeirização do capital³⁹, cujo “território capitalista” anseia expandir-se ameaçando/explorando/invadindo os territórios camponeses, há uma dupla relação de subordinação/exploração/opressão. As mulheres são oprimidas pelo patriarcado e pelo capitalismo que “[...] forma os seus territórios e se territorializa, ou seja, se expande multiplicando o controle de enormes áreas em todas as regiões” (FERNANDES, 2007, p. 11).

Apesar da necessidade de expansão do capital e das ameaças às vidas das mulheres, as contradições desse modo de produção também as possibilita recriar relações sociais de contra-hegemonia. Vejamos uma caracterização socioeconômica das mulheres assentadas na Mata Fresca.

Quadro 3 – Perfil Socioeconômico das Mulheres da Agrovila Mata Fresca

MULHERES	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	COMPOSIÇÃO FAMILIAR	PRODUÇÃO E RENDA
Ametista	49 anos	2ª série do Ensino Fundamental	Casada desde os 26 anos	Marido e dois filhos	Criação de gado e plantação de milho e feijão.
Esmeralda	28 anos	8ª série do Ensino Fundamental	Casada desde os 16 anos	Marido e três filhos	Pesca em açude, criação, roçado. Beneficiária do <i>Bolsa Família</i> .
Rubi	50 anos	Ensino Médio incompleto	Ficou viúva aos 29 anos e há 20 anos é	Marido e três filhos	Horta, criação de gado, carneiro, galinha. Fornece para o PAA. Artesanato e construção civil.

³⁹ Sobre a financeirização do capital, ver *Economia Política, Biblioteca Básica do Serviço Social* (NETTO; BRAZ, 2008).

				casada com o se- gundo marido		
Diamante	46 anos	4ª série do Ensi- no Fundamental		Casada desde os 24 anos	Marido e quatro fi- lhos	Criação de gado e aposentadoria.
Opala	27 anos	1º ano do Ensino Médio		Casada desde os 17 anos	Marido e um filho	Vende <i>Avon</i> e <i>Natu- ra</i> . É beneficiária do <i>Bolsa Família</i> . Plan- tam milho e feijão. Têm criação de ove- lha e vaca. Marido compra e revende bicho e também tra- balha na construção civil.
Olho de Ti- gre	32 anos	Ensino Médio completo		Casada desde os 22 anos	Marido e três filhos	Carro de horário, venda de <i>Avon</i> e <i>Natura</i> . Horta, milho e feijão. Beneficiária do <i>Bolsa Família</i> .
Macacita	26 anos	1º ano do Ensino Médio		Casada desde os 19 anos	Marido e uma filha	Criação de galinha, gado. Beneficiária do <i>Bolsa Família</i> .
Pérola	55 anos	2ª série do Ensi- no Fundamental ("mas nunca aprendi a ler").		Casada desde os 18 anos	Marido e um filho, mais novo dos sete "que se criaram" (sic).	Criação de gado, galinha, capote, peru, carneiro. Plan- tação de milho, fei- jão, horta. Benefi- ciária do Benefício de Prestação Conti- nuada (BPC).
Quartzo	21 anos	Ensino Médio completo		Casada desde os 18 anos	Marido e uma filha recém- nascida	Criação de ovelha, galinha e gado. Be- neficiária do <i>Bolsa Família</i> .
Turmalina	42 anos	4ª série do Ensi- no Fundamental		Casada desde os 18 anos	Marido e dois filhos	Criação de gado, carneiro, roçado de milho e feijão. Bene- ficiária do <i>Bolsa Fa- mília</i> .
Safira	64 anos	4ª série do Ensi- no Fundamental		Casada desde os 17 anos	Marido e três netos. "tive 11 fi- lhos, mas criei 9".	Aposentadoria. Cri- ação de gado, gali- nha e roçado.
Turquesa	56 anos	4ª série do Ensi- no Fundamental		Casada desde os 23 anos	Marido e dois filhos	Aposentadoria. Cri- ação de gado.

Painite	31 anos	4ª série do Ensino Fundamental	Casada desde os 14 anos	Marido e cinco filhos	Criação e plantação “quando tem chuva”. Serviços na cidade (construção civil).
Ônix	43 anos	4ª série do Ensino Fundamental	Casada desde os 25 anos	Marido e sete filhos. “A filha mais velha mora em São Paulo”.	Marido vende CD na cidade. No período de chuva, plantam milho e feijão. Têm criação. Beneficiária do <i>Bolsa Família</i> .
Jadeite	34 anos	9ª série do Ensino Fundamental	Casada desde os 22 anos	Marido e dois filhos	Criação de vaca, ovelha, galinha. Complementa a renda com o trabalho do marido plantando palma para um fazendeiro e com um bar na Vila São Damião.

Fonte: elaborado pela autora.

Essas mulheres, que, em sua maioria, alcança a meia idade, podem retratar a trajetória de vida de tantas outras mulheres camponesas do nordeste. A dificuldade do acesso educação no/do campo reproduz a desigualdade entre o campo e a cidade. Fazemos essa observação para evidenciar a educação formal como um direito conquistado pelo povo, porém, não temos dúvida dos saberes e outros processos educativos (não formais) pelos quais vivenciaram essas mulheres.

Além disso, percebemos que a maioria parou de estudar quando casou ou teve filhos, o que reforça o lugar das mulheres na sociedade patriarcal. As duas únicas mulheres que concluíram o Ensino Médio são jovens e manifestaram anseio em ainda continuar os estudos. “Eu tenho vontade de fazer Enfermagem” (Olho de Tigre).

Algumas outras retomaram os estudos no assentamento, que, até 2015, contava com uma sala de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os seus companheiros também apresentaram dificuldades no acesso à educação formal, motivados pela cultura patriarcal de que “lugar de homem é na roça pra sustentar a família”.

Importante observar, também, que todas as mulheres entrevistadas casaram ainda durante a adolescência ou início da juventude. Todas permanecem com o primeiro relacionamento, mesmo marido, exceto três mulheres: uma que se encontra no segundo

matrimônio e duas com o terceiro marido. Percebemos que as mulheres mais velhas casaram por obrigação da cultura patriarcal. Uma delas afirmou:

- Sou casada só no religioso, mas não era pra ter casado era em nenhum!
- E não queria casar?
- Não.
- Por que casou?
- Por que casei? Porque meu pai queria. Meu pai queria que eu casasse com ele porque ele era um rapaz bom! [...] Tive só um namorado antes de casar. Se eu fosse solteira, não casaria mais. Solteira vai pra onde quer, faz o que quer. Mas eu faço, porque ninguém manda em mim. Mas ninguém é obrigado a morar com um homem. (TURQUESA).

Mesmo as mulheres mais jovens, que casaram recentemente, veem o casamento e os cuidados dos filhos e do marido como o único horizonte possível, exceto duas mulheres, que almejam continuar estudando no Ensino Superior.

Quanto à produção e renda, todas as mulheres desempenham quase que com exclusividade os trabalhos domésticos, mas não reconhecem essa atividade como fundante, como aquela que possibilita a realização de todas as outras tarefas desempenhadas pelo grupo familiar, o que nos faz apresentar com brevidade algumas reflexões iniciadas por autoras francesas nos idos dos anos 1970 sobre a “divisão sexual do trabalho”.

Impulsionado pelo movimento feminista, esse conceito torna evidente “[...] que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597). Distingue prioritariamente a esfera produtiva da reprodutiva, sendo a primeira destinada aos homens e a segunda às mulheres.

Definindo a partir da “divisão social do trabalho”, trabalho produtivo é aquele “[...] que se troca por capital [...], ou seja, todo trabalho que enriquece a um ou a vários capitalistas e que lhes permite apropriar-se de uma parte da massa global de mais-valia produzida pela massa global de trabalho assalariado que produz valor” (MENDEL, 1982 *apud* NETTO, 2007, p. 115). Já o trabalho reprodutivo é aquele que não gera valor de troca, mas sim valor de uso.

Pois bem, segundo aquelas autoras francesas, a “divisão sexual do trabalho” deve nos provocar a pensar o trabalho e suas categorias nas “[...] nas suas formas históricas e geográficas, a inter-relação de múltiplas divisões do trabalho socialmente produzido” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 598). Além disso, afirmam que há uma apropriação pelos homens das funções mais valorizadas socialmente, a exemplo dos espaços de decisão políticos, religiosos e militares.

Ainda dialogando com Hirata e Kergoat (2007), essas afirmam dois princípios organizadores dessa divisão: um princípio hierárquico – “trabalho de homem vale mais que de mulher” – e um princípio de separação – “existem trabalhos de homens e de mulheres”. Evidente que tais reflexões partem da experiência de vidas das mulheres francesas, principalmente no momento em que reivindicam espaços iguais aos homens no mercado de trabalho, bem como no âmbito doméstico. Essa realidade também tem como base o sistema patriarcal e, por isso, a semelhança com o vivido pelas mulheres da Agrovila Mata Fresca. Mas faz-se necessário garantir as particularidades de cada trajetória de vida das mulheres, conforme afirmamos no início deste capítulo.

Dito isso, vejamos o trabalho realizado pelas mulheres e pelos homens da Agrovila Mata Fresca, mapeado pelas mulheres.

Quadro 4 – Divisão dos Trabalhos entre os homens e as mulheres

MULHERES	TRABALHO PELAS MULHERES	TRABALHO PELOS HOMENS
Ametista	“Me acordo no máximo cinco horas, lavo louça, vou fazer o café, merenda deles [das crianças]. Vou botar água, varrer, fazer o almoço. Eu <i>num</i> paro”.	“Seu Pedro [como trata o marido] amanhece o dia, toma o café dele e vai pra o roçado de milho, feijão”.
Esmeralda	“Acordo, faço café, ajeito as crianças, que vão pra escola. Faço almoço, ajeito casa de novo, cuidar da pequena [filha mais nova]. Faço a janta”.	“Ele [marido] quando não está pescando, está capinando, fazendo alguma coisa”.
Rubi	Acorda cedo pra cuidar das galinhas e dos canteiros. Faz café, almoço, que já fica para a janta.	Tira leite das vacas, faz queijo, contribui nas atividades domésticas.
Diamante	“Primeira coisa que faço é dar de comer às galinhas [às] seis horas. Depois, vou fazer a merenda. Depois, vou aguardar as plantas, varrer a casa, [fazer] almoço. Assistir uma novelinha”.	“Ele [marido] levanta cedo pra tirar o leite”.
Opala	“ <i>Alevanto</i> , vou lavar os pratos, arrumar a casa, lavar roupa. Menos café, que não gosto de fazer não. [Depois] almoço. Depois, vamos dormir um pouquinho. Depois, <i>alevanta</i> , faz merenda. À tardinha ou à noite, vou vender minhas coisas aqui em São Damião, São Damião dos Bragas, Santa Quitéria.”	“Acorda, vai fazer o café, depois, vai cuidar das ovelhas, das vacas. Quatro e meia [da tarde], vai buscar capim de novo pra os bichos. Também trabalha num fazenda plantando palma”.
Olho de Tigre	“Acordo de manhãzinha, arrumo os meninos pra ir pra o colégio, aí fico com um que é menor. Aguardar a horta, almoço, dorme. Janta”.	Marido acorda, vai trabalhar no carro de horário. Volta à tarde, vai aguardar a horta. “Ele gosta muito dessas plantas.”
Macacita	“Faço café, arrumo a casa, lavar roupa, passo [a roupa], faço almoço. Às vezes, saio pra igreja”.	Marido corta cabelo.

Pérola	“Faço todas as coisas de casa. Também cuido das galinhas e da horta”.	Cuida das criações e do roçado.
Quartzo	“Faço tanta coisa. Acordo às cinco com a menina [filha recém-nascida], boto ela no berço pra fazer o café. Depois, pego ela e dou leite [mingau]. Mamou dois meses. Boto ela pra dormir de novo. Vou lavar a casa, os pratos e fazer o almoço. Depois, já é onze horas. Banho ela e dou leite de novo. Aí, ela dorme de novo. Enquanto que ela dorme, vou passar a roupa dela. Acorda, vou brincar com ela um pouquinho no chão”.	“Ele [marido], estando em casa, passa o dia capinando, pescando. Vem almoçar e volta. Já trabalhou pintando. Ajuda em casa. Também varre a casa, lava prato, bota água pra dentro. Fica com a menina. Ele me ajuda muito”.
Turmalina	Acordas às seis horas e “começa a luta de casa”.	“Cuida dos serviços grosseiros”.
Safira	“Luta de casa. Acordo às cinco horas da manhã e vou fazer o café. Vou dormir de onze pra meia[-noite]. Fazer o café, ajeitar a merenda dos meninos que vão pra escola. Vou arrumar a casa, arrumar a comida, fazer o almoço. Às vezes, descanso um pouquinho à tarde. Lavo a roupa, lavo prato, às vezes, pego um livro, vou ler. De manhã, aguo as plantas.”	Cuida das criações.
Turquesa	“Cinco horas da manhã eu me acordo, faço o meu café, né?! Aí vou tirar o leite das vacas, vou fazer o meu queijo, vou fazer minhas lutas de casa. Se sumir um bicho, <i>vou nos</i> matos buscar; vou buscar lenha. Crio galinha, porco, ovelha, vaca”.	“Ele [marido] acorda mais tarde que eu. Ajuda em botar água na caixa. Cuida das vacas”. “Nunca ajudou nada, hoje em dia, ele <i>num</i> liga. Nada preocupa ele”.
Painite	“Faço as coisas de casa. Lavo roupa, varro casa, faço comida, cuido dos meninos. Todos os trabalhos de casa, eu quem faço. Meu rapaz me ajuda, tem que ensinar fazer”.	Trabalha fazendo uns serviços fora.
Ônix	“Faço tanta coisa, luto tanto. Levanto, faço o café da manhã, aí uns vão pra cidade estudar, outros estudam aqui [Vila São Damião]. Aí faço o almoço. À tarde, a outra vai estudar. Janta... e por aí vai. Só eu que faço o trabalho de casa”.	Sai pra vender CD's na cidade.
Jadeite	“ <i>Me levanto</i> e faço tudo de casa. Acordo seis horas e faço tudo de casa, <i>num</i> é! Primeiro que eu faço é o café quando me levanto. Aí vou limpar casa, vou lavar a vasilha, aí venho pra cá [bar que fica na Vila São Damião]. Aí faço almoço, janta. Quando é pra plantar, a gente tira o dia. Só quem faz as coisas de casa sou eu”.	“[Marido] assim que levanta, vai tirar o leite. Aí cuida das criações. Vai trabalhar no coletivo com o pessoal. Aí vai fazer as coisas deles e pra outras pessoas. Também trabalha na construção quando aparece, faz cerca”.

Figura 16 – Roupas recém-lavadas e estendidas por Ônix



Fonte: Arquivo Pessoal. Pesquisa de Campo, 2016.

Figura 17 – Produção de Hortaliça



Fonte: Arquivo Pessoal. Pesquisa de Campo, 2016.

Figura 18 – Produção de Fruta consorciada com Verdura



Fonte: Arquivo Pessoal. Pesquisa de Campo, 2016.

Figura 19 – Criações de carneiro e porco



Fonte: Arquivo Pessoal. Pesquisa de Campo, 2016.

Percebemos que, em sua maioria, são as mulheres as responsáveis pelos trabalhos domésticos, exceto em duas famílias, em que os homens dividem tais atividades. Recordamos que, enquanto conversávamos com umas das mulheres (Turquesa), ela separava o feijão para o almoço e o marido passava levando capim para o gado. Essa mesma mulher afirmou que sempre trabalhou no roçado: “Trabalhei sempre mesmo foi no roçado, desde os 12 anos”.

Apesar de assumirem quase que por completo a reprodução econômica da família, a grande maioria dessas mulheres também assume os trabalhos de produção, seja com a criação das galinhas, com os quintais, hortas ou vendendo alguma coisa. Portanto, algumas assumem tanto o trabalho dito das mulheres quanto o trabalho dito dos homens, o que nos garante perceber as particularidades da territorialidade dessas mulheres camponesas, em relação àquele conceito de “divisão sexual do trabalho”.

Turquesa também afirmou: “Eu *num* gosto de pedir nada a ninguém, prefiro fazer”. Outra mulher, Rubi, se assemelha a essa quanto aos processos de autonomia perante o seu companheiro. Enquanto conversávamos, ela dizia: “Aqui eu não espero por

ele pra nada. E tem muita coisa que sou eu quem *decido*” (Diário de Campo). Seu companheiro, geralmente, faz o almoço e também o queijo. Na verdade, em quase todas as famílias das entrevistadas que criam gado, são os maridos quem são os responsáveis por fazer o queijo no âmbito doméstico.

Ao passo que algumas mulheres afirmaram a importância do seu lugar com as atividades da casa, no cuidado dos filhos e dos maridos, quase que como algo dado, natural, outras alegaram o espaço público, quando saem pra pegar “bicho solto”, tirar leite da vaca e plantar roçado.

Mesmo sob o sistema patriarcal, reafirmado, inclusive, por algumas dessas mulheres, todas reconhecem e trazem em suas falas “a luta da casa”. Sabem que a responsabilidade da reprodução da família é sua, e também sabem o peso disso. Opala afirmou: “Cuidar de casa é todo dia a mesma coisa”. Jadeite disse: “É um trabalho que não tem fim. Faço tanta coisa, que é até difícil de dizer”. A lida com o trabalho doméstico também conta como luta e resistência diária.

Regadas de luta e resistências também foram/são as trajetórias de vidas dessas mulheres, cujo histórico de migração em busca de melhores condições de vida, bem como a condição de moradoras de fazendeiros, foram uma constante até o momento de conquistarem o assentamento. É o que veremos no próximo tópico.

5.3 A resistência das mulheres frente ao Consórcio Santa Quitéria

*“Ouvi falar que causa doença. Disse que é o câncer. Se for pra prejudicar as pessoas, espero que não venha”.
(Turmalina)*

“Que cara tem teu desenvolvimento. Que cara tem tua exploração. Que cara tem tua cara de medo, de beber lá da água dos nossos irmãos”. (Trecho de uma música de uma Jovem de Santa Quitéria)

Afirmar a resistência das mulheres camponesas diante da indústria da mineração no semiárido cearense é, sobretudo, evidenciar as suas existências antes do projeto de mineração e o seu modo de produção e reprodução da vida, contrário ao proposto por aquela fração do capital. É como se essas mulheres fossem as águas que corressem, com dificuldade, no lençol freático do sertão nordestino. Essas águas que contribuem para brotar vida na terra, em alguns momentos, e em outros quase que secam. Águas/ Mulheres que ali já corriam e que passam a sofrer ameaça com a chegada da indústria da

mineração que demanda grande quantidade hídrica e, por consequência, a extinção daquelas.

É uma singela metáfora para, a partir das contribuições de Porto-Gonçalves (2006), percebermos que as mulheres da Agrovila Mata Fresca não só resistem, reagem à territorialidade do capital, expressa, nesse caso, através da mineração de urânio e fosfato, mas elas resistem, forjam outra sociabilidade contrária aquela. “[...] Mais do que resistência, o que se tem é r-existência, posto que não se reage simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se r-existe. Existe, logo resisto. R-Existo” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 47).

Vejamos, essas mulheres resistiram ao latifúndio, com suas trajetórias de migração, até conquistarem a terra, o território através da política de reforma agrária, do assentamento. Disse uma delas:

[...] nunca a gente foi dono de uma coisa da gente mesmo. Toda vida, nós fomos *morador*, toda vida mandado, toda vida a pessoa fazer e nunca ser agradecido, mesmo que a gente faça o melhor. Aqui não, é um descanso pra gente. O que a gente faz é pra gente. (Pérola)

Na condição de camponesas, assentadas, constroem territorialidades que revelam outro modo de vida, que não um modo de vida impulsionado pelo capital. Reiteramos, lutar contra a mineração é mais que resistir a essa indústria do capital que desterritorializa “gentes” e aniquila os outros seres vivos e não vivos da natureza. É, também, mais que isso, R-Existir, reafirmar outro modo de relação social, o camponês. Vejamos as representações cartográficas que seguem.

Figura 20 – Cartografia da Agrovila Mata Fresca feita pelas mulheres

Fonte: Trabalho de campo.

A cartografia expressa as dimensões da re-existência que estamos afirmando durante o texto. Suas trajetórias de migrações, outrora mencionadas, e a conquista do Assentamento faz com que as mulheres conheçam detalhes do seu território. A re-existência camponesa a partir da produção, cuja legenda explicita desde as criações até a agricultura praticada pelas mulheres e suas famílias. Mesmo com pouca água e com o uso das cisternas, essas mulheres produzem verduras e frutas, nas proximidades de suas casas. Além dos roçados, muitos deles coletivizados. Das quinze mulheres, três fornecem verduras, galinhas e bolos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A outra dimensão da resistência das mulheres está relacionada ao patriarcado. Vemos que, apesar de o mapa ter sido confeccionado somente por elas, em sua maioria, nomearam as casas com os nomes dos seus maridos. Algumas renomearam com seus nomes, após refletirmos coletivamente sobre isso.

Sobre as resistências e a relação com a maternidade e os filhos, outra mulher contou:

Tive 11 filhos, mas criei 9. Naquele tempo, as coisas eram muito difíceis. Ele tinha um ano e um mês, problema de garganta. O outro já nasceu doente. Eu tive pneumonia a gravidez toda. Naquele tempo, não tinha médico. Morreu com 5 meses. Os primeiros [filhos] tive com parteira do mato, em casa. Com uma senhora que chamava Joana. Teve um que tive que ir ao hospital. Meu marido mesmo também segurou. Ele tinha um tio que era parteiro, aí ensinou ele. Ele pegou bem uns 6 filhos. (Safira)

Esmeralda disse: “Acredito que antigamente os filhos *nascia* (sic) melhor que hoje, nascido em casa, pegado por parteiras”.

Foram diversos os caminhos trilhados por essas mulheres e suas famílias em busca de melhores condições de sobrevivência: “[...] trabalhei um tempo em casa de família, na rua; trabalhei já nesse negócio de bolsão, serviço de governo. Trabalhava na casa do camponês” (Safira). As migrações são exemplo dessa resistência, assim como é a luta pela terra/território.

O dono daqui era o Edson Queiroz. Era uma firma que só criava gado Nelory. Ele sentiu a necessidade de se desfazer do imóvel porque já estava ficando velho e não estava mais dando muito lucro. Negociou com o governo pra passar as terras pra o Incra, essas coisas assim. Teve a negociação. O sindicato dos trabalhadores rurais foi pegando o nome das pessoas. [Já existiam algumas acampadas]. (Rubi).

[Falando sobre a luta e a identificação com o MST] O MST foi o seguinte. Sempre gostei de ir atrás de alguma coisa. Quando *uma outra* amiga minha me indicou uma sala de aula do MST. Tem uns cinco anos. Disse pra ela que eu estava que-

rendo fazer parte. Quando tivesse algum encontro. Aí, comecei a ir, entrou no DNA e pronto, no sangue. Eu gosto mesmo de ver acontecer. (Rubi).

Quadro 5 – Trajetória das mulheres antes de chegar ao assentamento

MULHERES	PERCURSO ANTES DE CHEGAR NO ASSENTAMENTO	SIGNIFICADO DO ASSENTAMENTO
1. Ametista	Natural do distrito de Riacho das Pedras, município de Santa Quitéria. Morou na sede desse município e, em seguida, foi para o assentamento.	“Aqui é muito bom. Do jeito que está. Deus mandando a nossa água, pra ter nosso inverno, nossa água limpa, plantar, tá bom demais. Nós tendo o inverno e nossa saúde”.
2. Esmeralda	Natural de Santa Quitéria. Morou em Brasília e em São Paulo e retornou ao município de origem.	“[...] quando eu cheguei aqui, eu achava que eu não ia me adaptar de novo aqui, mas eu não troco o interior por lugar nenhum, é calmo, tranquilo, saudável. Você pode criar seu filho sem preocupação”.
3. Rubi	Natural do distrito de Quintas, Santa Quitéria. Morou na sede desse município, depois se deslocou para Brasília, Goiás, Belém. Retornou ao Ceará para o município de Independência e, em seguida, para Santa Quitéria.	Morar no assentamento é ter “qualidade de vida. A gente produz, a gente consome. A gente cria, a gente consome. São coisas saudáveis pra gente. Eu como a galinha, o bode, o carneiro, o bovino também. Pouca carne compro na cidade. Hortaliça. O que a gente produz aqui a gente consome”.
4. Diamante	Natural de Santa Quitéria. Assentada há dez anos.	“Sempre gostei de morar no interior. Vou à cidade, o meu destino já é voltar”.
5. Opala	Natural do distrito de São Francisco, onde era moradora de uma fazenda. Quando casou, foi morar no Paraíso, distrito de Catunda, na fazenda de um proprietário de Pernambuco. Era assentada junto com os pais, depois passou a ser titular da terra.	Lugar de conviver próximo à família com tranquilidade.
6. Olho de Tigre	Natural do município de Uruburetama, Ceará. Família paterna do sertão de Irauçuba. Cresceu numa localidade chamada Retiro, em Uruburetama. Quem fundou esse lugar foi seu tataravô. “Eles contam que faziam retiro, por isso, colocaram o nome lá do lugar de Retiro”. Saiu de Uruburetama para	“Gosto de morar aqui pela tranquilidade. Meus filhos podem andar de bicicleta, não viverem presos. Pra mim, é o bastante”.

	Santa Quitéria, distrito de São Damião, em razão do casamento e depois foi para o assentamento.	
7. Macacita	Natural de Santa Quitéria, do distrito de Nova Soure, onde foi moradora de fazenda junto com os pais.	“Não penso em morar em outro canto, porque o assentamento <i>num</i> é da gente, mas a gente trabalha pra gente. Morar no que é dos outros é ruim demais. Aqui a gente trabalha onde quiser, <i>num</i> tem ninguém pra impedir e no que é dos outros <i>num</i> é assim”.
8. Pérola	Natural de Uruburetama. Deslocou-se para Santa Quitéria em 1970 com os pais. Ocuparam os distritos de Sabiá e Nova Soure. “Toda vida nós fomos morador”. “Primeiro patrão foi o finado Afonso Timbó, depois, era um pessoal que morava em Fortaleza. Depois, voltamos pra terra do Sr. Afonso. Ficamos mais sete anos. Depois, saímos da Nova Soure e fomos morar na terra do Sr. Raimundo Antônio Monte. Depois, viemos pra cá. Já tem mais de 10 anos”.	“Gosto daqui porque o que a gente fizer de bem, de bom, é pra gente, eu gosto muito daqui”.
9. Quartzo	Natural da sede de Santa Quitéria. Os seus pais foram sempre moradores de fazendeiros, antes do assentamento.	“Eu não queria trabalhar fora. Eu quero cuidar da minha família. O assentamento é bom pra quem tem outra renda, pra viver só daqui é difícil”.
10. Turmalina	Natural da sede de Santa Quitéria. Morou 9 meses em Brasília, logo depois que casou. “Casei e ele me levou pra lá. Ele morava lá, veio só me buscar”. Mas ele é natural de Santa Quitéria. Voltaram ao município quando as crianças nasceram.	“Gosto do interior, calmo, não tem zoeira”.
11. Safira	Natural da comunidade de Mucambo de Cima, município de Itapipoca, litoral oeste cearense. “A gente sempre foi morador. A gente saiu de Itapipoca, veio pra Santa Quitéria tentar morar no sertão. Perto de Taperoaba [distrito]. Depois, fomos para a Serra do São João. Depois, na Lagoa do Mato [distrito o município de Itatira]. Casei com meu marido que era das bandas de cá [Vila São Damião]”.	“Aqui é mais simples pra gente viver, não tem preocupação.”

12. Turquesa	Natural do Município de Santa Quitéria foi agricultora, moradora de duas fazendas nos distritos de Grossos e Muribeca. Chegou ao assentamento em 1999, após mais de um ano acampada.	“Não ter ninguém mandando em mim”.
13. Painite	Natural do distrito de Santa Cecília, perto do Cerrote em Santa Quitéria. Moravam na terra de um fazendeiro. Saiu de lá quando casou e veio morar na Vila São Damião na casa de outra pessoa. Em seguida, conseguiu ser assentada (há 13 anos). A família sempre foi moradora, antes do assentamento.	“Toda vida eu gostei de morar no interior”.
14. Ônix	Natural do Pouso Alto, distrito de Santa Quitéria. Lá, residia em terra própria adquirida pelo avô. Após o casamento, deslocou-se para o assentamento, onde está há 14 anos.	“Bom aqui, pertinho da rua, tem transporte mais fácil [onde residiam, tinha muita dificuldade de acesso a transporte]; lugar tranquilo”.
15. Jadeite	Natural de Santa Quitéria, do distrito de Milagres. Família paterna é natural da Serra Grande/Ibiapaba e a materna de Uruburetama. Sempre foram moradores. Hoje são assentados no Juá.	“Gosto de morar aqui porque é mais tranquilo. A gente vive melhor que na cidade”.

Fonte: elaborado pela autora.

A luta para permanecer na terra/território ganha novas roupagens com a ameaça da exploração da mina de Itataia. Todas as mulheres do assentamento temem que a mineração verdadeiramente aconteça. Isso já é um dos impactos sociais causados pelo Consórcio, mesmo não estando ainda em fase de operação. Svampa (2008) afirma que os impactos desses empreendimentos do capital iniciam antes mesmo de serem implementados. As pesquisas realizadas pelas empresas nos territórios, as promessas de empregos e as ameaças veladas que chegam às comunidades, através de agentes do Estado, são exemplos desses impactos.

Nas comunidades de Morrinhos, Queimadas e Riacho das Pedras, que ficam mais próximas à mina, é comum as pessoas relatarem a presença tanto de agentes das empresas, quanto de políticos locais (vereadores) oferecendo “benefícios” em troca do apoio ao empreendimento. Os processos de cooptação de algumas lideranças também têm acontecido.

Através da responsabilidade socioempresarial, os empreendimentos tendem a ampliar sua esfera de ação, mediante uma bactéria múltipla de ações sociais, educativas

e comunitárias, que apontam tanto a compra de necessidades não garantidas pelo Estado quanto influem nos processos de socialização mais básicos (SVAMPA, 2008).

Sobre a história da mina, algumas mulheres afirmaram:

Eu sou nascida lá de pertinho da serra [natural de Riacho das Pedras]. O pessoal falava muito que essa mineração não saía. Eu, pequena, já ouvia falar dessa mina. A gente escuta falar do mal da fumaça, *num* é! Meu avô mesmo dizia: 'Minha filha, essa mina é de pólvora'. Meu avô cansou de dizer: 'Essa mina precisa ter muito cuidado'. Era bom que ninguém aceitasse. (Ametista)

A mineração, eu já sabia desde quando foi descoberta, que eu morava lá no interior das quintas, tinha um movimento de avião e a gente não sabia, pensava que era guerra. Avião sobrevoando onde a gente plantava. Aí, depois, a gente ouviu falar que era uma mina, mas não sabia o que era. Aí, depois, a cidade virou a capital do urânio. (Rubi)

A mina de Itataia está presente no imaginário da população de Santa Quitéria e, apesar das décadas em que se propagandeia a importância desse empreendimento para o progresso e desenvolvimento do povo, as mulheres da Agrovila Mata Fresca são unânimes ao afirmarem outras informações que pouco as empresas veiculam.

O que ouvi falar é que não é bom, *num* é!? Porque a primeira coisa que nós soubemos aqui, por um político, que essa mina ia ser boa pra todo mundo. Eu já tinha ouvido falar pelo meu pai, que era um homem muito sábio. Ele já falava que mina era perigoso. Que o município de Santa Quitéria tem muito caso de câncer por causa disso. Eu não sou a favor. (Pérola).

Só ouvi falar que eles iam explorar, no colégio. Que em breve eles iriam querer explorar. Falavam como sendo uma coisa positiva. Alguns professores diziam que era bom [trazer empregos], outros diziam que não. Mas que ia ter muita doença, muita coisa. Acho que não vai trazer nada de bom pra nós. (Quartzo).

Ainda com Svampa (2008), percebe-se que as empresas de mineração tendem a modificar bruscamente as economias locais preexistentes, reorientando a atividade econômica da comunidade em função da mineração como se fossem “territórios vazios”. São territórios sacrificáveis dentro da lógica do capital; “[...] zonas relativamente isoladas, empobrecidas ou caracterizadas por escassa densidade populacional”, o que permite justificar “la construcción de una territorialidad que excluye a las otras existentes” (SVAMPA, 2008, p. 8).

Como já apontado no capítulo sobre a expressão do capital no território, a mineração de urânio em Caetité trouxe inúmeras modificações e impactos nas comunidades. As mulheres da Mata Fresca também demonstraram outras preocupações:

Ouvi falar que se explorar urânio de pólvora [explosões] não é bom não, que causa mais doença. Dizem que o câncer é por causa dessa mina. Começa debaixo da terra. É todo mundo com câncer, câncer na cabeça, câncer no estômago. (Safira).

Pelo o que os *pessoal* fala, eu acho que é uma destruição muito grande pra essa cidade e para as vizinhas, porque até com o vento polui. Aqui foi o lugar que eu mais vi gente morrer de câncer. (Olho de Tigre).

Já tem quinze anos que já tenho nódulos no seio, fazendo tratamento no ICC. Sem querer, eu me esbarrei numa sala que estava tendo uma reunião. Nessa reunião, eles estavam falando de Santa Quitéria, a capital do urânio. Também porque tinha muito caso de câncer e eles estavam estudando pra saber se tinha uma contaminação dessas pessoas. Fiquei ouvindo. Isso foi em 2007, eu acho. (Rubi).

A gente vê uma arrumação daquela lá de minas, mas eles nem divulgam. Rezar e pedir a Deus, que Deus esteja do nosso lado. (Ametista).

Essas mulheres refletem sobre os impactos à saúde e à natureza e também fazem leituras mais estruturantes sobre a mineração.

Quem tiver um bom pensamento e desejo de saúde pra todos, não vai querer. Mas só que pobre trabalhando pra barrar é difícil. A maioria só dos ricos que querem. (Pérولا)

Elas sinalizam e expressam em que lugar estão da luta de classes e, ao mesmo tempo, sabem do desafio que é disputar seus territórios com o grande capital, mas também apontam estratégias e possibilidades.

Acho meio difícil não explorarem, porque os *pobre* não têm vez, só os ricos, e quem tá nisso é os ricos. A não ser que se *ajuntasse* muita gente, *num* é, *num* sei! (Quartzão).

Mas tudo acontece porque quem manda é eles mesmo, *num* é?! Nós nem tem vez, nem tem voz. Eles não pensam nos pobres, só pensam neles mesmo, na riqueza pra eles. (Olho de Tigre).

Ainda sobre o Consórcio Santa Quitéria e suas ameaças, dentre elas, a de des-territorialização, elas refletiram:

Nunca nem imaginei [sair daqui por conta da mina]. Eu não sei o que seria de nós. (Olho de Tigre)

O empreendimento não trará nenhum benefício, só serve pra eles. Dizem que vai gerar emprego, mas não vai não. (Olho de Tigre)

Não é justo a gente sair daqui pra poderem explorar essa mina que não deveria ser explorada. Vai destruir muita família. Traz emprego e doença. (Painite).

Nós *têm* de se juntar, enfrentar, botar eles pra correr. Onde tem maioria de gente, pode ter dinheiro que for, a gente bota pra correr. (Rubi)

Se eu puder ir pra luta contra a mineração, eu serei a primeira a tentar impedir. (Jadeite)

Desta forma, o que temos são trajetórias de resistência. A princípio, por sobrevivência no campo e a luta pela terra. Depois, a resistência às relações patriarcais e com o Consórcio Santa Quitéria à ameaça ao território que constroem a duras penas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território camponês disputado pelo capital evidencia, no semiárido cearense, um cenário de ameaças, cujo Estado se encontra no centro da contradição, com tendências a garantir as demandas da indústria capitalista, expressa pelo Consórcio Santa Quitéria. De um lado, temos o Estado que implementa a política nacional de reforma agrária, expressa através do Assentamento Juá e de todos os outros assentamentos estaduais e federais da região. Isso significa tanto a desconcentração do latifúndio quanto a garantia do modo de vida camponês com todas as contradições, desafios e possibilidades do semiárido nordestino.

Entretanto, esse mesmo Estado garante, para o Consórcio Santa Quitéria, a infraestrutura necessária para o seu funcionamento. O poder público municipal investe na divulgação da mina como possibilidade de desenvolvimento e progresso para a região e altera, inclusive, a regulamentação para os projetos minerais, com a finalidade de atender às necessidades do capital.

Assim, nosso trabalho pressupõe que se compreende o Brasil enquanto um país minerador, a partir da sua condição de colonizado e todas as consequências disso, que vão desde uma economia primarizada até o engessamento das estruturas racistas e patriarcais necessárias para a consolidação dessa lógica. A partir disso, ratificamos que é fundamental, para conhecer a população camponesa, considerar aquelas estruturas. Reiterar que o conflito socioterritorial foi/é regra para o povo do campo e que o Consórcio Santa Quitéria é mais uma expressão disso.

Em consonância com Hasbaert (2007), entendemos que há uma “homogeneização pelo alto, do capital e da elite planetária [...]”. Da mesma forma, a miséria e a pobreza se homogeneizam e, com o avanço dessa lógica global do capital financeirizado, a tendência é “acirrar-se a exclusão sócio-espacial” das populações camponesas, periféricas.

Para atender às demandas desse capital, o Estado brasileiro propõe mudanças na regulamentação da atividade mineral do Brasil. Dentre elas, destacamos o Novo Código da Mineração (PL 5807/2013), que teve como relatores, em 2010, alguns parlamentares cujas campanhas foram financiadas por empresas do setor mineral. Outros projetos de lei também estão em curso, a exemplo do PL 1610/1996, que autoriza mineração em terras indígenas; o PL 398/2014 autoriza a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira comprometendo a soberania nacional; o PL 3682/2012, que defende a mine-

ração em 10% das unidades de conservação e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 65/2012, que oferece mudanças de flexibilização do licenciamento ambiental.

A resposta àquilo é a organização popular que, no Ceará, se expressa através da Articulação Anti Nuclear do Ceará (AACE), que, desde 2011, tem forjado estratégias de enfrentamento à mineração de Itataia, articulando comunidades, organizações populares, universidades e movimentos sociais. Mais recentemente, o MAM tem pautado a indústria da mineração em duas principais regiões do Estado (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns).

Além dessas formas de enfrentamento ao capital mineral, as mulheres da Agro-vila Mata Fresca expressam outras resistências que, não somente elas, mas tantas outras mulheres que constroem suas vidas no semiárido nordestino vivem. A luta pela garantia da terra e do território, a produção sob as bases do patriarcado nesse território e a ameaça da mineração ao que foi conquistado com muita luta. Essa resistência nega, necessariamente, a indústria da mineração.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **Questão Agrária no Brasil: uma abordagem a partir da Geografia**. Disponível em: <<http://pratoslimpos.org.br/wp-content/uploads/2011/06/3-Quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-no-Brasil-atual-uma-abordagem-a-partir-da-Geografia.doc>>. Acesso em: 22 jan. 2016.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, M.C de. **O nordeste e a nova república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1989.
- ARAÚJO, S. G. de. **Terra e poder na virada do século**. In: Revista Inscrita. Conselho Federal de Serviço Social. Ano II. N° V. Rio de Janeiro: Dezembro de 1999.
- ARAÚJO, T. B. **Nordeste, Nordestes: que nordeste? Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**. Heranças e Urgências. Rio de Janeiro. Revan: Fase 2000.
- ARAÚJO, L. B. C. **Sociabilidade no Assentamento rural de Santana-CE: terra e trabalho na construção do ser social**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, FACCED, Fortaleza, 2006.
- ARCEO, Enrique; BASULDO, Eduardo M. **Los condicionantes de la crisis en América Latina: inserción internacional y modalidades de acumulación**. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2009.
- BATISTA, Sinthia Cristina. **Cartografia Geográfica em Questão: do chão, do alto, das representações**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2014.
- BORDA, Orlando Fals. **Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Pesquisa Participante e a Participação na Pesquisa: Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (Org.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, São Paulo: Ideias Et Letras, 2006.
- BRUSHINI, C.; COSTA, A. O. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília. 2008.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Mineração 2030**. Brasília. 2011.

BUTTO, Andrea; R HORA, Karla Emmanuela. **Políticas Públicas para as Mulheres na Reforma Agrária**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2010.

CARDOSO, Claudia Pons. **Outras Falas: Feminismo na Perspectiva de Mulheres Negras Brasileiras**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo. UFBA, 2012.

CARITAS Diocesana de Sobral. **No Ceará a Peleja da Vida Contra o Urânio**. Sobral: Cáritas Diocesana. 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2016.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CRUZ, Elizabeth Ferreira. **Conversando sobre Ser Homem e Ser Mulher no Meio Rural: Construindo novas relações de gênero no campo**. Fortaleza: Cetra, 2013.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

D'EAUBOONE, Françoise. **As Mulheres Antes do Patriarcado**. Tradução: Manuel Campo e Alexandre de Freitas. Lisboa: Veja, 1977.

DESCHA. **Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente**. Relatório da Missão Caetité: Violações de Direitos Humanos no Ciclo Nuclear. Curitiba: Plataforma Descha Brasil, 2011.

DUPAS, Gilberto; OLIVEIRA, Fábio Villares de. **Uma visão estrutural da dinâmica econômica da América Latina**. In: DUPAS, Gilberto (Coord.). **América Latina no início do século XXI: perspectivas econômicas, sociais e políticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

DUQUE, Guimarães. **Solo e Água no Polígono das Secas**. Banco do Nordeste. 2004

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **Ceará no feminino: as condições de vida da mulher na zona rural**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Estado, apropriação e concentração de terra e poder: da propriedade como direito natural ao questionamento da função social da terra**. In: MIDITIERO JUNIOR, Marco A.; GARCIA, Maria F.; VIANA, Pedro C. Guedes (orgs.). A

Questão Agrária no Século XXI: escolas, dinâmicas e conflitos Territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável** (tradução de Marise Manoel). Editora da Unicamp/Imprensa Oficial: São Paulo, 2001.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Tradução de Maria Teresa Machado. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GONZALEZ, Lélia. **O papel da mulher negra na sociedade brasileira.** Los Angeles, 1980.

GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A. **Cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos.** Redes Mobilizadores, 10 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/coep/Publico/consultarConteudoGrupo.aspx?TP=V&CODIGO=C20142610482831>> Acesso em: 03 de janeiro de 2017.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Rio de Janeiro, 2007.

HIRATA, H. KERGOAT, D. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho.** Cadernos de Pesquisa. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf> Acesso em: 29 de novembro de 2016.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács.** Disponível em: <<http://www.sergi-ollessa.com/files/lkursk3edV2.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

LOPES, J.G; ALENCAR, F.A.M.G. **Assentamento de Reforma Agrária no Ceará. IN: Espaços, Natureza e Resistências Camponesas no Nordeste.** - Fortaleza: Edições UFC, 2014.

LOWY, M. **Ecologia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época; v.125).

LUGONES, María. **Colonialidad y Género.** Tabula Rasa. Bogotá, Colômbia. Nº 9:73-101, 2008.

MAFORT, Kelly Cristine. **A Hegemonia do Agronegócio e o Sentido a Reforma Agrária para as Mulheres da Via Campesina.** Dissertação Mestrado. Araraquara, 2013.

MALERBA, J. (Org.). **Diferentes Formas de Dizer Não. Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral.** 1. ed. Rio de Janeiro: Fase, 2014.

MARÉS, C. F. **A Função Social da Terra.** Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. 2ª Edição. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. CAP XXIV. São Paulo: Nova Cultura Ltda., 1996.

MELO, R. D. **Riscos ambientais e processos de vulnerabilização**: estudo de caso do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, Ceará. 2015. Dissertação. Universidade Federal do Ceará. 2015.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para Além do Capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MITIDIERO JR., M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. (Org.). **Agrária no século XXI: Escalas, Dinâmicas e Conflitos Territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

_____. **A Reinvenção dos Territórios: A Experiência Latino-Americana e Caribenha**. Em publicação: Los Desafios de las Emancipaciones em um Contexto Militarizado. Ca-ceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad de Au-tonoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. P. 151-197.

MONTEZUMA, T. F. **Licenciar e Silenciar: análise do conflito ambiental nas audiên-cias públicas do Projeto Santa Quitéria**. 2015. Dissertação. Universidade Federal do Ceará. 2015.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1. ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

_____. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Função Social da Propriedade e Desenvolvi-mento Sustentável: camponeses versus agronegócio**. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul 1. ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007..

_____. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos Territórios do Território**. Uni-versidade Estadual Paulista. Campus Presidente Prudente. 1. ed. São Paulo: FFLCH/La-bur Edições, 2007.

_____. MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Agricultura e Campesinato no Mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica**. Universidade de São Paulo. 1. ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

_____. MARCOS, Valéria de. **Agricultura e Mercado: Impasses e Perspectivas para o Agronegócio e a Produção Camponesa no Campo Latino Americano**. Universidade de São Paulo. 1. ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das Lutas no Campo**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.** Estudos Avançados. 15/43, 2001.

_____. FARIA, Camila Salles. **O Processo de Constituição da Propriedade Privada da Terra no Brasil.** 2016. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/1557086-O-processo-de-constituicao-da-propriedade-privada-da-terra-no-brasil-ariovaldo-umbelino-de-oliveira-1-camila-salles-de-faria-2.html>>. Acesso em: 05 maio 2015.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Espaço e Poder em Questão: uma perspectiva desde a subalternidade.** In: MITIDIERO JR., M. A; GARCIA, M. F; VIANA, P. C. G. (Org.). **A Questão Agrária no século XXI: Escalas, Dinâmicas e Conflitos Territoriais.** São Paulo: Outras Expressões. 2015.

_____. ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **A Violência do Latifúndio Moderno Colonial e do Agronegócio nos últimos 25 anos.** P – 109. Conflitos no Campo. Brasil, 2009.

PORTO, M. F. S; FINAMORE, Renan; CHAREYON, Bruno. **Relatório Preliminar Justiça Ambiental e Mineração de Urânio em Caetité: Avaliação Crítica da Gestão Ambiental e dos Impactos à Saúde da População.** Fiocruz. Criirad. 2014.

RIBEIRO, Livia A.D. **Riscos e Injustiça Hídrica no Semiárido: contribuição à avaliação de equidade ambiental do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, Ceará.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFC. Fortaleza, 2016.

RIGOTTO, R. M. **Desenvolvimento, ambiente e saúde: implicações da (des)localização industrial.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Articulando Gênero e Classe Social.** In: BRUSHINI, C.; COSTA, A. O. **Uma Questão de Gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Trad.: Christine Ruffino Debat; Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, M. G. **Questão Ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. L. V. **Gritos, silêncios e sementes: as repercussões do processo de desreterritorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFC. Fortaleza, 2014.

STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 1999.

SVAMPA, Maristella. **Movimientos Sociales y Poder Politico**. Clacso Coediciones. Buenos Aires, 2008.

PETERSEN, P. Frederico; WEID, J. M. Voder; FERNANDES, Gabriel Bianconi. **Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza**. Informe Agropecuária. Belo Horizonte, V.30, n.252- 2009.

QUARESMA, L. C.; BARRETO, R. C. Sá. **A Reforma Agrária como Estratégia de Desenvolvimento do Ceará: um estudo de caso**. Artigo. Consulta realizada em outubro de 2014.

TAVARES, Braulio; VILANOVA, Ivanildo. **Nordeste Independente**. Música. 1980.

THOMAZ JR. **(Des) Realização do Trabalho: se camponês, se operário!** Repensar Crítico sobre a Classe Trabalhadora no Brasil. Pós-doutorado. Universidade de Santiago de Compostela 2005. Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos-pdf900/classe-trabalhadora-brasil/classe-trabalhadora-brasil.shtml>. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **O Camponês: um trabalhador para o capital**. Artigo consultado em julho de 2014.

ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles. (ORGS) **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. A Questão Mineral no Brasil – Vol. 1. Editorial Iguana: Marabá, 2015.